



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

IARA SARAIVA MARTINS

**PRONATEC: A ESTRATÉGIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA A
INSERÇÃO NO TRABALHO PRECÁRIO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS
PRODUTIVAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL**

FORTALEZA

2015

IARA SARAIVA MARTINS

PRONATEC: A ESTRATÉGIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA A
INSERÇÃO NO TRABALHO PRECÁRIO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS
PRODUTIVAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração: Trabalho e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Justino Sousa Junior

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

M343p Martins, Iara Saraiva.

Pronatec: a estratégia do Partido dos Trabalhadores para a inserção no trabalho precário e atendimento das demandas produtivas do capitalismo contemporâneo no Brasil - Ceará / Iara Saraiva Martins. – 2015.

107 f.: il., enc.; 30 cm..

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.

Área de Concentração: Trabalho e educação.

Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior.

1.Neoliberalismo – Brasil. 2.Educação para o trabalho – Brasil. 3.Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego(Brasil). I. Título.

CDD 370.1130981

IARA SARAIVA MARTINS

PRONATEC: A ESTRATÉGIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA A
INSERÇÃO NO TRABALHO PRECÁRIO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS
PRODUTIVAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Justino de Sousa Junior (orientador)

Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha

Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. José Derivaldo Gomes dos Santos

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Dedicado aos “ninguéns”

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos
de nada

AGRADECIMENTOS

Dois anos. De 2013 até aqui, tanta coisa aconteceu e com uma intensidade tamanha, que não há como, nem de longe, afirmar que esse texto, com suas limitações e pontos positivos, não seja resultante do aconteceu de lá pra cá, no contexto político, profissional e claro, emocional. Não seria dialético, seria “anticientífico” afirmar que essa dissertação não é fruto de múltiplas determinações. Esse texto, com tudo de bom e ruim, é fruto de inquietações com base na realidade e de interações históricas com quem a constrói: gente!

De 2013 até aqui (e pela vida toda), um mar de gente. Não teria como abarcar a importância de tantos e tantas na minha formação, mas também não tenho como deixar de mencionar e agradecer às peças fundamentais, que nos ajudam a “cortar as ondas como uma quilha”, que nos mantêm de pé, que nos alegram, apoiam e ensinam, reafirmam as nossas convicções e nos mantêm cheios de vida.

À minha família: mãe, pai, irmão, avós, tias, tios, primas, primos e a todo mundo que foi agregado/a: agradecida por me fazerem saber voar e terem me dado (com muito esforço) condições materiais para tal. Apesar dos voos, sou mais apegada a vocês, minhas raízes, do que possa demonstrar. A história de cada um de vocês, além de exemplo, é orgulho!

Àquelas/es que estão conosco do mesmo lado da trincheira: camaradas – do Ceará e espalhados pelo Brasil todo. Nada moldou/molda tanto meu caráter como a construção diária de espaços com vocês. Encontrá-los/as, além de reascender nossa convicção, sempre reafirma que não estamos só e seguimos no caminho certo (somos o povo e com ele seguimos!).

Aos companheiros e companheiras da Linha de Pesquisa Trabalho e Educação, que além da formação acadêmica, apontaram mais uma vez o caminho da organização e resistência como necessário para a mudança. Estamos mais que fortalecidos!

Uma saudação especial para a minha turma de ingresso na Linha Trabalho e Educação, hoje amigos/as: à Iziane Silvestre, companheira com a qual dividi tensões diversas, e além de preocupações, estabelecemos cumplicidade e gargalhadas sem fim. Ao Remo Bastos, figura ímpar e sempre com disposição para ajudar no que for necessário. À Raquel Monteiro, companheira que traz calma com seu sorriso sereno. Ao Araújo Filho, por fomentar diversas discussões com seu debate enérgico.

A todos/as os docentes e discentes da linha. Á Rozimar Machado, por aceitar estar na banca, ser uma professora tão instigante e cheia de sensibilidade. Não é todo mundo que tem a sorte de ter um orientador poeta, o meu é: grata ao Justino de Sousa Junior pela autonomia, discussões e por sempre achar que eu posso mais. Agradecendo também ao professor Derivaldo Santos, que desde o primeiro contato foi muito solícito e gentil, aceitando prontamente o convite para contribuir com este trabalho. Ao professor Epitácio Macário que participou de nosso exame de qualificação.

Aos que comigo compartilham o lar: Rivânia Teixeira, Geraldo Pasquoto, Samantha Alves, aos felinos e aos que vão se agregando. Além das contas a pagar, dividir os festejos e ter com quem contar no dia a dia, é fundamental.

Aos Sacis da minha vida: Samara Benício, que é um xodó. Para além da alegria e loucuras (e também algumas tristezas) compartilhadas, me orgulho de sua evolução e disposição para a luta crescente. À Nicolle Colares, que tem o “gênio” tão forte quanto o meu, e é por isso que sabemos que podemos contar uma com a outra (feliz também por seus progressos) – ambas queridas e confidentes, sigamos juntas! Ao Falcão Júnior, pela alegria e também disposição para ajudar. Ao Carlos César, pelas “consultorias” e por ser tão amoroso e solícito sempre! À Marcela Ferreira, uma docente admirável e companheira cheia de força, foi a grávida mais cheia de energia e de atividades que já conheci – quero seguir seu exemplo no futuro! Ao Agê Guerra, que tem se mostrado um pai incrível. Á Eli Lopes, pelas risadas, Á Amanda Lima, Fernanda Rodrigues e Antenor Costa pelas conversas. Aprendi e aprendo muito com todos/as vocês!

Ao companheiro mais que querido, que mesmo de longe foi tão presente nesse processo final – conversando, trazendo calma e música diante de tanta turbulência: as palavras mais rebuscadas não darão conta de traduzir a lindeza desse encontro.

Ao Rafael David, companheiro convicto, sem o qual passos iniciais importantes não teriam sido dados. Á Priscila Amaral, que possui uma força crescente. Ao M.P, por dar exemplos de disposição. Ao Israel Carlos, que vislumbrou uma perspectiva para além da academia. Ao Israel Diogo que vislumbrou uma perspectiva para além do pós-modernismo. Á Nágila Florêncio, Ingrid Melina, Cristina Martins, Artur, Anderson, Luiz Costa, DeJane Santos (Samara, Nicolle, Marcela e Agê novamente), e todos e todas que estão chegando e os/as que não foram citados: o nosso crescimento coletivo é força motriz, edificante e só tende a avançar!

Meus agradecimentos e admiração colossal ao Raphael Cruz, que além das dicas importantes para a construção desse trabalho, dividiu comigo além de trincheiras: casa, família, sonhos, conhecimentos, alegrias e tristezas: seguimos juntos no lugar mais bonito em que a gente se encontrou: a luta!

Aos colegas e amigos/as de convivência da Faculdade de Educação- UFC: Talita Freires, Ticiane Fernandes, Germana Liberato, Priscila Matos e tantos outros. Aos servidores/as e trabalhadores terceirizados/as tão importantes para a universidade: Sr Messias, Sr Deusdete, Rafael. Aos docentes sérios e críticos dessa instituição. Aos amigos/as de sempre, Jonas Santos, Walberto Cavalcante, Wladimir Alcântara.

Muita gente não foi citada, mas cada um/uma que passou pela minha trajetória em diversos espaços tem meu mais sincero agradecimento. Agradeço também aos exemplos diários de resistência popular, camponesa, estudantil, de movimentos dos trabalhadores, e de mulheres do povo, que são o que de mais bonito há nesse existir (“até no lixão nasce flor”), e sempre indicam que a vida é bem maior que a academia.

“O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras temos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas.”

(Maiakovski)

“É isso aí, você não pode parar
Esperar o tempo ruim vir te abraçar
Acreditar que sonhar sempre é preciso
É o que mantém os irmãos vivos”

(A vida é Desafio – Racionais Mc's)

RESUMO

O modelo de instrução vigente prepara especificamente a classe trabalhadora (operários, pobres e seus filhos), para atuarem nas funções técnicas localizadas nos níveis baixos e médio da hierarquia ocupacional do sistema produtivo. A inserção da juventude nessas formas de qualificação afasta as possibilidades de caminhada rumo ao Ensino Superior público, e parte de um conjunto de ações organizadas pela gerência capitalista que não se dão de forma isolada. Nessa dissertação, verificamos a especificidade de uma Política Pública e Educacional desenvolvida no plano do Governo Federal pelas gestões do Partido dos Trabalhadores, e o tipo de mobilização para a intervenção nos problemas políticos que afetam a juventude trabalhadora. A partir de análise bibliográfica e documental, buscamos compreender como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), se configura atualmente como uma das principais políticas com subsídios do Governo Federal para a formação e inserção da juventude no precário mundo do trabalho. Nossa compreensão foi conduzida inicialmente, observando o tensionamento dos governos petistas entre as perspectivas neoliberal e neodesenvolvimentista. O neoliberalismo é correspondente cronológico do processo de reestruturação produtiva que se instaura a partir da década de 1970. Mas neoliberalismo e reestruturação produtiva não se limitam apenas a expressões do mesmo tempo, correspondem, no plano político e ideológico da organização do Estado, com desdobramentos e implicações no plano econômico, ao processo de redirecionamento do capital e de suas bases de acumulação. David Harvey divide a periferia da força de trabalho em dois subgrupos: os empregados de tempo integral, que se caracterizam pelo trabalho manual pouco especializado e rotineiro, como secretários ou empregados do setor financeiro. Já o segundo subgrupo, apresenta empregados em tempo determinado, temporários, empregados casuais e “pessoal com subcontratação e treinados com subsídio público” (HARVEY apud ANTUNES, 2011, p. 58). É para o segundo subgrupo da periferia da força de trabalho que se direcionam os cursos de formação oferecidos pelo Pronatec. O discurso e a prática neodesenvolvimentista ganharam amplitude no Brasil através da aplicação dos projetos do Governo Federal nos setores de energia, infraestrutura, transporte e recursos hídricos. Estes projetos foram condensados em 2007 no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC, se executa principalmente através da ação de multinacionais para a exploração energética. O Programa teve suas obras amplamente difundidas pelos governos do PT sob a justificativa de exaltação das riquezas naturais do Brasil, assim como, da produção de fontes de bioenergia independentes para o impulso de uma possível soberania nacional. Não por acaso, a política de criação de empregos no setor de mineração e energia desponta e as qualificações ofertadas pelo Pronatec para esse setor, são diversificadas. Assim, foi possível compreender como o Pronatec condensa qualificações que se articulam aos arranjos produtivos regionais, nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Pronatec. Neoliberalismo/Neodesenvolvimentismo. Formação para o trabalho.

ABSTRACT

The current education model specifically prepares the working class (workers, poor and their children) to work in the technical functions located in the lower and middle levels of the occupational hierarchy of the production system. The inclusion of youth in these forms of training away from the hiking possibilities into the public higher education, and part of a series of actions organized by capitalist management who do not do in isolation. In this dissertation, we verified the specificity of a Public Policy and Educational developed the plan of the Federal Government for the efforts of the Workers Party, and the kind of mobilization to intervene in political issues affecting young workers. From bibliographical and documentary analysis, we seek to understand how the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec) is currently configured as one of the main policies with grants from the federal government for training and youth insertion in the precarious world job. Our understanding was conducted initially, watching the tension of PT governments between neoliberal perspectives and neodesenvolvimentista. Neoliberalism is corresponding chronological restructuring process which is established from the 1970s But neoliberalism and productive restructuring not only limited to the same time expressions and is represented in the political and ideological level of the state organization, with developments and implications on the economic level, the redirection process of capital accumulation and its bases. David Harvey divides the periphery of the workforce into two subgroups: the full-time employees that are characterized by low-skilled manual work and routine, such as secretaries or employees of the financial sector. The second sub-group has employees at any given time, temporary, casual employees and "subcontracting personnel and trained with public subsidy" (Harvey cited Antunes, 2011, p. 58). It is for the second subgroup of the periphery of the labor force that target the training courses offered by Pronatec. The discourse and practice neodesenvolvimentista gained amplitude in Brazil through the implementation of projects of the Federal Government in the energy, infrastructure, transportation and water resources. These projects were condensed in 2007 in the Growth Acceleration Program (PAC). The PAC is executed mainly through the action of multinationals to energy exploration. The program has had his works widely held by governments of the PT on the grounds exaltation of the natural wealth of Brazil, as well as producing independent bioenergy sources for the push of a possible national sovereignty. Not surprisingly, job creation policy in the mining sector and energy emerges and qualifications offered by Pronatec for this sector are diverse. It was possible to understand how the Pronatec condenses qualifications that are linked to regional clusters, national and international.

Keywords: Pronatec. Neoliberalism / Neo-developmentism. Training For work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Características do modelo neoliberal por Bianchetti	23
Quadro 2 –	Principais características do nacional-desenvolvimentismo.....	44
Quadro 3 –	Nacional desenvolvimentismo e nacional desenvolvimentismo às avessas/ governo Lula.....	45
Quadro 4 –	Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.....;	82
Quadro 5 –	Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais.....	83
Quadro 6 –	Eixo Tecnológico de Desenvolvimento Educacional e Social.....	85
Quadro 7 –	Eixo Tecnológico Gestão e Negócios.....	86
Quadro 8 –	Eixo Tecnológico de Infraestrutura.....	87
Quadro 9 –	Eixo Tecnológico Produção Alimentícia.....	89
Quadro 10 –	Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design.....	89
Quadro 11 –	Eixo Tecnológico de Produção Industrial.....	90
Quadro 12 –	Eixo Tecnológico Recursos Naturais.....	92
Quadro 13 –	Eixo Tecnológico de Segurança.....	92
Quadro 14 –	Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer.....	93
Figura 1 –	Crescimento do emprego no setor de energia eólica.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de empregos criados nos governos FHC..... 73

Tabela 2 – Número de empregos criados nos governos Lula e Dilma..... 74

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Os governos do PT: o binômio neoliberalismo-neodesenvolvimentismo no capitalismo contemporâneo – conjuntura de implantação do PRONATEC....	20
<i>1.1.1</i>	<i>Neoliberalismo ou neodesenvolvimentismo nas gestões petistas?.....</i>	<i>20</i>
<i>1.1.2</i>	<i>Questões sobre o neoliberalismo.....</i>	<i>21</i>
<i>1.1.3</i>	<i>Neoliberalismo e reestruturação produtiva</i>	<i>25</i>
<i>1.1.4</i>	<i>O Partido dos Trabalhadores e as políticas sociais.....</i>	<i>28</i>
<i>1.1.5</i>	<i>O Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais</i>	<i>30</i>
<i>1.1.6</i>	<i>O Partido dos Trabalhadores e as deliberações para a educação.....</i>	<i>34</i>
1.2	Um modelo neodesenvolvimentista?.....	37
<i>1.2.1</i>	<i>O velho desenvolvimentismo</i>	<i>37</i>
<i>1.2.2</i>	<i>O novo desenvolvimentismo.....</i>	<i>39</i>
<i>1.2.3</i>	<i>Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho.....</i>	<i>45</i>
2	ENSINO TÉCNICO: ADEQUAÇÕES ÀS DEMANDAS PRODUTIVAS E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PRONATEC.....	50
2.1	Décadas e ações expressivas para o ensino técnico no Brasil	50
<i>2.1.1</i>	<i>A Teoria do capital humano</i>	<i>56</i>
<i>2.1.2</i>	<i>A educação como um setor estratégico para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.....</i>	<i>58</i>
2.2	PIPMO, PLANFOR, PNQ: caminhos e descaminhos dos programas de ensino técnico antecedentes ao PRONATEC.....	63
<i>2.2.1</i>	<i>O programa intensivo de preparação de mão-de-obra - PIPMO.....</i>	<i>63</i>
<i>2.2.2</i>	<i>O plano nacional de qualificação do trabalhador – PLANFOR.....</i>	<i>64</i>
<i>2.2.3</i>	<i>O plano nacional de qualificação - PNQ.....</i>	<i>66</i>
3	O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E AO EMPREGO: INSERÇÃO NA CONJUNTURA BRASILEIRA E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	69
3.1	O PRONATEC – aspectos descritivos e analíticos.....	76
<i>3.1.1</i>	<i>Aspectos descritivos do PRONATEC.....</i>	<i>76</i>

3.2	PRONATEC: aspectos analíticos.....	93
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS.....	103

1 INTRODUÇÃO

O supermercado Pão de Açúcar “é lugar de gente feliz”, diz o comercial na TV. Clientes felizes e ecologicamente sustentáveis encontram, em qualquer loja da rede, funcionários igualmente felizes e ecologicamente sustentáveis sempre dispostos a atendê-los. Segundo a fiscalização, a gerência da unidade obrigava os adolescentes contratados pelo programa de aprendizagem a trabalhar como caixas e empacotadores, em períodos noturnos e em regime de compensação de jornada, condições não permitidas pela legislação brasileira. Além disso, a empresa não cumpria o número mínimo de 5% de aprendizes em relação ao total do quadro de empregados. De acordo com a fiscalização do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), além de desprezar as violações dos direitos dos adolescentes aprendizes, o Pão de Açúcar Fiúza, como a unidade era conhecida, não cumpria com algumas obrigações trabalhistas dos funcionários adultos. Extensão de jornadas acima do permitido, ausência de intervalos regulares e descanso semanal, e falta de registro de horário de entrada e saída dos empregados foram algumas das práticas flagradas”. (25/12/2013, Brasil de Fato)

A notícia acima ilustra uma parte das perspectivas de emprego dos jovens filhos da classe trabalhadora no Brasil, inseridos nas relações de trabalho através de parcerias entre Estado e empresariado, mediadas por programas e políticas educacionais.

No Brasil, as políticas sociais para a juventude se mostram ineficazes, uma vez que não resolvem de fato os problemas de formação/instrução, ingresso no emprego e de garantia de direitos. Em contrapartida, se acentua cada vez mais o envolvimento de jovens com a criminalidade.

Em 2010, os dados do Subsistema de Informação sobre a Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), revelaram que as mortes por armas de fogo no Brasil atingiam 56,4% dos jovens de até 21 anos envolvidos com o tráfico e outros tipos de crime¹.

Números do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça, referentes a dezembro de 2012, indicam que há 266,2 mil pessoas entre 18 e 29 anos encarceradas no Brasil. Desconsiderados os detentos cujas idades não constam nessas estatísticas, são 52,4% dos presos no País com menos de 30 anos.

No Ceará, a mesma fonte revela que os jovens presos se aproximam do total de 7,3 mil. Outros dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) apontam

¹<<https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/274> >(acesso em 18 de dezembro de 2013)

também que as vítimas de violência, na maioria dos casos, têm de 20 a 29 anos, são negros e dizem ter de 5 a 8 anos estudo. Tais estatísticas revelam de que modo os indivíduos incluídos nos segmentos sociais mais pauperizados: negros, indígenas, pardos e de baixa escolarização são os mais vulneráveis, e principais vítimas de violência urbana no Brasil ².

No dia 17 de junho de 2015, uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou uma emenda à Constituição Federal de redução da maioria penal de 18 para 16 anos para crimes considerados graves. A aprovação não foi concretizada no primeiro semestre do ano de 2015. No entanto, tal emenda explicita como a miséria e as contradições sociais são tratadas como caso de polícia.

Em discurso proferido em 28 de Julho de 2015, junto à Câmara dos Deputados em Brasília, Dilma Rousseff orientava a que a criação de 15 mil vagas para o Ensino Técnico na modalidade Pronatec Aprendiz, se direcionasse para as localidades de maior incidência de violência e vulnerabilidade da juventude. Segundo a presidente: “onde não há Estado, parceria e organização empresarial, a tendência é que ações criminosas se desenvolvam mais e substituam as ações do Estado e da sociedade”³.

O extermínio dos jovens da periferia pelo Estado, através de seu braço armado, que são as forças policiais, políticas públicas ineficazes e adequação a relações de trabalho degradantes são os caminhos ofertados aos filhos das classes trabalhadoras.

Historicamente, a oferta massiva do Ensino Técnico e Profissionalizante para a juventude da classe trabalhadora, vem se constituindo como mais um mecanismo de reprodução de desigualdades e adequação ao mundo do trabalho através de formações de má qualidade. De acordo com Kuenzer (1991, p. 06):

O Brasil apresenta a constituição de um sistema de ensino marcado pela dualidade estrutural em que a divisão social e técnica do trabalho é categoria imprescindível para a constituição do modo capitalista de produção, rompendo a unidade entre teoria e prática, preparando de forma diferente os homens para que atuem em posições hierárquica e tecnicamente diferenciadas no sistema produtivo

²<<http://www.ripsa.org.br/php/level.phplang=pt&component=56&item=22><http://portal.mj.gov.br/main.asp?View/http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/viva/vivadescri.htm>> (acesso em 18 de dezembro de 2013)

³<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/brasil/2015/07/29/noticiasjornalbrasil,3476040/dilma-propoe-pronatec-como-alternativa-a-criminalidade.shtml>> (acesso em 18 de dezembro de 2013)

Este sistema dualista é marcado pela preparação da classe trabalhadora (operários, pobres e seus filhos) para atuarem nas funções técnicas localizadas nos níveis baixos e médio da hierarquia ocupacional do sistema produtivo. Ou seja, a inserção da juventude nessas formas de qualificação a distancia do Ensino Superior público, e é parte de um conjunto de ações organizadas pelo capital que não se dão de forma isolada.

Gaudêncio Frigotto, em artigo publicado no jornal *Le Monde Diplomatique* de março de 2013⁴, evidencia o tecnicismo na educação brasileira como uma legitimação de propostas educacionais de interesse da iniciativa privada de grupos de industriais, do agronegócio e do setor de serviços. O autor indica que as propostas de educação caminharam historicamente separando a formação geral da formação específica para o trabalho, através de concepções que “naturalizam a desigualdade social, postulando uma formação geral para os filhos da classe dominante e adestramento técnico para os filhos da classe trabalhadora” (2013, p.29).

Frigotto (2013), expõe ainda, que apenas 9% dos jovens entre 18 e 24 anos entram no ensino superior. Esse percentual é ainda mais rebaixado quando se visualiza a entrada dos filhos da classe trabalhadora no ensino superior público.

Um dado histórico bastante relevante caracterizado pelo autor é a criação, em 1963, ainda no curto governo de João Goulart, do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO). Com o golpe militar, o programa ganhou fôlego durou dezenove anos. Cinquenta anos depois, a política de formação profissional reedita o PIPMO, “com as mesmas características, mas com um volume maior de recursos” (2013, p.29), através do Pronatec.

Nessa pesquisa objetivamos verificar os desdobramentos de uma política pública e educacional desenvolvida pelas gestões do Partido dos Trabalhadores.. Nessa direção, buscamos compreender como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) se configura atualmente como uma das principais políticas com subsídios do Governo Federal para a formação e inserção no mundo do trabalho.

A partir desse objetivo geral, enxergamos como necessidades específicas, a observação dos aspectos que rodeiam os interesses de implantação do Pronatec: as nuances do capitalismo contemporâneo no Brasil; como o programa se insere no binômio

⁴<<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1384>> (acesso em 01 de março de 2013)

neoliberalismo/neodesenvolvimentismo e sua relação com o processo de reestruturação produtiva; de que modo o Partido dos Trabalhadores vem realizando a gestão do capitalismo no Brasil; quais as configurações do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo; qual a relação do Pronatec com programas anteriores voltados para o Ensino Técnico; como a educação atua no processo de desenvolvimento do capitalismo e da burguesia no Brasil.

Os levantamentos bibliográficos e documentais para análise do Pronatec foram procedimentos que nos auxiliaram no desenvolvimento das questões de nossa pesquisa, que se caracterizou por ser de cunho qualitativo. O levantamento bibliográfico e documental, previamente selecionado, fez parte da composição de nossas questões de pesquisa e demais formulações acerca de nosso objeto.

Trabalhamos também ancorados na perspectiva do materialismo histórico – dialético, observando as questões que permeiam nosso objeto de estudo, seus enquadramentos sociais e as dinâmicas de um programa educacional para a formação de uma classe menos favorecida no contexto da divisão social do trabalho. Desse modo, observamos o Pronatec através de uma análise sócio-crítica.

A partir desses elementos em torno das configurações prévias em que o nosso objeto de estudo se insere, seguimos observando o contexto no qual os governos dos Partidos dos Trabalhadores conceberam o Pronatec, estabelecendo as determinações históricas do partido e sua base social, até a compreensão das motivações da gestão petista para a articulação do programa, fazendo um recorte de sua atuação entre os anos de 2003 a 2014. Ao apontar essas questões, indicamos os aspectos do modo de gerência do capitalismo contemporâneo pelo Partido dos Trabalhadores, perpassando, principalmente, pelo binômio neoliberalismo-neodesenvolvimentismo. Nessa abordagem, foram fundamentais os aportes teóricos de Antunes (2005, 2011), Alves (2005,2014), Boito Júnior (1999, 2003, 2012), Bianchetti (2001), Pochmann (2011), Braga (2012), Oliveira (2010), Coutinho (2010), Fiori (2013), Gonçalves (2013) e outros autores que se debruçam sobre as especificidades do capitalismo contemporâneo no Brasil.

Em seguida delimitamos os antecedentes históricos do Pronatec, os principais programas de Ensino Técnico que precederam ao nosso objeto de estudo, nos detendo um pouco mais nos programas: PIPMO, PLANFOR e PNQ. Observamos como estes se entrelaçaram aos processos de desenvolvimento do capitalismo no Brasil em seus respectivos períodos de implementação. Indicamos como a educação se configura como um setor estratégico para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, para tanto, utilizamos as

contribuições de autores tais como: Leher (1998), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2009), Helene (2013), Saviani (2010), Kuenzer (1989,1991), Romanelli (1978), entre outros pesquisadores que tem contribuído com a temática do Ensino Técnico.

Por fim, apresentamos as principais questões em torno do Pronatec, sua abrangência junto à classe trabalhadora, suas especificidades legais, financiamento, organização da grade de cursos ofertados e sua relação com os setores estratégicos para o desenvolvimento do capitalismo. Dividimos essa seção entre os aspectos descritivos e analíticos do programa. No primeiro, foram levantadas questões de seus documentos principais e a relação com estatísticas de acesso à educação e ao trabalho. Nos aspectos analíticos, trouxemos a relação do tipo de emprego que se expande no Brasil e a oferta de cursos do Pronatec, através de documentos e estatísticas sobre os temas.

1.1 Os governos do PT: o binômio neoliberalismo – neodesenvolvimentismo no capitalismo contemporâneo - conjuntura de implantação do PRONATEC

1.1.1 Neoliberalismo ou neodesenvolvimentismo nas gestões petistas?

Um dos discursos de final de ano da presidente Dilma Rousseff, proferido em 23 de dezembro de 2012, trouxe a afirmação de que o Governo Federal vinha realizando ações no sentido de aumentar a capacidade de competitividade de mercado do Brasil, com a principal finalidade de reduzir a pobreza no país. A educação foi posta como patamar fundamental para se atingir esse objetivo, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), citado como primeiro exemplo de como essas ações estão sendo concretizadas. Nesse mesmo discurso, o empresariado e as parcerias público-privadas foram conclamados, permeando a fala da presidente.

Nosso objeto de estudo, o Pronatec, foi abordado como produto de uma das intervenções do governo federal na esfera da política educacional e do trabalho. Por sua ⁵vez, a compreensão desse objeto exigirá uma análise das gestões do Partido dos Trabalhadores no âmbito do Governo Federal. Essa análise será conduzida inicialmente observando o tensionamento dos governos petistas entre as perspectivas neoliberal e neodesenvolvimentista.

1.1.2 Questões sobre o neoliberalismo

Para Armando Boito Junior (1999), o neoliberalismo se ordena como uma evolução do liberalismo econômico, com suas respectivas reproduções no campo da política. Ainda segundo o autor, ambas as vertentes exaltam o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, com a diferença de que no neoliberalismo, a intervenção estatal no campo da regulação econômica, social e política é rejeitada de forma agressiva e o mercado é posto como superior frente as ações do Estado.

Valcionir Corrêa, em sua tese de doutoramento de 2012, classifica as origens do neoliberalismo. Para o autor, os principais teóricos que impulsionaram o neoliberalismo como uma corrente ideológica, foram Ludwig Von Mises, Friedrich von Hayec e Milton Friedman. Friedrich Hayec compunha a Escola Austríaca de Economia e sua principal obra foi *O caminho da servidão* (1944). Milton Friedman foi Prêmio Nobel de Economia, e sua principal obra foi *Capitalismo e Liberdade* (1962). Os teóricos do neoliberalismo atacavam ferozmente as medidas que pretendiam a realização do estado de bem-estar social⁶, defendendo a transferência de atividades gestoras de direitos como a saúde, educação, previdência entre outras, para a iniciativa privada. Segundo Corrêa, esses teóricos listavam como inimigos do avanço do capitalismo as instituições estatais e os sindicatos.

David Harvey, geógrafo marxista britânico, se dedicou aos escritos de uma obra sobre a história e implicações do neoliberalismo (2005), este pensador afirma que o pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio, é um elemento vital do pensamento neoliberal.

Bianchetti (2001) nos traz uma valorosa sistematização em torno dos pilares sobre os quais se estabelece o modelo neoliberal. O autor pontua as principais características expressas no neoliberalismo a partir dos tópicos: indivíduo e sociedade, instituições sociais, Estado, Estado e ordem social, Democracia, Mercado, Política Sociais, entre outras categorias. Bianchetti destaca como principais as características do modelo neoliberal que podem ser observadas no quadro abaixo:

⁶ Forma de organização social onde o Estado é o regulador dos direitos sociais. Aplicado na Europa após a crise de 1929, tinha como prioridades reordenar a esfera social através de concessão de benefícios salariais, e nos campos da saúde e educação.

Quadro 1 – Características do modelo neoliberal por Bianchetti (continua)

Indivíduo e Sociedade	Instituições sociais	Estado
<p>O indivíduo como resultado da “sorte”, dotado de capacidades naturais que incitam seu desenvolvimento.</p> <p>As desigualdades sociais como necessidades naturais importantes para o equilíbrio, complementação e delimitação das funções sociais.</p> <p>As características essenciais do individualismo são herdadas de elementos do cristianismo e da Filosofia da antiguidade clássica. O indivíduo é o juiz supremo dos próprios objetivos.</p> <p>O limite do poder do Estado é determinado pelo grau de consenso entre os indivíduos.</p> <p>A manutenção das normas e tradições é um fator fundamental, uma vez que representam o consenso mantido por gerações.</p> <p>O direito de propriedade é a base da identidade (Vergara, 1984).</p>	<p>As instituições sociais são criações do homem para a articulação dos interesses individuais.</p> <p>As estruturas da vida social crescem e se desenvolvem do mesmo modo como se forma a estrutura física de um cristal ou como cresce uma árvore (Hayec <i>apud</i> Butler, 1987).</p> <p>As leis podem não possuir validade se contradizem as tradições sociais ou direitos naturais.</p> <p>O importante não é conhecer a lógica das normas, mas reconhecer sua validade quando formam parte da tradição de uma sociedade. As instituições da sociedade não podem ser modificadas de maneira radical.</p>	<p>O Estado como uma “pessoa”, com possibilidade de acumular poderes limitados.</p> <p>O Estado capitalista como um espaço artificial de articulação das relações sociais, criado pela burguesia para reproduzir na sua estrutura e funcionamento as características que constituem o modo de produção capitalista.</p> <p>Conflito entre neoliberais e Estado: concentração e distribuição do poder, rechaço da democratização ampliada.</p>

Quadro 1 – Características do modelo neoliberal por Bianchetti (continuação)

Estado e as instituições sociais	Democracia	Mercado
<p>A ordem social como resultado do equilíbrio que o mercado realiza nas sociedades de economia de mercado.</p> <p>A ordem social faz parte de um processo natural da sociedade. A ordem social se constitui pela regularidade do comportamento dos indivíduos, e é onde se produz sua estabilidade.</p> <p>O Estado Capitalista instrumentaliza uma determinada ordem social, em função dos interesses das classes dominantes.</p> <p>A função coercitiva do Estado responde à necessidade de preservação da própria natureza da sociedade.</p> <p>Divisão da sociedade entre livres e totalitária. As sociedades livres se referem as sociedades de mercado. As sociedades totalitárias/planificadas são os modelos socialista ou capitalistas de caráter corporativista ou keynesiano.</p>	<p>A vontade das maiorias não representa a necessidade histórica de uma sociedade.</p> <p>A legitimidade das leis está ligada aos valores e tradições e não às disposições dos corpos legislativos.</p> <p>Quanto mais poder se concede às instituições políticas, mais se concretizam ingerências negativas sobre a liberdade individual.</p> <p>Substituição da planificação que pode contemplar políticas sociais, pela planificação de grupos financeiros internacionais.</p> <p>“Democracia de negociação” – articulação de diversos grupos da sociedade a fim de favorecer interesses privados.</p> <p>Democracia limitada. Os erros da democracia são combatidos com menos democracia. Não ampliação da participação da ampliação democrática e não participação dos historicamente excluídos.</p>	<p>O mercado é o motor da organização social, o eixo central das relações sociais.</p> <p>As pessoas cooperam entre si, tendo como única motivação, seu interesse pessoal.</p> <p>O mercado é um mecanismo auto-regulador do processo econômico e auto-corretor dos eventuais desequilíbrios do capitalismo. (Villareal)</p> <p>As relações não buscam alcançar um fim comum, mas estabelecem uma complementação de propósitos diversos na medida que satisfazem interesses individuais.</p> <p>A ideia do Estado Mínimo é uma consequência da utilização da lógica do mercado em todas as esferas sociais, não reduzidas ao aspecto econômico.</p>

Quadro 1 – Características do modelo neoliberal por Bianchetti (conclusão)

Políticas Sociais
A política social enfraquece as atitudes que promovem de fato a liberdade e origina um equívoco quanto à verdadeira justiça. (Hayec)
Na economia competitiva, somente uma mistura de habilidades e sorte individual poderá determinar a posição das pessoas na escala de renda e riqueza. (Butler)
O êxito ou fracasso individual é resultado das condições do próprio indivíduo, e não daqueles com quem se relaciona.
A noção de justiça social é considerada como uma forma de intervenção externa na busca de uma igualdade de resultados.
A natureza oferece distintas possibilidades para que cada um, individualmente, logre os melhores resultados.
As causas das desigualdades são atribuídas à sorte, e não às condições estruturais da sociedade.

Fonte: Elaborado pela autora

O neoliberalismo é correspondente cronológico do processo de reestruturação produtiva que se instaura a partir da década de 1970. Mas neoliberalismo e reestruturação produtiva não se limitam apenas a expressões do mesmo tempo, correspondem, no plano político e ideológico da organização do Estado, com desdobramentos e implicações no plano econômico, ao processo de redirecionamento do capital e de suas bases de acumulação.

O neoliberalismo compõe ao lado das mudanças no âmbito da produção como emergência do chamado padrão toyotista, da produção flexível, da desregulamentação do trabalho, da desindustrialização e financeirização econômica, um conjunto de ações que visavam a superar política, econômica e ideologicamente o modelo regulacionista predominante dos países avançados durante o pós- Segunda Guerra Mundial, que se esgotara e se mostrara inadequado às necessidades da acumulação capitalista com a crise da década de 1970. Neoliberalismo e reestruturação produtiva se articulam visceralmente à cadeia de ações do capital em busca de retomar o controle total dos processos econômicos e políticos após o declínio do modelo fordista e de bem-estar social.

1.1.3 Neoliberalismo e reestruturação produtiva

O desenvolvimento da acumulação fordista entrava em colapso em decorrência da chamada Crise do Petróleo (1973). Alain Bihl em *Da Grande Noite a Alternativa: O Movimento Operário Europeu em Crise* (1998) caracteriza a crise pela: a) diminuição dos ganhos de produtividade, b) elevação da composição orgânica do capital, c) saturação da norma social de consumo e d) desenvolvimento do trabalho improdutivo (p. 69-73), fatores que enfraqueceram o fordismo.

A necessidade de reestruturação produtiva ofereceu lugar ao toyotismo, dando azo a produção limpa, ao Just in time, e aos Programas de Qualidade Total, além de outras determinações que vieram como resposta à crise e que pretendiam utilizar padrões que aumentassem e aperfeiçoassem a produção sem que se diminuindo o contingente de trabalhadores envolvidos na produção. Nesse novo modelo reinam as propostas de intensificação do trabalho pautadas nas palavras de ordem: multifuncionalismo, qualificação e participação, muitas vezes, mas não necessariamente acompanhadas das formas de subcontratações e terceirizações.

Há divergências entre alguns teóricos da sociologia do trabalho sobre qual a melhor denominação para definir a parcela da classe trabalhadora de características novas. Ricardo Antunes (2011), a denomina subproletariado, com a finalidade de abranger todos os precarizados contemporâneos, em oposição ao conceito de proletariado pós-industrial, defendido pelos teóricos do fim do trabalho, como André Gorz, Robert Kurz e Klaus Offe.

Para Antunes, as transformações e metamorfoses do capitalismo proporcionaram a diminuição do operariado fabril e sua conseqüente migração para o setor de serviços. No entanto, o aumento significativo no setor de distribuição de mercadorias ainda significa dependência com relação aos setores de produção destas. O trabalho nas grandes indústrias e fábricas não se extingue, ainda que exista uma drástica diminuição de trabalho vivo nesses setores, “o trabalhador ainda supervisiona os processos produtivos em máquinas computadorizadas” (ANTUNES, 2005, p. 56).

Outra conceituação que designa o novo mundo do trabalho, parte do sociólogo Ruy Braga, que em seu recente estudo “A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista” (2012), define como precariado as camadas de trabalhadores pauperizados, em oposição à definição de subproletariado apresentada pelo economista e sociólogo Paul Singer e desenvolvida posteriormente por André Singer, por eles considerada como população

estagnada, uma vez que em suas perspectivas, não possuiriam condições para reivindicações coletivas.

Ricardo Antunes divide a periferia da força de trabalho em dois subgrupos: os empregados de tempo integral, que se caracterizam pelo trabalho manual pouco especializado e rotineiro, como secretários ou empregados do setor financeiro. Já o segundo subgrupo apresenta empregados em tempo determinado, temporários, empregados casuais e “pessoal com subcontratação e treinados com subsídio público” (ANTUNES, 2011, p. 58). É para o segundo subgrupo da periferia da força de trabalho que se direcionam os cursos de formação oferecidos pelo Pronatec.

A flexibilização da produção reverbera na criação de formas de trabalho alternativas. Os estados do Nordeste do Brasil, tem sentido por parte do poder público, em parcerias com instituições privadas, o incremento do setor de turismo, sob justificativa de maior criação de empregos e movimentação das cidades que nunca foram tradicionalmente industriais, e que com a reestruturação produtiva tiveram o setor de serviços ainda mais alargado.

Entretanto, Gomes, Silva e Barbosa (2002), afirmam que em consequência do número significativo de ofertas de trabalho em hotéis, Centros de Convenções, e grandes eventos, os empregos são ofertados sazonalmente, os salários são baixos e as jornadas de trabalho elevadas. Tal apontamento, segundo os autores, caracteriza o emprego para atendimento ao turismo, em sua forma direta ou indireta, como uma forma de trabalho precário.

Diante da nova configuração do capitalismo promovida pela reestruturação produtiva, acompanhada da financeirização econômica e do neoliberalismo como expressão política, o proletariado fabril se restringe e a classe trabalhadora incorpora a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vendem a sua força de trabalho (ANTUNES e ALVES, 2004, p.342)⁷. A maioria desses assalariados que vendem a sua força de trabalho se inserem nos empregos terceirizados, subproletarizados e temporários, compondo o que Giovanni Alves (2005) denominou de o novo (e precário) mundo do trabalho.

⁷ Antunes, em *Adeus ao Trabalho?* (2011), informa que em alguns países, em 1962 o proletariado fabril representava 39% da população ativa, e em 1982 (quando se intensificam os processos de reestruturação produtiva e empreitada neoliberal), esse índice baixou para 29,6%.

Assim, apreendemos o neoliberalismo como a expressão político-econômica, no plano da organização do Estado e de sua relação com a economia, substituindo o Estado providência, como a resposta do capital para a crise pós-Era de Ouro, articulada às relações de intensificação e precarização do trabalho com a expansão do setor de serviços privados e privatizações de empresas estatais. Este, teve como principais expoentes os governos de Margaret Thatcher na Inglaterra, Ronald Reagan nos Estados Unidos da América e Helmut Kohl na Alemanha, desde o final dos anos 1970, além de uma experiência anterior no Chile de Augusto Pinochet.

Machado e Rocha (2009), nos explica que a defesa da manutenção do poder do Estado na fase atual do capitalismo se configura como uma dinâmica que interfere no livre mercado. Desta forma, nessa fase do capitalismo o discurso do Estado Mínimo ganha força e a esfera privada passa a intervir com mais frequência no que deveria ser gerido pela esfera pública. Ainda segundo a autora, as medidas de implantação do neoliberalismo no Brasil, se aplicam desde a gestão do presidente Collor de Melo, ganhando força na gestão de Fernando Henrique Cardoso e se reafirmando nas gestões do Partido dos Trabalhadores a partir de 2003:

(...) com a abertura escancarada ao comércio exterior, generosas concessões fiscais e tributárias aos investidores estrangeiros, passando pelo governo de Itamar Franco e no governo de FHC, que não pouparam esforços para vender lucrativas empresas nacionais ao grande capital, sobretudo, ao capital estrangeiro. Os principais pontos da “reforma” imposta pelo governo FHC foram: ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado, fim das restrições ao capital externo, abertura ao sistema financeiro, desregulamentação, redução das regras governamentais para o funcionamento da economia, desmontes do serviço público e a privatização. (p. 46-47)

Boito Junior (2003), afirma que a hegemonia petista se assenta em bases neoliberais, agindo contra as próprias classes sociais que alocaram o Partido dos Trabalhadores no poder. Para ele, no Brasil ocorreu uma *hegemonia regressiva*, que através de meios populistas conseguiu uma adesão ideológica da classe trabalhadora. Antunes (2004), afirma que no Brasil o neoliberalismo desponta com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989 e deslança nos governos de Fernando Henrique Cardoso. A eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, apoiada pelas esquerdas brasileiras em tese representaria a derrota política do neoliberalismo no Brasil.

1.1.4 O Partido dos Trabalhadores e as políticas sociais

O ano de 2013 marcou os 10 anos de gestão do Partido dos Trabalhadores no Brasil no plano federal, tendo à testa do governo Luiz Inácio da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff de 2011 até aqui.

Dentre as políticas mais expressivas do PT, são destacadas: o programa de transferência de renda Bolsa Família, divulgado pelos organismos do governo como importante mecanismo de redução da pobreza que incrementou o consumo no país, ajudando-o a lidar com a crise financeira mundial iniciada em 2007.

A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos caiu 17% após a instituição do programa Bolsa Família, segundo pesquisa elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil⁸; o crescimento de 258% dos ingressos no Ensino Superior, através dos sistemas de cotas, e programas como o REUNI, ProUni, FIES (3 milhões de estudantes entraram na universidade via ProUni e Fies); A política de expansão de empregos no governo Lula, de 2003 até setembro de 2010 foram criados 14.725.039 empregos, uma média de 1,8 milhão de postos de trabalho por cada ano de seu governo⁹.

Teóricos como Emir Sader, Marilena Chauí e Márcio Pochmann classificam os anos que sucederam os governos do PT como pós neoliberais. Para Sader, o Partido dos Trabalhadores foi capaz de instaurar um modelo de gestão que não fosse centrado no mercado, no Estado Mínimo, nas relações econômicas prioritárias com os Estados Unidos e centradas em um modelo de desenvolvimento articulado a redistribuição de renda e implantação de Políticas Sociais.

⁸ <http://noticias.terra.com.br/brasil/mortalidade-infantil-diminui-17-apos-bolsa-familia-diz-pesquisa,1bcee7582c1de310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>(acesso em 17/05/2015)

⁹ http://noticias.r7.com/brasil/noticias/era-lula-cria-mais-empregos-que-governos-fhc-itamar-collor-e-sarney-juntos-20111104.html?s_cid=era-lula-cria-mais-empregos-que-governos-fhc-itamar-collor-e-sarney-juntos-brasilr7_noticias_brasil_facebook&utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=botao_facebook&utm_term=era-lula-cria-mais-empregos-que-governos-fhc-itamar-collor-e-sarney-juntos-brasil-r7 (acesso em 17/05/2015)

Para Pochmann (2011), o Partido dos Trabalhadores foi capaz de romper com um ciclo de gestões de orientação neoliberal no país desde a presidência de José Sarney (1985-1990), passando pelos governos de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O autor sustenta a teoria de que o Brasil abandonou a perspectiva neoliberal ancorado nas seguintes estatísticas: a partir da década de 2000 a economia brasileira esteve na posição de 13^a mais importante do mundo. Pochmann compara a criação dos postos de trabalho no Brasil durante os Governos Lula e nos anos antecessores, de acordo com o autor, na década de 2000 foram gerados 21 milhões de postos de trabalho e na década 1990 foram registrados 11 milhões. Ainda segundo o autor mais de 7% dos brasileiros encaixavam-se na condição de pobreza em 2009, enquanto em 2005 eram mais de 37%¹⁰.

Chauí (2013) classifica como “Revolução Social” o período que compreende os dez anos de governos do PT (2003-2013). A responsabilidade por tal revolução segundo a leitura da filósofa é o Programa Bolsa Família, que possibilitou uma realocação nos papéis de classe permitindo maior poder de consumo e a inserção das mulheres na gerência do benefício, alterando a constituição das relações familiares. Dessa forma, a implementação de Políticas Sociais caracteriza a ruptura essencial com o neoliberalismo, de acordo com a filósofa.

No entanto, é importante realizar uma leitura crítica das estatísticas em torno dos governos do PT e apontar tais marcos como características também de uma década de cooptação de movimentos sociais, superexploração do trabalho e agudização do sucateamento da Educação.

Oliveira (2010) considera equivocada, a ideia de que o Bolsa Família se enquadra como grande programa de inclusão das classes dominadas na política, uma vez que este não questiona a forma de exploração capitalista e se configura como uma política que age dentro dos moldes do capital para estimular o consumo.

Oliveira ainda afirma que o Bolsa Família não foi capaz de reduzir a pobreza e a desigualdade, como se propaga aos quatro ventos. As pesquisas da Fundação Getúlio Vargas apresentadas pelo autor, apontam que de 2003 a 2008, a classe que mais havia crescido, era a

¹⁰ <http://www.vermelho.org.br/noticia/158811-2>

que tinha renda superior a R\$ 4.897. Francisco de Oliveira ainda expõe o Lulismo como uma regressão política, a vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda (2010, p.376)

Ora, o governo Lula, na senda aberta por Collor e alargada por Fernando Henrique, só faz aumentar a autonomia do capital, retirando das classes trabalhadoras e da política qualquer possibilidade de diminuir a desigualdade social e aumentar a participação democrática. Se FHC destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas de desregulamentação (OLIVEIRA, 2010, p. 375).

A tese principal levantada por aqueles que defendem que o neoliberalismo no Brasil chegou ao fim, sustenta que a implantação de políticas compensatórias e de transferência de renda não se configuram como elementos do neoliberalismo. No entanto, essa afirmação pode ser refutada com os argumentos das pesquisadoras Ivanete Boschetti e Elaine Behring (2006). Referências nas áreas de Política Social as autoras historicizam o contexto de introdução das Políticas Sociais no Brasil, principalmente durante as décadas de 1930, perpassando pelo contexto das ditaduras do Estado Novo e Ditadura Militar, ao processo de reabertura política e implantação do neoliberalismo no país.

Boschetti e Behring (2003) nos indicam que os processos de implementação de Políticas Sociais nunca se deram de forma plena, haja vista que são frutos dos embates entre a classe trabalhadora e o patronato. Nas décadas de 1930, a implantação de políticas de seguridade social esteve intimamente relacionada ao processo de surgimento do operariado industrial. Desse modo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), creches públicas e outros benefícios se estabeleceram através da pressão das lutas sociais e estratégia para manutenção da mão de obra e regulação da economia. No modelo neoliberal as Políticas Sociais sofrem reduções e se modificam, passam pelo trinômio privatização, focalização e descentralização, mas não são eliminadas.

1.1.5 O Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais

Para compreendermos quais as determinações dos governos do PT para as políticas públicas e educacionais, é preciso situarmos em qual contexto estas estão e foram inseridas. A eleição de um candidato advindo do operariado em 2002 se caracteriza como um marco na luta de classes no Brasil e evidencia uma metamorfose da noção de esquerda no

país, que tinha no Partido dos Trabalhadores uma das maiores expressões de luta contra a desigualdade e por um outro modelo de sociedade.

Desde o processo de abertura política¹¹, no pós ditadura, Luiz Inácio Lula da Silva figurava como um candidato “natural” do povo à presidência da república. Seus discursos inflamados alardeavam a necessidade de expansão de empregos, de uma luta contra o arrocho salarial, pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. No entanto, ao constituir-se como partido da “ordem”, o PT e a política lulista produzem efeitos regressivos nas dinâmicas dos movimentos sociais, uma desmobilização da classe trabalhadora e o esvaziamento de conteúdo crítico nos movimentos que insistiram em tomar como corretas as posições do governo, que cada vez mais se estreitavam e se incorporavam ao neoliberalismo, como veremos adiante.

O Partido dos Trabalhadores emergiu de uma base social diversificada, que compreendia o movimento operário –sindical, o movimento dos trabalhadores do campo e mais uma infinidade de formas organizativas oriundas das lutas do povo. Cabe aqui apontarmos ações que se colocaram não somente como contradições do discurso petista, inclusive com ataques à classe trabalhadora, mas também como uma continuidade do processo de desertificação neoliberal no Brasil, aprofundado pelas gestões do Partido da Social-democracia Brasileira (PSDB), na figura do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em seu primeiro discurso oficial, Lula já apresentava algumas facetas da atuação de seu partido na gestão do país:

O documento intitulado Carta ao povo brasileiro, por Luís Inácio Lula da Silva, garantiu e conquistou a confiança dos investidores estrangeiros no Brasil, bem como desfez as suspeitas dos empresários brasileiros, sobretudo do grupo da Federação da Indústria e Comércio do Estado de São Paulo (FIESP/SP). Essa carta, declarada de compromisso com os organismos internacionais, especialmente o FMI, tornou evidente a submissão das propostas do PT aos ditames do mercado (SANTOS, 2012, p.87).

Justino de Sousa Junior (2009) afirma que bem antes do início de seu mandato, Lula dava sinais de que sua gestão não se desenvolveria em benefício de sua base social mais ampla. O próprio processo de alianças com a burguesia se expressava em seu vice-candidato,

¹¹ Em 1989 é realizada a primeira eleição direta desde o Golpe Militar de 1964. Lula alcançou o segundo lugar nessas eleições.

o empresário José Alencar. O PT já em suas campanhas eleitorais invertia a relação com suas bases e agradava os setores das classes dominantes dos bancos privados, redes hegemônicas de telecomunicação e burguesia empresarial.

Ruy Braga (2012) afirma que no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, metade os cargos de direção e assessoramento foram divididos por sindicalistas e aliados, inclusive com o PSDB, como foi o caso de Henrique Meirelles no Banco Central. Nesse sentido, os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), de onde emergia grande parte da base do PT, já se alinhavam à administração de Lula da Silva. Além de sindicatos e centrais sindicais, entidades do Movimento Estudantil como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) também passaram a colaborar diretamente com as práticas do Governo Federal. Dessa forma, compreendemos que com a eleição de Lula, ocorreu uma transição pacífica de várias lideranças e entidades hegemônicas no movimento sindical e popular para a gerência petista do Estado brasileiro.

O processo de cooptação das lideranças e entidades representativas da classe trabalhadora e de estudantes, se deu de formas variadas e em diversos setores, como através da disputa por cargos e pastas junto a instituições públicas ou por ministérios. Além disso, o caso de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT condenado por atuação no Mensalão¹² que, cumprindo pena de seis anos e oito meses de prisão, teve permissão para trabalhar como Assessor da Direção Nacional da CUT, demonstra o nível de colaboração entre o Estado e a entidade, demonstrando de que forma membros do partido assessoram a central.

Através da transferência de verbas para entidades e organizações outrora independentes, os governos petistas também mantiveram militantes a seu lado. A própria União Nacional dos Estudantes recebe por volta de 12,9 milhões desde 2003 (Sítio Contas Abertas, 23/04/2010)¹³. Esses fatores foram capazes de desmobilizar diversas pautas

¹² O Mensalão foi um esquema de corrupção política estourado entre os anos de 2005 e 2006, com o protagonismo de dirigentes do PT, membros do governo Lula e aliados. No mensalão, uma mesada era paga a deputados de diversos partidos para que estes votassem favoráveis aos projetos de interesse do executivo. O Julgamento do mensalão ocorreu em 2013 com a condenação de 25 envolvidos.

¹³ <http://www.contasabertas.com.br/website/> (acesso em julho de 2013)

trabalhistas e estudantis, imprimir nestas a orientação petista e reorientar eixos de lutas que antes se pautavam por uma via radical¹⁴, para dá-las um viés passivo e reformista.

O complexo administrativo do PT e modo petista de governar, bem como suas reverberações em diversas esferas sociais, receberam o nome de “lulismo”, e ainda que em alguns pequenos aspectos os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff possam apresentar-se diferentes, a gestão da última também é classificada como pertencente à política lulista.

Francisco de Oliveira (2010), ao fazer uma análise gramsciana para compreender como governos eleitos com intensa participação popular e vinculados às lutas dos trabalhadores praticam o oposto da sua concepção programática inicial, classifica esse processo como hegemonia às avessas, quando governos constituídos por partidos de trabalhadores ascendem ao poder, mas aderem aos programas conservadores e governam para os interesses dominantes do capitalismo periférico.

Já Carlos Nelson Coutinho (2010) configura a gestão petista como determinada hegemonicamente pela pequena política, termo gramsciano que revela a política do dia-a-dia, política parlamentar, viciada e envolvida em conchavos e de intrigas. O autor, citando Gramsci, informa que este concebia como grande política a luta pela destruição ou defesa de estruturas sociais, ou mesmo questões ligadas à fundação de novos Estados, horizontes dos quais após a chegada ao poder, o PT se distanciou e passou a recusar. Para Coutinho, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, em vez de propor a derrocada da hegemonia neoliberal, como se esperava, a tornou ainda mais persistente.

O autor utilizando-se ainda de categorias gramscianas, explica e classifica como transformismo, a cooptação pelo bloco do poder das principais lideranças de oposição de esquerda e adotando o programa burguês de forma ampla. Ou seja, o PT antes a principal referência em termos de política progressista, se incorporou ao que de mais conservador existia na política brasileira.

Ricardo Antunes, em coletânea intitulada *Uma esquerda fora do lugar: Lula e os descaminhos do PT*, de 2006, caracteriza como tragédias, algumas das ações já dos anos iniciais do primeiro mandato de Lula. O autor afirma que em 2004, uma medida do governo

¹⁴ Antes da eleição de Lula em 2002, muitas entidades estudantis e sindicais pautavam suas demandas articulando-as à necessidade de superação do modo de produção capitalista, realizando uma análise radical, indo à raiz dos problemas sociais: a exploração do homem pelo homem que se consubstanciava no capitalismo.

do PT propagava a negação visceral de seu passado, com uma tentativa de fixação do salário-mínimo nacional em R\$ 260,00, que destoava brutalmente do salário indicado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) –órgão no qual o PT sempre se baseou para estabelecer os índices de reajuste das campanhas salariais -, que era então de R\$ 1.400,00 utilizado pelo PT como referência quando oposição nas campanhas eleitorais.

Outros dados levantados por Antunes, mostram que também nos anos iniciais do governo Lula, trabalhadores foram minados com taxas de desempregos gritantes, e cerca de 60% da força de trabalho naquele período foram precarizadas principalmente pelo amplo processo de terceirizações. O setor que mais empregou nesse contexto foi o das empresas de telemarketing, que além de superexplorarem sua força de trabalho, mão de obra constituída principalmente por jovens egressos das fileiras do Ensino Médio, tem condições de trabalho mascaradas, produzindo casos frequentes de lesões por esforços repetitivos em prol da promoção da riqueza compulsiva dos bancos.

1.1.6 O Partido dos Trabalhadores e as deliberações para a educação

No setor da Educação Superior Pública programas como REUNI, PROUNI, FIES e Novo ENEM, foram mecanismos implantados pelos governos petistas e que se configuram como formas de sucateamento da universidade pública e adequação às demandas dos organismos multilaterais.

O REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, se caracterizou como expansão sem qualidade da universidade pública, o número de vagas nessas universidades se expandiu, no entanto, em suas estruturas físicas as universidades não se expandiram a ponto de adequar qualitativamente o novo corpo estudantil, assim como o número de servidores técnico- administrativos e docentes, pouco foi modificado, caracterizando uma precarização do trabalho dos docentes e servidores. Para LEHER aumento gradativo da relação professor/aluno na graduação – em 1988 era de 7,1% em 1998 de 9% e em 2006 chegou à 10,8% – reflete a intensificação do trabalho docente, e indica uma redefinição da relação entre docentes e discentes no cotidiano das universidades (2008)

O que se observa são turmas que crescem a cada ano, sobrecarregando os docentes no atendimento e na orientação de discentes, inclusive no intuito de promover sua inserção em pesquisas. Ainda, pode-se afirmar que os números não mostram com clareza o alcance de tais mudanças. Se a contratação de substitutos objetiva cobrir parte da demanda de aulas, todo o restante, como salientado, permanece como atividade dos efetivos: aulas na pós-graduação *stricto sensu*, orientações, representações etc. A relação professor/aluno apresentada, portanto, é apenas uma parte do problema da intensificação do trabalho docente. O quadro total sugere não só consequências diferenciadas na sobrecarga de trabalho dos docentes, como também alterações estruturais no padrão unitário almejado, tanto para a carreira docente quanto para a universidade. (2008, p.18)

Para Lima e Ferreira (2011), REUNI, PROUNI e Novo Enem se relacionam diretamente com o processo de privatização da Educação Superior, que nos governos do PT avançou significativamente. Os autores apontam que em 2002 (último ano do governo FHC), 11,9% das Instituições de Ensino Superior (IES) eram públicas e 88,1% privadas. Em 2009, penúltimo ano do governo Lula 2.069 instituições de educação superior eram privadas (89,4%) e apenas 245 públicas (10,6%). O processo de expansão das IES se relaciona fortemente com a forte presença da Educação a Distância. Em 2011 o Brasil apresentava 838.125 alunos matriculados em cursos superiores à distância: 665.429 em instituições do setor privado e 172.696 no setor público.

Lima e Ferreira ainda destacam dados que revelam de que forma ocorre a transferência de verba pública para o setor privado de educação superior. Segundo os autores, os empresários do setor educacional tem garantia de dez anos de isenção do pagamento das seguintes contribuições: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ). Outros dados apontados pelos pesquisadores com base em documentos da Receita Federal informam que a perda de recursos para investimentos na educação pública de nível superior aumenta de forma progressiva: em 2005 a isenção fiscal foi de R\$ 106.737.984, em 2006 foi de R\$ 12.721.465; e em 2007 R\$ 126.050.707.

A partir desses dados, podemos aferir que o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), vem significando a isenção de impostos para o empresariado do setor educacional, ao invés do investimento em universidades públicas, demonstrando consonância do Estado com as orientações do Banco Mundial que sugere a diminuição de investimentos no ensino superior.

Machado e Rocha (2009), afirma que sob a justificativa de introduzir os jovens das camadas populares nas universidades, seja com bolsas integrais ou parciais, a visão do PROUNI é propagada como essencial para a saída dos jovens da situação de desemprego. No entanto, a principal finalidade do programa além de reforçar a ideia de que o Brasil expandiu o ensino superior, é a de aquecer o mercado educacional de nível superior, que vem se apresentando como um setor de investimentos dos mais rentáveis.

O Novo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), desde 2009 vem sendo implantado nas como forma de extinguir o vestibular convencional gerido pelas próprias universidades. A forma de implantação do modelo nas universidades públicas gerou protestos estudantis à nível nacional contra a adoção do ENEM, por este estar assentado nas mesmas bases meritocráticas que o antigo vestibular, propiciar uma reestruturação no Ensino Médio com base em eixos tecnológicos e se vincular ao Sistema de Seleção Unificado (SISU) que destina o curso adequado ao estudante a partir de sua nota de corte, provocando evasão por falta de afinidade com os cursos aos quais os resultados de sua prova os permite permanecer. Em 2010 a Universidade Federal de Pernambuco já registrava uma taxa de evasão ou abandono de 20% para 35%¹⁵.

Outra característica dos governos do PT, dar-se no imbróglio do Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE se constitui a partir de um fórum tripartite, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), que agrega trabalhadores articulados em movimentos sociais, setores do Estado e empresariais. As vinte metas desenvolvidas nesse espaço para o decênio de 2011-2020 sofreram vetos e reformulações na reedição do documento pelo governo Dilma Rousseff, sendo aprovado no ano de 2014. Observamos que existem pelo menos dois problemas fundantes na constituição do PNE. São eles: sua vinculação direta as metas do Banco Mundial expressas na Declaração Mundial de Educação Para Todos (o que já o configura enquanto política educacional neoliberal), e a formulação de metas para a educação realizada por empresários.

Gabriel Gabrowsky em sua tese de doutoramento (2003) destaca ainda, programas educativos de qualificação profissional surgidos nos governos do PT, que se apresentam como alternativas ineficazes e propagadoras da inserção precária da juventude no mundo do

¹⁵ <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/sisu-aumenta-evasao-de-estudantes-em-universidades-publicas/?cHash=18cd8596a65304ec14048a70ecf7d0d9> (acesso em julho de 2013)

trabalho. O PROJOVEM, Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Ação Comunitária, que segundo Gabrowsky se realiza principalmente pela ação de Organizações Não Governamentais (ONGs), o PROEJA e o Programa Brasil Profissionalizado dentre outros, são alguns dos programas e políticas assinalados pelo autor.

1.2 Um modelo neodesenvolvimentista?

1.2.1 O velho desenvolvimentismo

Alguns teóricos importantes no campo do pensamento social crítico, vem caracterizando a fase atual do capitalismo neoliberal no Brasil como neodesenvolvimentista. A priori, essa associação entre neoliberalismo e desenvolvimentismo pode nos causar estranheza, uma vez que no modelo de desenvolvimento que vigorou das décadas de 1930 à 1980, a participação ativa do Estado na economia e o fortalecimento das indústrias nacionais eram características centrais, e o modelo neoliberal por sua vez, se aplicado em sua forma ortodoxa, tal qual preconizavam seus principais teóricos, classifica como danosa a intervenção ativa do Estado na economia. Vejamos no entanto, a visão desses teóricos, e de que forma essa análise pode contribuir para o entendimento de nosso objeto de estudo: o PRONATEC.

Fiori (apud Maurício, 2013), nos indica que a tese desenvolvimentista se orienta pelo consenso de uma estratégia de desenvolvimento nacional baseada na acumulação de capital na indústria, como forma de realizar a transição da sociedade tradicional/rural para a moderna/industrial, colocando o país na rota do desenvolvimento capitalista.

No Brasil, os principais teóricos a defenderem o desenvolvimentismo como estratégia para o país foram: Hélio Jaguaribe, Bresser Pereira, Celso Furtado entre outros, que davam diferentes sentidos ao conceito de neodesenvolvimentismo e se articulavam à nível nacional ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e à nível internacional à Comissão Econômica para a América Latina.

O período da República Velha no Brasil foi caracterizado economicamente pela transição do modelo agrário exportador de acumulação de riquezas, para o início da industrialização no país. O modelo agrário exportador conferia grande poder político aos fazendeiros que organizavam e reproduziam seu domínio através das oligarquias.

A produção de riquezas no Brasil era, portanto, controlada pelos fazendeiros e garantida pelo trabalho camponês e pela acumulação de extensas faixas de terra por parte da

burguesia latifundiária. Já durante a Primeira Guerra Mundial, empresários brasileiros investiam em indústrias de produtos para exportação, como a carne.

No Brasil se desenvolviam então duas novas classes: a burguesia industrial e o operariado. A partir da década de 1930, quando se faz a transição da República Velha para a Nova República, a velha estrutura política que comportava o modelo agrário comercial se tornava incoerente com a nova configuração social que se delineava com o capitalismo industrial no Brasil.

Após a Revolução de 1930, com a aceleração da industrialização do país e a mobilização das massas urbanas, assistimos à transformação da questão social de ‘caso de polícia’ para ‘caso de política’ e ao advento do populismo. O desenvolvimento nacional passou a ser a ideia guia, dando azo à manifestação de ideologia que veio a ser identificada pelo nome de Nacional Desenvolvimentismo (SAVIANI, 2010, p.311).

Em Estado e Capitalismo (1998), Octávio Ianni apresenta algumas características principais para a compreensão do que é o desenvolvimentismo. Para o autor, a ideia de desenvolvimentismo coloca na industrialização a responsabilidade pela ruptura com um sistema econômico e social ineficaz, colonial ou semicolonial.

No entanto, essa ruptura ocorre de modo parcial e pouco consubstanciada na perspectiva de rompimento com o modo de produção capitalista. Ou seja, o desenvolvimentismo é uma ideologia que com vestes progressistas, incute uma racionalidade no comportamento econômico nacional. Tal ideologia, segundo afirma Ianni, cria uma mentalidade onde a fundação de cidades, portos, obras nos setores de transportes, novas reservas de combustível e outros fatores se aliam a fundamentação de campanhas que alimentem a ideia de que o benefício dessas obras serão desfrutados por gerações futuras.

Para o autor, a presidência de Juscelino Kubitschek entre os anos de 1956 e 1961 e a implementação do Plano de Metas¹⁶ culminando com a construção de Brasília, é a objetivação da mística desenvolvimentista. Ianni identifica o desenvolvimentismo como concepção ideológica que se afirma como harmonizadora das desigualdades sociais, mas que acelera e justifica a supremacia da burguesia industrial.

¹⁶ Programa de industrialização e modernização levado a cabo na presidência de Juscelino Kubitschek, na forma de um conjunto de objetivos setoriais.

Nesse sentido as correntes socialistas do Brasil, sob o direcionamento da necessidade de desenvolver as forças produtivas para se alcançar de forma contraditória a ruptura com o capitalismo, conseguiu defender das décadas de 1930 a 1980, um projeto de modernização que alavancava a burguesia no país.

Maurício (2013), historiciza o conceito de desenvolvimentismo no Brasil e ancorado em Ianni (1985) indica uma inclinação da esquerda brasileira para um determinado modelo de desenvolvimento.

[...] entre os anos 1945 e 1964 o Partido Comunista do Brasil (PCB) defendeu um modelo de desenvolvimento político e econômico que implicava na consolidação e crescimento do capitalismo nacional. Essa fase de desenvolvimento do modo de produção era pré-requisito para a realização da revolução socialista no continente (FIORI, 2011a). Essa teoria justificou uma série de alianças entre trabalhadores e a burguesia industrial, esta encarada como possuindo elementos de contradição com o imperialismo e o latifúndio (2013, p.7)

Luiz Carlos Bresser Pereira (2010), afirma que o desenvolvimentismo é a ideologia de desenvolvimento econômico dos países retardatários que evoluíram industrialmente depois de muitos países imperialistas. Para Bresser Pereira, a ideologia referenda uma coalizão de classes nacionalista, onde empresários, burocracia estatal e trabalhadores realizam um acordo social de centro-direita e centro-esquerda.

1.2.2 O novo desenvolvimentismo

O Neodesenvolvimentismo é posto como uma evolução do desenvolvimentismo que, segundo a leitura de Ricardo Bielschowsky, seria a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria (...) e um projeto de industrialização apoiado e planejado pelo Estado (1988, p.247-250).

Segundo Maurício, o retorno do desenvolvimentismo se dá em condições históricas diferenciadas do debate que ganhou relevo após a Segunda Guerra Mundial. O autor informa que o retorno ao desenvolvimentismo significou um retorno ao debate sobre o lugar do Estado na economia capitalista (no contexto da crise do mercado e da esquerda), contudo marcado pela imprecisão dos interesses políticos de classe e por um perfil de políticas macroeconômicas bastante oscilantes:

O novo se diferenciaria do velho desenvolvimentismo por apresentar um crescimento econômico menor do que o do velho desenvolvimentismo; manter a abertura comercial de Collor e FHC dando menos importância ao mercado interno; menor importância a política de desenvolvimento do parque industrial; reativação da função primário exportadora do capitalismo brasileiro; menor capacidade distributiva de renda; a fração burguesa que dirige o neodesenvolvimentismo não tem interesse de agir como força social nacionalista e anti-imperialista (BOITO, 2012, p. 6, APUD MAURÍCIO, 2013).

Podemos visualizar Armando Boito Junior, José Luís Fiori, Giovanni Alves e outros pensadores que interpretam o atual modelo sócio- econômico no Brasil como fundamentado na ideologia neodesenvolvimentista. Estes realizam uma interpretação não-homogênea sobre a temática do modelo de desenvolvimento do Brasil, mas fazem leituras que se aproximam e convergem para a posição de que as gestões do Partido dos Trabalhadores imprimiu um caráter neodesenvolvimentista em suas ações.

Boito Junior (2012) afirma que o modelo capitalista vigente no Brasil é o modelo neoliberal, no entanto, indica que o neoliberalismo no país teve adaptações e reformas. Dentro dessas reformas, o autor cita como exemplo as políticas de expansão de emprego no país. Para o autor, o modelo neodesenvolvimentista retoma a aspiração de desenvolvimento do século passado, mas com ambições menores, que o distingue do modelo de desenvolvimento das décadas de 1930 à 1980. O autor indica que no modelo de desenvolvimento atual, as taxas de crescimento econômico são mais modestas, o mercado interno é posto como menos importante e a burguesia interna não almeja agir como força anti-imperialista. Esse modelo de desenvolvimento para o autor é sustentado pela burguesia interna:

A burguesia não é uma classe homogênea, ela encontra-se dividida em frações cujos interesses de curto prazo diferem entre si em decorrência das situações distintas vividas pelas empresas no processo de acumulação capitalista (banco, indústria e comércio; grande capital, médio capital; exportação, importação etc.) e em decorrência do perfil da política econômica do Estado. A fração que denominamos grande burguesia interna brasileira é integrada por grandes empresas de variados setores da economia. O que unifica essas empresas é a reivindicação, motivada pela política econômica de abertura comercial e de desnacionalização da década de 1990, de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro. Essa fração burguesa quer o investimento estrangeiro no país, mas pretende, ao mesmo tempo, preservar e ampliar as suas posições no capitalismo brasileiro – é por isso que a denominamos burguesia interna e não burguesia nacional que pode, essa última, assumir posições anti-imperialistas. Vê-se que, ao contrário de uma ideia bastante corrente, a chamada “globalização” não fundiu a burguesia dos diferentes países numa suposta burguesia mundial (BOITO JR, 2012).

Boito Júnior entende que a burguesia nacional, que prefere chamar de burguesia interna, não sofreu com o neoliberalismo ortodoxo implementado no país na década de 1990, uma vez que a redução dos direitos trabalhistas, enfraquecimento do sindicalismo e outros fatores, fizeram com que esse setor dobrasse significativamente seu patrimônio. No entanto, a burguesia interna também foi impactada com aspectos específicos do modelo capitalista neoliberal, solicitando proteção estatal para não ser dizimada pelo capital financeiro internacional.

É nesse aspecto que reside uma das semelhanças fundamentais do neodesenvolvimentismo com o desenvolvimentismo do passado: o fortalecimento da burguesia nacional. Esse fortalecimento nos moldes atuais não significa o impedimento de aplicação do capital estrangeiro no Brasil, mas inclusive, alianças proveitosas entre burguesia nacional e internacional:

A ascensão de Lula representou, acima de tudo, a ascensão dessa fração da burguesia em disputa com o grande capital financeiro internacional. A priorização dos interesses dessa fração do grande capital pelo Estado brasileiro aparece em inúmeros aspectos da política econômica dos governos Lula e Dilma. Aparece no abandono a frio da proposta da ALCA, na nova política de créditos do BNDES que visa à formação dos chamados “campeões nacionais” para diferentes setores da economia, na inversão da política de comércio exterior da era FHC, visando obter saldos crescentes na balança comercial, na legislação que prioriza as empresas instaladas no país para as compras do Estado e das empresas estatais, na nova política externa que visa fortalecer as relações Sul-Sul e, como estamos vendo neste momento, nas iniciativas do governo Dilma, visando proteger a indústria interna. Pois bem, a grande burguesia interna é a força dirigente da frente política neodesenvolvimentista, ou seja, é essa fração de classe que define os objetivos prioritários e os métodos de intervenção política da frente (BOITO JR, 2012).

José Luiz Fiori aponta que o neodesenvolvimentismo resgata o papel do Estado na orientação do modelo de desenvolvimento e se propõe a ser uma “terceira via”, entre o populismo que fundamentava o desenvolvimentismo do século passado, e a ortodoxia do modelo neoliberal da década de 1990.

(...) como se tratasse de uma gangorra que ora aponta para o fortalecimento do mercado, ora para o fortalecimento do estado. Na prática, o “neo-desenvolvimentista” acaba repetindo os mesmos erros teóricos do passado e propondo um conjunto de medidas ainda mais vagas e gelatinosas do que já havia sido a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 50. Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes “campeões nacionais”; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E finalmente, com relação ao papel do estado, o “neo-desenvolvimentismo” propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão

central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações (FIORI, 2007)

Giovanni Alves denomina a fase considerada neodesenvolvimentista do país como “choque de capitalismo”. Segundo o autor, o neoliberalismo não compõe uma etapa diferenciada do processo de desenvolvimento tardio do Brasil impulsionado desde a década de 1930, mas o modelo neoliberal compõe uma etapa constituinte do processo de tentativa de modernização do país.

Para Alves, Lula e Dilma reduziram o desemprego por conta do crescimento da economia em condições propícias do mercado mundial – pelo menos até 2009; reduziram a desigualdade social por conta das políticas de transferência de renda e gasto público. Essa estratégia, é colocada por Alves como parte do processo de adequação às regras do capitalismo mundial, para a entrada nos marcos de país desenvolvido.

A própria entrada do Brasil nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), grupo de economias emergentes, significa para Alves a tentativa de modernização do Brasil através de políticas de adequação da economia aos países do capitalismo central. Com isso, o autor indica que o PT adota cada vez mais um projeto de desenvolvimento democrático-burguês onde seu horizonte estratégico reduz-se ao crescimento da economia com ampliação do mercado interno e redistribuição de renda e combate a pobreza (ALVES, 2014, Blog da Boitempo).

Alves expõe ainda que a burguesia interna apostou em um projeto de crescimento que fosse estável monetariamente, dessa forma seria possível a manutenção dos pilares do Estado neoliberal. O autor defende a posição de que na medida em que a economia cresce, mantendo-se o emprego e o salário, o lulismo encontra apoio de setores da classe operária organizada e trabalhadores manuais das metrópoles.

Roberto Leher (2011), aponta uma tendência de governos de escopo social-liberal, no passado críticos aos projetos de modernização e desenvolvimento, de assimilação das teses do crescimento econômico como ponte para promover a resolução das problemáticas sociais.

Reinaldo Gonçalves (2013) por sua vez, também aponta como problemática as estratégias do modelo brasileiro de desenvolvimento. Gonçalves aponta que o modelo de desenvolvimento instaurado no Brasil a partir da década de 1990, rompeu com os padrões da proposta de desenvolvimento predominante principalmente após a década de 1930, o autor prefere intitular o novo modelo brasileiro de desenvolvimento como “desenvolvimentismo às

avessas”. Abaixo, observamos um quadro com as diferentes características dos modelos de desenvolvimento do país observadas por Gonçalves

Quadro 2 – Principais características do nacional-desenvolvimentismo (continua)

<p style="text-align: center;">Trinômio</p> <p>Industrialização substitutiva de importações</p> <p style="text-align: center;">Intervencionismo estatal</p> <p style="text-align: center;">Nacionalismo</p>	<p style="text-align: center;">Ideologia do desenvolvimento</p> <p style="text-align: center;">Industrialização</p> <p style="text-align: center;">Soberania</p>
<p>Estratégia de Crescimento Econômico</p> <p>Crescimento econômico</p> <p style="padding-left: 40px;">Industrialização</p> <p style="padding-left: 40px;">Mudança da estrutura produtiva</p> <p>Redução da vulnerabilidade estrutural</p> <p style="padding-left: 40px;">Industrialização</p>	
<p>Processo político</p> <p>Deslocar o poder econômico e político dos grandes proprietários de terras e recursos naturais para a burguesia industrial</p>	
<p>Plano da política econômica</p> <p style="padding-left: 40px;">Planejamento econômico</p> <p style="padding-left: 40px;">Política Comercial protecionista</p> <p style="padding-left: 40px;">Política industrial proativa</p> <p>Incentivo ao investimento privado na indústria de transformação</p> <p style="padding-left: 40px;">Investimento estatal nos setores básicos</p> <p style="padding-left: 40px;">Preferência pelo capital privado nacional</p> <p style="padding-left: 40px;">Política fiscal expansionista</p>	

Quadro 2 – Principais características do nacional-desenvolvimentismo (conclusão)

<p>Redução da vulnerabilidade externa estrutural: pilares</p> <p>Alteração de padrão de comércio exterior</p> <p>Menor dependência em relação à exportação de <i>commodities</i></p> <p>Mudança na estrutura de importação</p> <p>Encurtamento do hiato tecnológico</p> <p>Fortalecimento do sistema nacional de inovações</p> <p>Tratamento diferenciado para o capital estrangeiro</p>

Fonte: GONÇALVES 2013,(p. 36-37)

Quadro 3 – Nacional desenvolvimentismo e nacional desenvolvimentismo às avessas/ governo Lula

Nacional desenvolvimentismo	Nacional desenvolvimentismo às avessas
<p>Industrialização</p> <p>Substituição de importações</p> <p>Melhora do padrão de comércio</p> <p>Avanço do sistema nacional de inovações</p> <p>Ganhos de competitividade internacional</p> <p>Desconcentração de capital</p> <p>Subordinação da política monetária à política de desenvolvimento</p>	<p>Desindustrialização</p> <p>Dissubstituição de importações</p> <p>Reprimarização das importações</p> <p>Maior dependência tecnológica</p> <p>Desnacionalização</p> <p>Maior concentração de capital</p> <p>Dominação financeira</p>

Fonte: GONÇALVES 2013,(p. 109)

Para Boito Junior (2012), o neodesenvolvimentismo seria uma frente política de base social ampla e heterogênea, que sustenta a política de crescimento econômico impulsionadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. O autor considera

o neodesenvolvimentismo como o desenvolvimentismo característico da atual fase neoliberal do capitalismo.

Plínio de Arruda Sampaio Junior, realiza uma leitura de que o neodesenvolvimentismo não se aplica de fato no Brasil, se configurando enquanto uma mera expressão de propaganda dos governos do Partido dos Trabalhadores:

O neodesenvolvimentismo é um rótulo vazio. É muito mais uma estratégia de propaganda dos governos Lula e Dilma, no seu afã de se diferenciar dos governos FHC, do que num corpo de doutrina para orientar a ação do Estado (2010, p. 12).

O autor faz essa afirmação com base nos dados relativos ao crescimento econômico ocorrido nos oito anos de governo Lula (3%), investimentos abaixo de 17% do PIB. Essas taxas se colocaram um pouco acima do desempenho do conjunto das economias latino-americanas e para o teórico, se deram com base na abundância de crédito barato no mercado financeiro internacional, aumento das exportações e expansão do grau de endividamento das famílias.

Vale ressaltar que consideramos o neodesenvolvimentismo e o neoliberalismo facetas que se complementam no atual quadro da realidade brasileira, como inerentes a um mesmo modo de gestão política e econômica. No neoliberalismo, o Estado não se ausenta por completo, segue atuando como um comitê gerente dos negócios da burguesia, como assinalara Marx (1998), e suas intervenções vem situando-se no sentido de desenvolver fortalecer a acumulação capitalista.

1.2.3 Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho

O discurso e a prática neodesenvolvimentista ganharam amplitude no Brasil através da aplicação dos projetos do Governo Federal nos setores de energia, infraestrutura, transporte e recursos hídricos. Estes projetos foram condensados em 2007 no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e tem sua continuidade em uma etapa denominada como PAC II (Maurício, 2013).

O PAC, se executa principalmente através da ação de multinacionais para a exploração energética. O Programa teve suas obras amplamente difundidas pelos governos do

PT sob a justificativa de exaltação das riquezas naturais do Brasil, assim como, da produção de fontes de bioenergia independentes para o impulso de uma possível soberania nacional.

O principal foco do PAC é a construção de infraestruturas que facilitarão a produção e o escoamento dos produtos brasileiros. Portanto, concentram-se investimentos na criação de portos, aeroportos, estradas e usinas hidrelétricas. Lançado pelo então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva em 28 de janeiro de 2007, o PAC previa o investimento R\$504 bilhões até 2010 em infraestrutura. Através destes recursos o governo federal buscava incentivar o desenvolvimento econômico do Brasil, principalmente nos setores como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. Até outubro de 2010 foram investidos 94% dos recursos pretendidos no período. Neste ano também foi lançado o PAC II, o qual ampliou as áreas investidas e o volume de recursos. (VIEIRA CAMPOS, 2013, p.215)¹⁷

As mortes de camponeses e ambientalistas que principalmente na região Norte do país, resistiram e resistem à expansão e devassa promovidas pelo agronegócio e obras de infraestrutura, foram e são tratados com descaso pelo PT. Camponeses, Quilombolas e Povos da Floresta, são impactados com as obras do PAC. As obras da Usina Hidrelétrica de Jirau, de responsabilidade majoritária de uma construtora francesa, pôs em risco a permanência e sobrevivência de populações tradicionais em Rondônia, Estado onde é situada. A usina, após uma série de irregularidades, de denúncias de licenças ambientais forçadas e morte de trabalhadores, passou a funcionar em 2013. Segundo a página do Governo Federal na internet no início das obras:

O investimento total previsto é de R\$ 9,6 bilhões e ela deve começar a operar em janeiro de 2013. Os números da obra impressionam: serão quase 15 milhões de sacos de cimento (50kg), 146 mil quilos de aço, 1 milhão de metros cúbicos de rochas e argila, barragem com 1,15 km de extensão e mais de 10 mil trabalhadores.¹⁸

Os acidentes de trabalho durante a construção da usina eram frequentes, com ocorrências de mutilações e mortes causadas pelas horas excessivas de trabalho, em turnos que se expandiam pela madrugada. Segundo boletins informativos de organizações de movimentos dos trabalhadores:

¹⁷ http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v16_caue_GIII.pdf (acesso em fevereiro de 2015)

¹⁸ <http://www.pac.gov.br/i/f1e1c8ab> (acesso em dezembro de 2014)

Já em abril de 2008, a PLATAFORMA DHESCA (rede de entidades de direitos humanos) realizou uma missão de monitoramento de violações de direitos humanos no complexo hidrelétrico do Rio Madeira, que concluiu pela ocorrência de várias violações. Uma nova Missão Emergencial de Monitoramento foi realizada nos dias 31 de março e 01 de abril de 2011, que constatou violações que haviam causado a morte de seis trabalhadores em acidentes de trabalho; mais de 1.000 autuações da Superintendência Regional do Trabalho por violação à legislação trabalhista; uso ilegal de medidas coercitivas pela segurança patrimonial; pagamentos fora da folha de pagamento; tratamento diferenciado e inferior para trabalhadores contratados fora do Estado por intermediadores de mão de obra; trabalhadores com jornada semanal superior a 60 horas; problemas também quanto ao reassentamento de populações; migração com grande impacto ambiental; aumento do número de homicídios dolosos; aumento da quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual; infraestrutura escolar e de saúde que não atende à demanda da população, entre várias outras violações de direitos humanos. Tanto na greve de 2011, quanto na de 2012, grande contingente policial foi enviado para o canteiro de obras de Jirau (efetivo da COE da PMRO, polícia civil de Rondônia, da Força Nacional, da Polícia Federal, ABIN, etc.). Nessa onda de repressão, o operário Josivan França Sá, jovem de 24 anos, foi atingido por um tiro disparado pelo sargento-PM Francisco das Chagas da Silva, nas proximidades da rodoviária do distrito de Jaci Paraná, dia 13 de fevereiro, durante protesto devido ao atraso do ônibus que levaria os operários de volta a usina. Josivan havia sido aliciado no município de Pedro do Rosário, Maranhão. Também por causa da violenta invasão policial do canteiro de obras, na madrugada do dia 3 de abril, morreu o operário Francisco Sousa Lima, pedreiro, que havia sido aliciado no estado do Amazonas¹⁹

As obras de Jirau, da Usina de Santo Antônio e de Belo Monte, são postas entre as 10 maiores obras do PAC. O sociólogo Ruy Braga, nos informa através de anuários estatísticos do Ministério da Previdência Social, que o número de acidentes de trabalho no Brasil, quase dobrou em 2003 – primeiro ano do governo Lula – e 2008 saltando para de 399 mil, para 747 mil (2012, p.234), tendo uma parte significativa deles, ocorrida nas grandes obras.

A Usina de Belo Monte, no Pará, está sendo construída na reserva do Xingu, com sua barragem principal em terras indígenas. A construção da hidrelétrica, causará desconfigurações no escoamento do Rio Xingu, reduzindo seu potencial hídrico e diminuindo a fauna, a flora, com consequentes interferências nas formas de sobrevivências dos povos indígenas que habitam a reserva.

Além disso, a construção da usina dependerá da sazonalidade das chuvas, o que prevê gastos exorbitantes, danos ambientais com potenciais desastrosos e a extinção de povos

¹⁹

<<http://www.ligaoperaria.org.br/1/?p=3490>, 24 de janeiro de 2013>

tradicionais, para que os maiores beneficiados sejam os proprietários das construtoras executoras das obras.

O Governo Federal levanta a tese de que a usina trará benefícios importantes para as comunidades indígenas, como melhor acesso à saúde e tratamento da água. No entanto, trata-se de uma questão não tão somente de subsistência. O antropólogo Ricardo Verdum aponta que para além da manutenção da vida, existe também o impacto de mudanças significativas na cultura indígena:

(...) na medida em que haverá impacto sobre o rio e sobre o pescado, criará obstáculos para o fluxo da pesca e para a reprodução dos peixes. A população daquela região depende muito do rio, que é uma grande fonte alimentar. Além disso, existe também um povo bastante isolado naquela região, para o qual a Funai já criou um grupo de trabalho específico e que atuará preventivamente. Todavia, dado o tamanho do impacto naquela região, com a ocupação e deslocamento de pessoas e a construção de estradas, esse grupo será muito afetado. Alguns grupos étnicos estão mais distantes do rio Xingu e sofrerão impactos mais indiretos, relacionado ao pescado. Outros estão bem próximos ao canteiro de obras e serão bastante influenciados, atraídos pelo movimento. Alguns irão até trabalhar como funcionários. Outro impacto, caso não haja cuidado rígido, diz respeito à prostituição. São dez mil homens assentados, imobilizados no canteiro de obras, e isso cria uma série de tensões e pressões, principalmente sobre as mulheres, não só nas cidades próximas, como Altamira, mas também mulheres indígenas e agricultoras. Elas são vítimas muito frequentes neste tipo de situação. Não são apenas os indígenas prejudicados. Há uma série de comunidades de ribeirinhos, agricultores familiares que estão naquela região e que, se não forem deslocados, serão pressionados de alguma forma²⁰.

Ainda segundo o Governo Federal, a proposta de funcionamento para Belo Monte é para 2015, mas sua previsão de conclusão é viável apenas para 2019. Nesse ínterim, os protestos contra a construção da usina ocorreram à nível nacional, e na própria usina, os conflitos trabalhistas também se intensificam.

Na obra de construção da UHE de Belo Monte o primeiro conflito ocorreu em novembro de 2011, data-base da categoria. Essa rebelião é chamada “dos Maranhenses”, por ter sido feita por trabalhadores oriundos desse estado. O SINTRAPAV-PA, ligado à Força Sindical, havia feito um acordo com o CCBM, considerado insuficiente pelos trabalhadores da obra. Com isso os trabalhadores se rebelaram e paralisaram as obras, reivindicando aumentos salariais, redução da baixada e aumento do vale-alimentação. Devido à existência de um acordo do sindicato com a patronal, a greve foi sumariamente reprimida e derrotada, e todos os trabalhadores de origem maranhenses que trabalhavam na obra foram demitidos.

²⁰ <<http://www.brasildefato.com.br/node/5741>> (acesso em novembro de 2014)

Entre abril e maio de 2012 ocorreu uma greve fora da data-base, por isso, imediatamente considerada ilegal pela Justiça do Trabalho. As reivindicações eram semelhantes à primeira, porém a greve também foi derrotada, com os trabalhadores sendo obrigados a voltar a trabalhar pela justiça. No entanto, o caso foi para a Justiça do Trabalho, e levando em consideração que as reivindicações eram praticamente as mesmas dos trabalhadores de Jirau, tiveram suas reivindicações atendidas, os juízes que julgaram o caso de Belo Monte obrigaram o CCBM a atender retroativamente todas as reivindicações dos trabalhadores (VIEIRA CAMPOS, 2013, p. 220).

Através das referências bibliográficas e dados coletados, podemos aferir que a atual configuração do capitalismo no Brasil se afirma assentada em bases de raízes neoliberal e neodesenvolvimentista. A partir desses traços, notamos que através da justaposição desses modelos de gerência do capital, as gestões do PT foram capazes de reproduzir expressivas marcas no campo da economia, mundo do trabalho, educação e outras esferas.

Macário, Sobral do Vale e Coelho Alves (2013)²¹ caracterizam o atual modelo de desenvolvimento do país como perpassado por processos de modernização conservadora. Para os autores, na medida em que o capitalismo se desenvolve, se diferenciam as dinâmicas nos países clássicos e desenvolvidos e nas nações colonizadas e dependentes. Ancorados em Ruy Mauro Marini, os teóricos afirmam que a relação entre crescimento econômico/modernização e pobreza/miséria são extremos que sustentam o modo de produção capitalista.

Assim, existe uma cadeia de exploração e superexploração onde países de economias clássicas exploram os países de economia emergentes, e os últimos por sua vez, exploram os países menos desenvolvidos industrialmente, caracterizando o subimperialismo.

Dessa forma, as relações de mudanças e modernização nos países ditos dependentes, serão sempre no intuito de conservar a lógica que sustenta o capitalismo. Macário, Sobral do Vale e Coelho Alves (2013) demonstram que essa relação de subordinação e dependência implica diretamente no modo de organização da educação dos países de economia menos desenvolvidas. Ou seja, os processos de modernização conservadora originam políticas de educação para

²¹ <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1254203900.pdf>>(acesso em 12 de setembro de 2013)

todos os níveis e modalidades de ensino coerentes com o estágio de desenvolvimento do capitalismo no país.

O contexto e a conjuntura exposta nesse capítulo, expressam às margens de introdução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC, como programa educacional ofertado à juventude e propagandeada pelo PT como anúncio de inclusão dos jovens ociosos e motivador de mudanças significativas para a ordem econômica do país.

As ações dos governos do PT podem ser apontadas por seu caráter regressivo e destrutivo em diversas esferas e categorias, como posto neste capítulo. De cariz neoliberal e neodesenvolvimentista, as ações petistas apontam seu viés conservador, tal qual governos anteriores capazes de implantar o processo de desertificação neoliberal no Brasil.

No capítulo que se segue, abordaremos os principais antecedentes do PRONATEC, entre eles o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO 1963-1982), o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR 1996-2002) e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ-2003), suas relações com os arranjos produtivos de cada época em que foram implementados e as vertentes ideológicas mais significativas do Ensino Técnico.

2 ENSINO TÉCNICO: ADEQUAÇÕES ÀS DEMANDAS PRODUTIVAS E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PRONATEC

2.1 Décadas e ações expressivas para o ensino técnico no Brasil

Nesse capítulo esboçaremos os principais antecedentes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – Pronatec. Nossa intenção ao apontar programas voltados para a oferta de ensino técnico no Brasil que antecederam ao Pronatec, não se dá apenas pela necessidade de estabelecer uma analogia entre programas de Ensino Técnico, mas observar em que proporção os programas: PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra – 1963/1982) e PLANFOR (Plano Nacional de Formação Profissional – 1995/2002), se identificam como propostas de formação de mão de obra e como eles

atendem, cada um a seu modo e em seu tempo, ao modelo de desenvolvimento em vigor do capitalismo no Brasil.

A história do Ensino Técnico no Brasil se relaciona diretamente com a necessidade de ajustes produtivos e de introdução de novos modelos econômicos no país. Além disso, o Ensino Técnico se estruturou mediante a perspectiva de inserir as camadas mais pauperizadas da sociedade nas relações de trabalho e educação.

Para Saviani (2010), os indícios de oferta de ensino técnico na história da educação brasileira já são apresentados desde a introdução do ensino jesuítico em 1549, perpassando pela instituição das escolas de artífices e ofícios no decorrer dos séculos.

Com a década de 1930 e a introdução do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização, o Brasil inicia um processo de mudanças estruturais e passa por uma expressiva efervescência ideológica e política. Os ideários educacionais liberais se adaptam às perspectivas de setores das classes dominantes no Brasil, passando a educação a ser considerada um campo importante para disseminar a formação do indivíduo para o novo modelo de desenvolvimento que se esboçava.

O período da República Velha no Brasil, definido pelos historiadores como sendo aquele que vai da Proclamação da República em 1889, até a Revolução de 1930, foi caracterizado economicamente pela transição do modelo agrário exportador de acumulação de riquezas, para o início da industrialização nos solos Brasil.

Tendo como principal produto o café e sustentando sua economia primordialmente agrária na exportação desse produto, a economia brasileira era, conseqüentemente, controlada pelos fazendeiros cafeicultores, garantida pela exploração do trabalho camponês e pela acumulação de extensas faixas de terra por parte da burguesia latifundiária.

No sentido de proteger os grandes fazendeiros de café era instituída a “política dos governadores, ou do “café com leite”. Através dela, o poder federal se dividia entre representantes dos estados de São Paulo e Minas Gerais, maiores produtores. Ao mesmo tempo em que se dava a expansão cafeeira, foram criadas indústrias de bens que pudessem facilitar a exportação do produto, como os artigos voltados para a construção de ferrovias.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), empresários brasileiros investiam em indústrias de produtos para exportação, como a carne, iniciando uma nova configuração de classes, que se consolidará posteriormente, baseada na polarização entre burguesia industrial e operariado urbano industrial.

Desse período a burguesia industrial sai fortalecida, em compromisso com os grupos dominantes no mundo agrário e nas trocas comerciais, na preservação da nova estrutura de poder, isto é, na dominação da classe média, do proletariado e dos meios de produção (IANNI, 1963, p. 23).

A velha estrutura política que comportava o modelo agrário-comercial era incoerente com a nova configuração social que se delineava como capitalismo industrial no Brasil:

Após a Revolução de 1930, com a aceleração da industrialização do país e a mobilização das massas urbanas, assistimos à transformação da questão social de ‘caso de polícia’ para ‘caso de política’ e ao advento do populismo. O desenvolvimento nacional passou a ser a ideia guia, dando azo à manifestação de ideologia que veio a ser identificada pelo nome de ‘Nacional Desenvolvimentismo’(SAVIANI, 2010, p.311).

Nessa direção, percebemos a orientação que pautava a ideia de desenvolvimento do Brasil, sob a batuta da burguesia industrial. Importante se faz observar, que o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” surge imbuído da necessidade de reproduzir e dar corpo ao Nacional Desenvolvimentismo no campo da educação. Os chamados “Pioneiros da Educação nova”, indivíduos assim chamados por terem redigido o manifesto que traduziria as novas demandas educacionais do país, impulsionaram mais tarde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (4.024/61).

Entre as décadas de 1930 e 1940, importantes implementações legislativas foram instauradas no campo do Ensino Técnico. A Reforma Capanema (1942), abarcou decretos-leis que ordenavam o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde durante a Era Vargas, considerava primordial que para atender às necessidades da nação, a educação se preocupasse com o desenvolvimento de habilidades de acordo com as classes e categorias sociais. A Reforma Capanema seria um desdobramento da Reforma Francisco Campos, instaurada em 1931 e tinha como base a “formação do homem para todos os setores da atividade nacional. (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000).

Ainda em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e em 1946 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). A finalidade

principal dessas instituições era a de desenvolver um sistema de Educação Profissional no Brasil, são instituições privadas de finalidade pública que impulsionaram a criação do Sistema S, hoje que exercem influência significativa na oferta de ensino profissional e técnico na atualidade.

Vale ressaltar que grandes empresários do ramo industrial e comercial envolvidos com a criação e direção do SENAI e SENAC, estruturavam um projeto ideológico para a afirmação da burguesia no Brasil, através de instituições como o Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho (IDORT):

(...) se delineava um projeto claro de hegemonia por parte da burguesia industrial (...) esse projeto de hegemonia tem sequencia, emergindo como um de seus pontos chaves a criação em 1931, do Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho (IDORT), que teve como primeiro presidente Armando de Salles Oliveira e como principais dirigentes e colaboradores Roberto Simonsen, Roberto Mange e Lourenço Filho (...) os quais (...) foram signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (...) o IDORT exerceu influência decisiva na formulação das políticas governamentais em todo período pós-revolução de 1930, que se estende até 1945. (...) Roberto Mange e Lourenço Filho atuaram como consultores na elaboração das reformas Capanema 1942 e 1943, das quais resultaram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)” (SAVIANI, 2010, p. 192-193).

Já durante o período que compreendeu a ditadura militar no Brasil (1964-1985), o planejamento educacional no país esteve relacionado às determinações da United States Agency for International Development (USAID), um departamento de Estado estadunidense ligado à Central Intelligence Agency (CIA) (LEHER, 1998). Demonstrando o claro intuito de defender os interesses imperialistas e das classes dominantes internas durante a polarização ocasionada pela Guerra Fria, que dividia o mundo entre as influências socialista e capitalista.

Perante as possibilidades de expandirem-se os focos de influência socialista no pós – Revolução Cubana, mediante as disputas ideológicas do período, o Brasil dos “anos de chumbo”, apoiado pelos E.U.A conferia um caráter tecnicista à educação, intencionando uma formação pragmática que resultava numa formação para o emprego em consonância com as demandas produtivas do período.

Com base no pressuposto da neutralidade científica, e inspiradas nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. (SAVIANI, 2010, p. 381).

O Nacional Desenvolvimentismo que caracterizou a dinâmica econômica e social do país a partir da década de 1930, transformava-se no Desenvolvimento com Segurança, à

medida em que avançavam os focos de insurgência socialista na América Latina e os movimentos sociais se fortaleciam no Brasil. A edificação da ideologia da Segurança Nacional se caracterizou por um processo de reformulação de planos e de expansão da abrangência do poder repressivo. O regime de governo deveria ser técnico e autoritário para servir ao capital transnacional, isso se refletia nas formulações para a educação.

O período que compreendeu a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil (1964-1985), teve como uma das intenções, aprofundar a proposta de uma sociedade urbano-industrial moderna e intensificar a expansão da burguesia industrial que se consolidava desde a década de 1930. O Brasil passava então, por um processo de modernização do capitalismo, que se acelerava com a implantação do chamado “Milagre Econômico” (1969-1974). Nesse período, as taxas de crescimento do PIB alcançavam a média de 10% ao ano, processo realizado com base na superexploração de trabalhadores e supressão de liberdades políticas e democráticas. A proposta de modernização do capitalismo brasileiro assentava-se no tripé superexploração, autoritarismo e tecnocracia.

A Ditadura Empresarial – Militar no Brasil, imbuíu as instituições de educação, tanto a escola básica (1º e 2º graus) como a universidade, da função dupla de formar, através de um ensino precarizado e privatizado, ofertado a baixo custo e com caráter tecnicista²², além de inculcar a ideologia do patriotismo anticomunista e simpática ao imperialismo estadunidense, adotando métodos autoritários e coercitivos contra toda e qualquer manifestação de oposição ao regime.

Para Ferreira Júnior e Bittar (2008)²³, o regime empresarial-militar exigia uma racionalidade técnica para a gestão do capitalismo no Brasil. Isso implicava na substituição de políticos por técnicos na sistematização das questões governamentais, eleições controladas e fraudadas, arrocho salarial e ausência de distribuição de renda nacional.

As metodologias de ensino baseadas na concepção de gestão taylorista ganharam importância nos processos de transformação da área educacional, onde o objetivo seria aplicação de uma didática tecnicista através de um sistema empresarial exigindo planejamento

²² A educação tecnicista se encontrava encaixada nos ideais de racionalismo, objetivando organização e eficiência. O educador era considerado um técnico.

²³ Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008 . Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

e organização racional do trabalho pedagógico, além da operacionalização das objetividades desejadas. O educando deveria desempenhar função de instrumento e apenas executar objetivos instrucionais.

Com a finalidade de estabelecer uma relação direta entre o aumento da produtividade no país e a manutenção das condições de dominação através de mecanismos autoritários, o regime militar implementou as reformas educacionais de 1968, a Lei n. 5.540, que reformou a universidade, e a de 1971, a Lei n. 5.692, que estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus.

Com a Lei 5540, de 28 de novembro de 1968 as matrículas em instituições de ensino superior aumentaram, principalmente em estabelecimentos de iniciativa privada. A referida Reforma estabeleceu a escolha dos reitores pelo presidente da república e criou departamentos. Em 1969, foi instituído o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária pelo governo. O GT tinha o objetivo de sistematizar um modelo de educação superior que além de racionalizar custos, se baseasse em critérios técnicos e produtivistas, ou seja, um ensino superior compatível com o modelo desenvolvimento econômico em curso.

Desse modo, ocorreu a criação dos departamentos, a institucionalização da carreira acadêmica, a introdução do ciclo básico e o regime de créditos. O Grupo de Trabalho sobre a Reforma Universitária instituído através do Decreto no 62.937, tinha como objetivo “estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização e flexibilidade administrativa, criando dessa forma, cursos universitários isolados para atender demandas produtivas de determinados setores da economia (RELATÓRIO do grupo de trabalho, 1968, p. 15).

Na década de 1970, a Lei n. 5.692/71 transformou o curso de 2º grau em curso de profissionalização compulsória. Esse processo de profissionalização compulsória perdurou até a instauração da Lei n. 7.044, de 1982, que reabriu a possibilidade de oferta paralela do ensino médio propedêutico e do ensino técnico.

A Lei n. 5.692, de 1971 estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus através das seguintes premissas:

Art. 5º – As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grupo o currículo pleno do estabelecimento.

§ 1º – Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que: a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas

séries iniciais e predominante nas finais; b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2o – A parte de formação especial do currículo: a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1o grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2o grau; b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

§ 3o – Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir no ensino de 2o grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores. (Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, 1976, p. 8).

Para que as reformas na educação ocorressem, seria necessário baseá-las em uma percepção teórica de caráter economicista. A Teoria do Capital Humano supriu essa necessidade, propiciando terreno fértil para “a subordinação das estruturas de ensino aos interesses dos círculos conservadores responsáveis pelo golpe atrelados aos da burguesia internacional e o arrefecimento do movimento estudantil” (FRIGOTTO, 1999).²⁴

2.1.1 A teoria do capital humano

De acordo com KUENZER, a Teoria do Capital Humano formulada por Theodore Schultz, embasava o discurso meritocrático e eufemisticamente sugeria que a ponte para superação de condições de pobreza e desigualdade seria o esforço e o trabalho árduo.

Era preciso disseminar uma teoria que mostrasse que o sacrifício era temporário, e assim que se obtivessem maiores taxas de crescimento econômico, a sua distribuição favoreceria a todos. Simultaneamente, essa ideologia deveria apontar o caminho, em termos individuais, para o atingimento de níveis mais altos de renda, que seria a qualificação profissional, que, aumentando a produtividade marginal, causaria elevação de salário (KUENZER, 1991: 37).

Alain Bihl (2013) sintetizando a Teoria do Capital Humano, afirma que no discurso neoliberal, esta pretende convencer os trabalhadores de que “cada um deles possui um 'capital': sua própria pessoa. E transforma assim sua existência num empreendimento constante de acúmulo de recursos destinados à valorização no mercado de trabalho”²⁵.

²⁴ http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/EP7GEoZk.pdlei5540 (acesso em dezembro de 2014)

²⁵ <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=74> (acesso em: 1/07/2014.)

Buhr traduz o Capital Humano como o conjunto das faculdades físicas (destreza, habilidade, potência, resistência), morais (consciência moral e profissional, coragem, perseverança), intelectuais (inteligência, conhecimentos gerais e especializados, imaginação), estéticas (gosto, talentos), relacionais (capacidade de empatia, senso de relação ou de negociação) que os assalariados podem pôr à venda no mercado de trabalho.

Para Romanelli (1978), as reformas universitárias e do Ensino de 2º grau estavam articuladas e pretendiam, entre outras questões, amenizar a crise de inchaço nas universidades públicas o que acarretou na criação de cursos profissionalizantes de nível médio nas conhecidas escolas polivalentes.

Os pressupostos que regem as teorias tecnicistas são de influência da filosofia positivista, de ideais tecnocráticos e da psicologia americana behaviorista, que concebe a aprendizagem como modificação do comportamento. Para Marques e Romanowisky (2009), as principais diretrizes tecnicistas preconizam a organização do ensino com base nos seguintes elementos²⁶:

- operacionalização dos objetivos, de modo a garantir a eficiência do processo educativo;
- ênfase na utilização de recursos audiovisuais no ensino e o desenvolvimento de componentes de instrução programada;
- avaliação somativa e periódica (visando a verificar/mensurar o atingimento dos objetivos previamente elaborados);
- separação entre os que planejam e os que executam o trabalho educativo, com a conseqüente fragmentação do processo pedagógico;
- planejamento e o controle do processo educativo pelos técnicos da educação/especialistas, de modo a assegurar a produtividade do processo (2009, p. 69)

De acordo com Luckesi (2003, p. 61), na ordenação escolar tecnicista:

A escola atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse imediato é o de produzir indivíduos "competentes" para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas.

O Tecnicismo Pedagógico concebe os processos educativos como modeladores do comportamento, objetivando um controle ideológico para que a sociedade se assente em bases

²⁶ http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2671_1108.pdf (acesso em: 1/07/2014.)

harmônicas e não conflituosas. Nessa lógica, as práticas pedagógicas devem visar à sistematização do processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos submetidas e dirigidas sob a perspectiva do controle social.

Com base contextualização política e econômica de décadas expressivas na história do desenvolvimento de políticas para o ensino técnico, buscaremos agora nos deter de modo breve, na caracterização de programas e políticas norteadas pela perspectiva tecnicista.

2.1.2 A educação como um setor estratégico para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil

A compreensão da educação como instrução, deve abarcar o entendimento de que a mesma é um processo determinado pelas relações da sociedade em que se insere. As políticas educacionais, o financiamento e a gestão do sistema de ensino, sua estrutura, planejamento, etc., são definidos no cenário de disputas hegemônicas em que os interesses predominantes são aqueles vinculados aos setores capitalistas dominantes.

No campo da formação dos trabalhadores o compromisso das políticas públicas e educacionais com a reprodução social e dominação da classe deve ser apontado. Nessa direção, deve-se ter a perspectiva de pesquisar a raiz das políticas governamentais e observar a quem estas privilegiam²⁷.

É importante visualizarmos que o projeto de educação para o Brasil se articula aos desdobramentos práticos do modo de organização do capitalismo, à forma como o imperialismo²⁸ e a burguesia nacional pensam a construção do país nas diferentes fases de desenvolvimento capitalista.

²⁷ Parte da contextualização histórica sobre as décadas de 1930 e 1960 presentes nesse trabalho, bem como a discussão sobre as principais implicações desse período na educação, fazem parte do amadurecimento do Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da autora desta dissertação, intitulado: *Plano Nacional de Educação- Antecedentes Históricos e Adequações aos Processos de Transformação do Capitalismo no Brasil* (UFC-2012- Disponível em versão digital na Biblioteca de Ciências Humanas da UFC). Estas contribuições também foram publicadas no site do Fórum de Oposições pela Base (agosto de 2014), como material disponibilizado para formação política assinado pelo Coletivo Pedagogia em Luta, do qual a autora fez parte.

²⁸ O imperialismo é pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. ” (LÊNIN, p. 143, 1975).

Para que o projeto da burguesia nacional e internacional ganhe azo, é necessário que organismos multilaterais atuem nos países de economia periférica, de modo a organizar intervenções em áreas estratégicas, como a educação, gestão hídrica, desenvolvimento rural, intervenções urbanas e nas vias de circulação de riquezas. A atuação desses organismos se prolifera através do discurso de auxílio e superação da pobreza, mas que resguarda estratégias de dominação e controle econômico – ideológico por parte dos países de economia mais desenvolvida.

Leher (1998), afirma que entre 1964 e 1985 – período que compreendeu especificamente a Ditadura Empresarial/ Militar –, a educação brasileira esteve atrelada ao planejamento do departamento estatal estadunidense articulado pela Central de Inteligência Americana (CIA), e à *United States Agency for International Development* (USAID), agência que desenvolveu, como veremos adiante, Políticas Educacionais expressivas no Brasil.

Ainda em 1944, no fim da Segunda Guerra Mundial, o Acordo de *Bretton Woods* estabeleceu as regras para as relações comerciais e financeiras “harmônicas” entre os países mais industrializados do mundo, criando o Banco Mundial para desenvolver intervenções juntamente nos países mais afetados pela destruição da 2ª. Grande Guerra Mundial.

No entanto, é nas décadas de 1980 e 1990, a partir das imposições do processo de reestruturação produtiva, que o Banco Mundial delinea seu projeto para a educação dos países periféricos, fincado na necessidade de realinhar os países periféricos à nova ordem mundial baseada na mundialização e financeirização da economia, na reestruturação produtiva e no neoliberalismo. Sobre a reestruturação produtiva ANTUNES (1995, p.8) aponta que

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 1995, p.8)

O Banco Mundial foi capaz de influenciar Políticas Educacionais fundamentais na década de 1990, ancorado no escopo das novas dinâmicas e determinações do capital. Após o período caracterizado como “redemocratização” brasileira, com o fim da Ditadura Civil Militar, a Constituição Federal de 1988 instituiu a necessidade de organização de uma lei geral para a regência da educação, no caso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

(LDB). Além da LDB, a Constituição Federal também incluiu no bojo de suas demandas para a educação, a articulação de um plano de ações que sistematizasse as ações práticas educativas, esse documento se expressaria no Plano Nacional de Educação (PNE).

Tanto a LDB como o PNE deveriam ser construídos através da participação da Sociedade Civil organizada englobando as demandas de diversos setores, entre eles, os movimentos sociais. Para tanto, foram organizados espaços como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Com discussões em inúmeros seminários e congressos, estabeleceu-se a articulação de um documento publicizado como projeto da sociedade civil. Esse projeto previa a organização de um Sistema Nacional de Educação (Art. 8o), tendo “como órgão normativo e de coordenação o Conselho Nacional de Educação e como órgão executivo o Ministério responsável pela área” (art. 10).

No entanto, a LDB aprovada em dezembro de 1996 não foi a composição da sociedade civil, mas o projeto que teve como relator o antropólogo e senador Darcy Ribeiro. Entre as disposições transitórias expressas na LDB, se deliberou que o Plano Nacional de Educação (PNE), deveria ser organizado em consonância com as metas da Declaração Mundial de Educação para Todos, documento fruto do principal movimento do Banco Mundial na área educativa.

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (LDB, 5ed)

O Movimento Educação Para Todos, sob a batuta do Banco Mundial e vários setores do empresariado, na década de 1990 impulsionou a sistematização da Declaração Mundial de Educação Para Todos. Tal documento sintetiza as metas que devem ser seguidas pelos países periféricos nas áreas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Ensino Técnico e Profissionalizante.

Impregnadas do sentido da Pedagogia das Competências as escolas profissionalizantes passam por uma expansão significativa. Para Ramos (2001)

A emergência da ‘Pedagogia das Competências’ é acompanhada de um fenômeno observado no mundo produtivo – a eliminação de postos de trabalho e redefinição dos conteúdos de trabalho à luz do avanço tecnológico, promovendo um reordenamento social das

profissões. Este reordenamento levanta dúvidas sobre a capacidade de sobrevivência de profissões bem delimitadas, ao mesmo tempo em que fica diminuída a expectativa da construção de uma biografia profissional linear, do ponto de vista do conteúdo, e ascendente, do ponto de vista da renda e da mobilidade social. Pode-se falar da crise do valor dos diplomas, os quais perdem importância para a qualificação real do trabalhador, promovida pelo encontro entre as competências requeridas pelas empresas e adquiridas pelo trabalhador, capazes de serem demonstradas na prática²⁹

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2009), a resposta das reformas educativas da década de 1990 é a Pedagogia das Competências, um ideário pedagógico que pauta estruturas de formação flexíveis e pretende formar o indivíduo não para o emprego, mas para a empregabilidade.

O documento da CONAE mais uma vez esclarece que a oferta de cursos profissionalizantes e de Ensino Técnico como o PRONATEC, devem ser destinados aos jovens que não conseguem ingressar no Ensino Superior:

É preciso consolidar o que prevê os decretos n.6.632/2008, n. 6.633/2008, n.6.635/2008 e n.6.637/2008, no tocante à oferta de cursos gratuitos e crescimento gradual de cursos até 2014. Tais cursos e programas, com carga horária apropriada, devem atender, em especial, os jovens que não tem acesso à universidade, de modo a elevar sua qualificação profissional. (CONAE, 2010, p.57)

Cunha indica que o Banco Mundial em seu documento sobre política de Educação Técnica e Formação Profissional expressa um item destinado à “separação da educação e da capacitação”. O autor ainda afirma que na década de 1990, “essa concepção se expressou por três vetores nas mudanças observadas da educação técnico- profissional na América Latina: descentralização, setorização e privatização”:

A descentralização consiste em diminuir a atuação das instâncias superiores do poder público na gestão dos sistemas nacionais de educação técnico-profissional em favor de entidades de caráter regional ou local, não estatais, preferencialmente. A setorização consiste na fragmentação das iniciativas de educação técnico- profissional conforme cada setor da economia, determinada pelas frações do mercado de trabalho, abandonando-se as políticas

²⁹ <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/pedcom.html> (acesso em maio de 2014)

gerais de formação. A privatização consiste na transferência da administração das instituições públicas de educação técnico-profissional para empresários, com a participação ou não de trabalhadores e do Estado, além do que aquelas agências denominam de “diversificação das fontes de financiamento”. Esta é entendida como a substituição do financiamento público pelo privado, seja mediante a venda de produtos e serviços aos empresários, seja mediante o pagamento do aprendizado pelos próprios alunos, diretamente ou via financiamento. (CUNHA 2000, p.51)

Desse modo, caminhando com Otaviano Helene (2013), podemos aferir um breve diagnóstico da educação brasileira, partindo do pressuposto de que esta vem servindo de modos diferentes a seguimentos sociais determinados. No campo da Educação Básica, o autor indica as seguintes estatísticas: atendimento de apenas 20% de crianças na Educação Infantil pública, evasão escolar de 30% antes do término do Ensino Fundamental e baixas taxas de conclusão do Ensino Médio (50% dos ingressantes conseguem concluí-lo).

No campo do Ensino Superior, Helene destaca o processo de privatização do setor apontando que no ano de 2010, apenas 20% das conclusões de cursos superiores ocorreram em instituições públicas. Diante da defasagem apontada no desenvolvimento e oferta e acesso à Educação Básica e Ensino Superior público, a alternativa vislumbrada para a formação daqueles que irão compor a força produtiva do país é centrada no Ensino Técnico de caráter pragmático e privatizado.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2009), historicizando as políticas de formação profissional e Ensino Técnico, encontram a similaridade das políticas para essa modalidade de ensino no Brasil e na América Latina: desenvolvidas de modo emergencial ou centradas na ideia de treinamento. Para os autores, a herança escravocrata e coronelista de nosso país imprimiu também uma perspectiva filantrópica de educação profissional, associada a programas de transferência de renda e quase totalmente controlada pelo Sistema “S”. O Ensino Técnico, desse modo, é historicamente enquadrado no ramo do que se denomina de políticas compensatórias. Para ABRANCHES (1987: 14-15):

Políticas compensatórias são políticas sociais emergenciais, voltadas para a redução de pobreza, objetivando retirar da condição de miséria aqueles que não conseguiram alcançar padrões mínimos de vida. A política de combate à pobreza, como uma política social compensatória, tem por objetivo ‘eliminar a destituição, num espaço de tempo definido, incorporando os despossuídos aos circuitos regulares da vida social e compensando, no entretempo, as principais carências que põem em risco a sobrevivência e a sanidade dessas

peessoas. As políticas contra a pobreza são específicas, têm duração limitada – ainda que prolongada – combinam ações sociais compensatórias, aspectos das políticas sociais permanentes e elementos da política macroeconômica e setorial, sobretudo nos campos fiscal, industrial, agrícola e do emprego. São parte da intervenção social do Estado, em muitos casos se superpõem às políticas sociais, mas têm uma identidade, uma coerência e uma estratégia própria.

Segundo o Banco Mundial, a oferta do Ensino Técnico deve ser uma estratégia demarcada para a superação da pobreza, tornando-se uma política compensatória e focalizada para os “pobres”. A definição de pobreza para o organismo multilateral se relaciona com a “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 27), onde “incapacidade” se traduz em deficit no desenvolvimento de habilidades para as novas demandas do mercado de trabalho, e o “padrão de vida mínimo” se condiciona à capacidade de consumir.

UGÁ (2004), afirma que os relatórios do Banco Mundial pressupõem uma teoria social e sugerem o tipo de ordem social almejada, o caráter do Estado e as características específicas para o ingresso no mundo do trabalho. O Estado deve retrair-se e tornar-se menos oneroso, articulando reformas que estejam a serviço do mercado; A Cultura de Paz, o consenso entre as classes e os indivíduos deve ser preconizado como forma de superar e suspender os conflitos; O mundo do trabalho é dividido entre os eficientes, aqueles que conseguiram ser introduzidos nas relações de mercado e os pobres, aqueles que foram incapazes de desenvolver “empregabilidade” e necessitam de atendimento por parte de políticas residuais e focalizadas (UGÁ, 2004).

2.2 PIPMO, PLANFOR, PNQ: caminhos e descaminhos dos programas de ensino técnico antecedentes ao Pronatec

2.2.1 O programa intensivo de preparação de mão-de-obra – PIPMO

O PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra) foi concebido pelo governo de João Goulart em 1963, criado no Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pela Diretoria de Ensino Industrial. O programa foi executado durante a ditadura militar até sua extinção em 1982.

O PIPMO ofertava cursos profissionalizantes para trabalhadores pouco escolarizados em todo o país, com encaminhamento para o emprego, e destinava-se a preparar trabalhadores e candidatos a emprego na indústria. O PIPMO foi criado com o objetivo de diminuir o tempo de adaptação do trabalhador às novas tecnologias e às novas relações de produção.

O PIPMO foi concebido inicialmente com previsão de duração de 20 meses, sendo considerado um programa temporário. Porém, funcionou por 19 anos, estendendo-se até 1982. A execução do PIPMO deveria se dar tanto dentro das empresas industriais, como em escolas federais, estaduais, municipais, no sistema SENAI e em escolas particulares, ou seja, o PIPMO deveria utilizar a capacidade física da rede oficial de ensino e locais de entidades mantidas pelas empresas, além da rede de escolas particulares.

O planejamento do PIPMO foi efetuado em conjunto pela Diretoria do Ensino Industrial (DEI) no Ministério da Educação, recebendo verbas específicas para Ensino profissionalizante. Foi transferido para o Ministério do Trabalho em 1975. O programa se estabelecia pela oferta contínua e anual de cursos obedecendo as demandas postas pelo calendário agrícola. Parte significativa dos coordenadores do PIPMO também fizeram parte das estruturas organizativas do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).³⁰

2.2.2 O plano nacional de qualificação do trabalhador – PLANFOR

PLANFOR foi o principal programa de acesso à qualificação profissional na reestruturação produtiva no Brasil. O programa previa “elevação da produtividade, da competitividade e da renda; e responder a novas exigências de qualificação” (Bulhões, 2004). O PLANFOR deveria formar para o desenvolvimento de “habilidades básicas” “habilidades específicas” e para “habilidades de gestão”, que seriam:

- i. **Habilidades básicas** -competências e conhecimentos gerais, essenciais para o mercado de trabalho e para a construção da cidadania, como comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio, saúde e segurança no trabalho, preservação ambiental, direitos humanos, informação e orientação profissional e outros eventuais requisitos para as demais habilidades.
- ii. **Habilidades específicas** – competências e conhecimentos relativos a processos, métodos, técnicas, normas,

³⁰ <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/480SimoneValdetodosSantos.pdf> (acesso em janeiro de 2015)

regulamentações, materiais, equipamentos e outros conteúdos próprios das ocupações. iii. **Habilidades de gestão** – competências e conhecimentos relativos a atividades de gestão, autogestão, melhoria da qualidade e da produtividade de micro e pequenos estabelecimentos, do trabalho autônomo ou do próprio trabalhador individual, no processo produtivo (BRASIL, 1999b, p. 41).

O objetivo geral do PLANFOR, era a oferta de educação profissional para qualificar e requalificar pelo menos 20% da população economicamente ativa até o ano de 1999. A proposta de qualificação do PLANFOR abarcava os eixos estratégicos de desenvolvimento do país. Entre os objetivos específicos do programa, figuravam as propostas de melhoria de competências básicas e a elevação de escolaridade por meio de treinamento de habilidades básicas e de cursos de alfabetização e supletivos de Ensinos Fundamental e Médio.

Para Bulhões (2004), a partir de um estudo de caso sobre a implementação do PLANFOR no Estado do Rio Grande do Sul:

A ampliação do acesso à qualificação profissional foi garantida à PEA-RS em geral, mas principalmente aos segmentos de trabalhadores considerados pelo PLANFOR como mais vulneráveis no mercado de trabalho, os quais tiveram, no período 1996-2001, participação nos cursos de qualificação do plano, superior à sua representação na PEA-RS: desempregados; trabalhadores com renda familiar *per capita* até um salário-mínimo; mulheres; jovens (16 a 24 anos); população não-branca.

O PLANFOR inseriu-se no conjunto das denominadas Políticas Públicas de Trabalho e Renda (PPTR), acompanhado dos outros seguintes programas: Seguro-desemprego, Serviço de Intermediação Nacional de Emprego – SINE, Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. O chamado modelo das competências e a ideologia da empregabilidade, eram conceitos chaves no arcabouço teórico de desenvolvimento do PLANFOR (LEME BATISTA, 2009)³¹.

Na década de 1990 se dava uma explosão das políticas neoliberais no Brasil: privatizações, contrarreforma do Estado, contrarreforma da previdência, Plano Collor, Plano Real, além da e ofensiva contra as organizações das classes trabalhadora mediante os ataques do capital e burguesia aliada ao Estado.

³¹ <http://www.estudosdotrabalho.org/Uma%20an%E1lise%20cr%EDtica.pdf> (acesso em março de 2015)

Em função inicialmente dos programas lançados por Collor de Mello, relativos ao desenvolvimento de novas tecnologias – Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI); Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBPQ), retoma-se o fôlego pela implementação do Ensino Técnico. Nesse bojo, em 1997 foi criado o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), através de um acordo entre o Governo Federal e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O financiamento do PROEP se deu por recursos do BID (50%), em forma de empréstimo, e recursos do Governo Federal, em forma de contrapartida, com dotações orçamentárias da ordem de US\$ 125 milhões do MEC (25%) e do FAT (25%) (Sobreira Santos, 2004, p.12). O PROEP durou até 2003 e foi um programa fundamental para a implementação da Reforma da Educação Profissional dos mandatos do presidente Lula da Silva/PT, a qual abordaremos brevemente mais adiante.

Nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), que tiveram o claro objetivo de aprofundar as políticas de privatizações dos direitos sociais, sob a justificativa de moralização do funcionalismo público, o capital internacional encontraria terreno fértil. Característica que ficava evidenciada desde o discurso de posse do então presidente:

Ao lado da informação e do divertimento, vamos engajar nossas TV's numa verdadeira cruzada nacional pelo resgate da cidadania através do ensino, começando por uma intensa ação de alfabetização e formação cultural.[...] Isso vai demandar uma ampla reorganização da máquina do governo, faxina e as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público. (Cardoso, p.6, 1995)

A partir de 2003, após a vitória eleitoral de Lula da Silva para a presidência do Brasil e inserção dos governos do PT na gestão do país, a política pública de qualificação profissional, passou a ser instituída pelo Plano Nacional de Qualificação – PNQ (2003-2007).

2.2.3 Plano nacional de qualificação – PNQ

Para Sobreira Santos (2004)³², a principal justificativa para a introdução do PNQ pelo Partido dos Trabalhadores, se referia à “necessidade de ampliação do sentido da

³² <http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t099.pdf> (acesso em abril de 2015)

qualificação profissional do trabalhador, a qual deve ganhar um caráter de qualificação social, vinculada à cidadania”. Além disso, os documentos reguladores do PNQ apontavam um “quadro de crise da qualificação, marcado, em essência, pela perda da capacidade elaborativa e regulamentadora da política representada pelo PLANFOR” (PNQ, 2003).

De um modo geral, o PNQ se estrutura em torno da articulação entre trabalho, educação e desenvolvimento, considerando a Qualificação Social e Profissional – QSP um direito do trabalhador e instrumento indispensável à sua inclusão e permanência no mercado de trabalho. A implementação do PNQ se dá por meio dos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, dos Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs e dos Projetos Especiais de Qualificação e Certificação Profissional – ProEsQs (Souza e Silva, 2009, p.5)³³.

No entanto, o PNQ preservou aspectos do PLANFOR, tais como: público-alvo, composto de trabalhadores sem ocupação; trabalhadores rurais, na condição de agricultores familiares e outras formas de produção familiar; pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria, cooperativada, associativa ou autogestionada; trabalhadores domésticos, entre outros³⁴.

O PNQ manteve também a proposta do PLANFOR de participação de setores do governo e empresariais na definição das ações de qualificação. Ele conservou, ainda, a proposta de participação desses atores na execução dos cursos, ao apontar para “a oferta efetiva ou potencial de serviços de entidades públicas ou privadas que podem firmar convênios ou outros instrumentos legais para execução de programas e projetos no âmbito do PNQ”. O programa também se organizou a partir da integração com outros programas e projetos financiados pelo FAT, particularmente os de incentivo ao microcrédito, a economia solidária e o seguro-desemprego, além de outras políticas públicas que envolvam geração de trabalho, emprego e renda;³⁵.

³³ <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/9.%20Estado,%20Lutas%20Sociais%20e%20Políticas%20P%C3%ABlicas/POL%C3%8DTICAS%20DE%20QUALIFICA%C3%87%C3%83O%20PROFISSIONAL%20NO%20BRASIL%20-%20%20ENTRE%20O%20.pdf> (acesso em abril de 2015)

³⁴ <http://www3.mte.gov.br/pnq/conheca.asp> (acesso em agosto de 2015)

³⁵ http://www3.mte.gov.br/pnq/conheca_base.pdf acesso em agosto de 2015)

Os desdobramentos do PNQ deveriam se basear nas seguintes diretrizes:

1. Política: reconhecimento da política de qualificação como direito, priorizando, no entanto, aqueles com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho; ênfase na necessidade de um Estado democrático e participativo;
2. Conceitual: apresenta a qualificação como uma relação social, como espaço de conflito e a centralidade da categoria trabalho; 3. Institucional: busca a integração com as demais Políticas Públicas de Emprego;
4. Pedagógica: visa uma melhoria na qualidade dos cursos, com elevação da carga horária para uma média de 200 horas e articulação com a elevação da escolaridade;
5. Ética: tem o propósito de garantir a transparência na distribuição dos recursos;
6. Operacional: prevê a criação de um sistema de planejamento, monitoramento, avaliação das ações de qualificação; (MTE, 2003, p. 20-21)

A partir das características brevemente expostas em torno dos programas que antecederam ao Pronatec, bem como o delineamento de questões que apontam o atrelamento dos programas e políticas educacionais aos processos de desenvolvimento do capitalismo, partimos para abordagem específica sobre o programa.

3 O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E AO EMPREGO: INSERÇÃO NA CONJUNTURA BRASILEIRA E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Numa festa de rua a conheceu, para ela comprara numa quermesse um pequeno espelho e um pente vermelho, para ela tocara sua gaita mágica (...) traçara passos ágeis de capoeira, a navalha perigosa na mão, os chinelos arrancando chispas do chão. Juntos haviam passeado no cais, corrido pelas brancas praias ante o oceano solto, do outro lado da cidade, ido ao cinema assistir a filmes de cowboys. E, quando um dia ele propôs “juntarem seus trapinhos com a autorização do doutor juiz de casamento”, ela concordou risonha. Era arrumadeira num grande hotel da praia, onde se hospedavam os ricos nacionais e os gringos turistas vindos para os banhos de mar e para a roleta e o bacará. **(Jorge Amado, Os Subterrâneos da liberdade: A agonia da noite)**

A epígrafe que escolhemos para introduzirmos as intenções deste capítulo, foi projetada pelo autor com o objetivo de relatar a processualidade das relações humanas diante de condições adversas que tendem a desumanizar o próprio homem, e onde ainda assim, podem se manifestar sentimentos opostos à lógica do sistema que nos engendra.

No caso, a trilogia Os subterrâneos da liberdade, foi escrita para descrever o contexto da ditadura do Estado Novo na década de 1930. No entanto, os detalhes trazidos por Jorge Amado não deixam de nos reportar ao contexto atual das periferias da cidade de Fortaleza, onde os “contos de fada” esbarram nas formas precárias de trabalho e sobrevivência, para as quais se exigem “qualificações técnicas”.

O PRONATEC tem como um dos objetivos expressos, aumentar as oportunidades educacionais de trabalhadores mediados pela formação técnica. Através dos objetivos traçados pelo programa, é necessário visualizarmos as nuances de sua implementação, a partir de dados que apontam a relação entre o crescimento do emprego no Brasil, os setores que mais empregam, o tipo de emprego que compõe o setor produtivo no Brasil e de que forma o PRONATEC vem formando para atuação profissional nessas áreas.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um estudo com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, do IBGE³⁶), aponta que de 2011 para 2012, a renda e o desemprego caíram, no entanto, o ritmo de redução da desigualdade diminuiu. O instituto avaliou que de forma significativa, se expandiram o número de profissionais com algum tipo de qualificação técnica e de nível superior, entretanto, isso não significou uma redução importante na desigualdade social.

O Censo da Educação Superior aponta o crescimento de 110% de universitários entre os anos de 2001 a 2011 (ALVES, 2012). Mas em consonância com a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, o contingente de pessoas de nível superior completo desempregadas entre 2010 e 2011 aumentou em capitais como Salvador (0,8%), Rio de Janeiro (13,3%) e em Porto Alegre (15,2%).³⁷

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad-IBGE), ainda indica números sobre o perfil do emprego nas diferentes regiões brasileiras. Sul e o Sudeste têm os maiores percentuais de trabalhadores com carteira assinada e as regiões Norte e Nordeste detêm os maiores percentuais de trabalhadores autônomos. O instituto ainda afirma que a região Nordeste ainda figura como a de maior percentual de pessoas fora do mercado de trabalho: 43,1%. O percentual de pessoas com carteira assinada na região Sudeste passou de 81,2% para 83,1% da população economicamente ativa (PEA), entre 2013 e 2014; enquanto no Sul variou de 83,4% para 85% – o maior percentual do país. No Norte, este percentual passou de 63,7% para 64,6%; no Nordeste de 61,1% para 62,8%; e na Região Centro-Oeste de 76,4% para 76,9%.³⁸

Assim, na década de 2000 no Brasil, ao lado do crescimento do emprego formal, cresceu, ao mesmo tempo, a rotatividade da mão de obra (segundo o DIEESE, ela cresceu cerca de 8% na década de 2000). Diz o CESIT: “Por exemplo, em 2009, no

³⁶ <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/qualificacao-desigualdade/> (acesso em junho de 2015)

³⁷ No estudo realizado por Veloso (2004) sobre o destino de mestres e doutores titulados no Brasil, chegou-se a conclusão que a diferença da *inserção profissional* entre mestres e doutores é o *trabalho na academia*. Os mestres exercem um leque variado de atividades profissionais em empresas públicas e privadas enquanto os doutores se concentram em universidades e instituições de pesquisa. (acesso em maio de 2015)

³⁸ <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/ibge-nordeste-tem-maior-percentual-de-trabalhador-sem-carteira-assinada/#.U5D4bOHhBTU.wordpress> (acesso em maio de 2015)

meio da crise, o saldo foi a criação de 995 mil formais, sendo que foram desligados 15,2 milhões de trabalhadores e contratados 16,2 milhões, em um total de 33 milhões de empregados registrados na RAIS. Portanto, o fluxo de despedidos e contratados continuou extremamente elevado em todo o período” (ALVES, 2013, p. 159).

Ricardo Antunes em consonância com David Harvey, divide a periferia da força de trabalho em dois subgrupos: os empregados de tempo integral, que se caracterizam pelo trabalho manual pouco especializado e rotineiro, como secretários ou empregados do setor financeiro. Já o segundo subgrupo apresenta empregados em tempo determinado, temporários, empregados casuais e “pessoal com subcontratação e treinados com subsídio público”(ANTUNES, 2011, p. 58).

Na Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho/2013, foi apresentado o quantitativo de 48,9 milhões de trabalhadores formais no País neste ano. Destes, 25% de terceirizados recebem salários inferiores àqueles dos contratados formalmente para as mesmas funções. Segundo levantamento do Dieese, em 2010 os terceirizados recebiam em média 27% a menos, tinham uma jornada semanal 7% maior e permaneciam menos tempo no mesmo trabalho (2,6 anos, ante 5,8 anos para os trabalhadores formais).³⁹

Segundo a pesquisa “Juventude levada em conta”, do Governo Federal (2013) a parcela jovem da sociedade brasileira (15 aos 29 anos), constitui 26% da população, somando 51 milhões de pessoas. Os levantamentos concluíram que a juventude brasileira compõe um total de 74% no mundo do trabalho, dos quais 53% trabalham e 21% estão desempregados.

A construção civil é o setor que mais emprega no Brasil, tanto nas capitais, quanto no interior. Nas regiões metropolitanas, o crescimento foi de 5,75% e, nas cidades do interior, de 5,05%. Nos grandes centros, o segundo lugar na geração de vagas ficou com o setor de serviços. Já no interior, foi a indústria, com a criação de mais de 120 mil vagas. Segundo o IBGE, o setor de serviços corresponde a quase 70% do PIB brasileiro e a quase 75% dos empregos formais⁴⁰.

³⁹ <http://www.cartacapital.com.br/revista/817/direitos-ameacados-6355.html> (acesso em dezembro de 2014)

⁴⁰ <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2012/07/conheca-os-setores-que-mais-empregam-nas-capitais-e-no-interior.html> (acesso em dezembro de 2014)

Para Alves (2011) o modelo neodesenvolvimentista característico das gestões petistas, pode ser percebido por duas vertentes: quando financiador e indutor do crescimento econômico fortalecendo grupos privados em setores considerados estratégicos e o Estado como investidor responsável pelo investimento em megaobras de infraestrutura, exemplo disso é a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (p. 155).

As duas vertentes de organização neodesenvolvimentista do Partido dos Trabalhadores, reorganizam, segundo Alves, a morfologia do mundo do trabalho no Brasil.

A construção civil é o caso expressivo dos impactos do neodesenvolvimentismo na movimentação de pessoal empregado nos setores da economia brasileira. Ele começa a década de 2000 com um saldo negativo de -29.425 entre pessoal admitido e desligado (em 2002), saldo negativo que cresce de modo significativo em 2003 (-48.155) para depois, a partir de 2004 (com 50.763), mas principalmente 2007 (com 176.755) crescer de modo progressivo (em 2008 atinge o patamar de 197.868 de saldo positivo entre admitidos e desligados). Deve-se observar que a construção civil, como o comércio, é um setor de atividade da economia brasileira com altas taxas de rotatividade da força de trabalho (ALVES, 2011, p 159).

Dados oferecidos pelos governos do Partido dos Trabalhadores⁴¹, informam que Juntos, Lula e Dilma criaram mais de 19.2 milhões de postos de trabalho contra cerca de 10,4 milhões dos outros três presidentes. De acordo com o PT, nos oito anos do governo Lula, foram gerados 14,7 milhões de novas vagas. Nos governos de Dilma, segundo o partido, foram criados 4,8 milhões de vagas no País, número que tende a crescer com a apuração dos dados relativos a iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Copa do Mundo de 2014.

De acordo com a tabela abaixo, com dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho, os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, em suas gestões criaram m mais empregos que as gestões presidenciais anteriores

Tabela 1 - Número de empregos criados nos governos FHC (continua)

FHC	
Ano	Nº de empregos

⁴¹ <http://www.pt.org.br/governos-do-pt-geraram-192-milhoes-de-empregos-no-pais/>

Tabela 1 - Número de empregos criados nos governos FHC (conclusão)

1995	88.495
1996	74.576
1997	274.116
1998	387.207
2009	501.630
2000	1.235.364
2001	960.985
2002	1.494.299
Total anos FHC 5.016.672	
Média anual FHC 627.084	

Fonte: Ministério do Trabalho

Tabela 2 - Número de empregos criados nos governos Lula e Dilma

Lula e Dilma	
2003	861.014
2004	1.862.649
2005	1.831.041
2006	1.916.632
2007	2.452.181
2008	1.834.136
2009	1.765.980
2010	2.860.809
2011	2.242.276
2012	1.148.082
2013	1.117.171
2014	543.231
Total anos Lula/Dilma 20.435.202	
Média anual Lula/Dilma 1.789.422	

Fonte: Ministério do Trabalho⁴²

⁴² <http://www.fpabramo.org.br/fpadefato/?p=255> (acesso em novembro de 2014)

Entretanto, se faz importante observar qual o tipo de emprego foi ofertado durante o referido crescimento. De acordo com o IBGE, a quantidade de pessoas subocupadas aumentou, essa categorização se refere aos indivíduos forçados a reduzir a carga horária em decorrência da queda na oferta de trabalho. Com a carga horária reduzida, estes indivíduos também tem seus direitos trabalhistas reduzidos ou anulados. Em abril de 2015, existiam 373 mil trabalhadores subempregados, 30% a mais que no mesmo mês de 2014; em maio de 2015, o número subiu para 405 mil, 32% a mais que em maio de 2014⁴³.

Ainda segundo o IBGE, o subemprego é relacionado ao desemprego, surgindo 'quando pessoas sem nenhuma ou pouca formação profissional necessitam de trabalho e ocupam funções de diaristas, catadores de papel, entre outros.' Desse modo, os subempregos oferecem baixas remunerações, acarretando baixa qualidade de vida aos subempregados, derivadas, inclusive, da instabilidade com relação ao salário.

De acordo com um relatório da Organização Internacional do Trabalho de 2008, a realidade do subemprego não é indiferente na América Latina, e nos países latino-americanos o índice do subemprego cresce mais para as mulheres. Entre as mulheres e os jovens, o desemprego é maior. No Brasil, a taxa foi de 6,6% para os homens e de 9,6% para as mulheres. Dos jovens de 18 a 24 anos, 17,6% estavam sem trabalho nos primeiros três meses do ano, mais que o dobro da média nacional, que foi de 7,9%.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 2011, do total dos trabalhadores brasileiros ocupados, 23,6% recebem até 1 salário- mínimo; 22,4%, de 1 a 2 salários- mínimos; e 9,0%, de 2 a 3 salários-mínimos. Somando essas três faixas de rendimento do trabalho, constata-se que 55% da população trabalhadora recebe até 3 salários-mínimos. Para Luce (2013), se cruzarmos esses dados com o da geração de empregos formais na década de 2000 no país, dos quais 95% são de *até* 1 salário-mínimo e meio (apud Pochmann, 2012, p. 19), “veremos que tanto o reajuste do salário-mínimo como a criação de empregos com carteira assinada não apontam no sentido de uma alteração das precárias condições de vida e trabalho” (p.176). Ainda de acordo com Luce (2013), O trabalhador, mesmo com a jornada de trabalho reduzida que caracteriza as subocupações, é superexplorado a níveis de intensidade que levam ao seu esgotamento prematuro. A

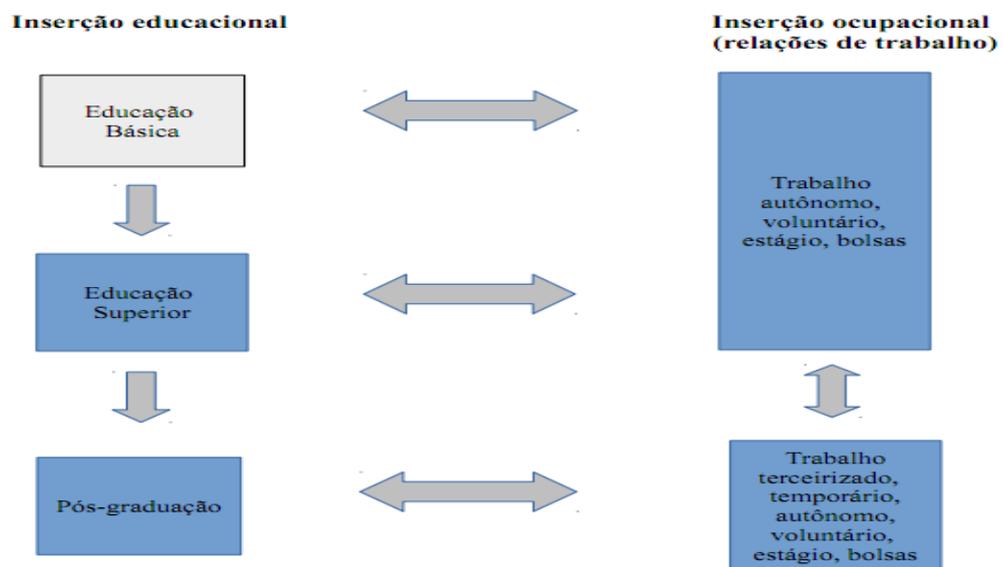
⁴³ <http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/07/por-cao-da-crise-cresce-quantidade-de-pessoas-subocupadas.html> (acesso em novembro de 2014)

ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças laborais continua a ser o principal indicador para auferir o aumento da intensidade (p.183).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no relatório intitulado: “Investindo na juventude: Brasil”(2013), destaca as medidas que o país tem tomado para fortalecer as condições de transição da escola para o mercado de trabalho. De acordo com o relatório, apesar da desaceleração da atividade econômica, o desemprego vem caindo de modo constante. Em julho de 2013, a taxa de desemprego nas seis maiores áreas metropolitanas do país chegou ao nível mais baixo em uma década, em 5.6%, em contraste com a média de 8% da OCDE. Para o relatório, as políticas que focam na melhoria das capacidades e aproveitamento educacional tem saldo positivo, pois resultaram em avanços significativos no aproveitamento escolar. Entre as principais ações do Ministério da Educação está o fortalecimento do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

No entanto, em pesquisa recente, Maurício (2015) nos indica a seguinte configuração na relação entre educação e acesso ao emprego:

Figura 1 – Inserção ocupacional e educacional do precariado periférico



Fonte: Elaborado pela autora

A figura em questão, aponta que o acesso à educação e à níveis de qualificação, não se relacionam diretamente com a inserção em um tipo de trabalho com estabilidade e garantia de direitos.

As universidades públicas e privadas se tornaram na última década, nas palavras de Giovanni Alves, as *incubadoras do precariado* brasileiro, formando todo ano “milhares de novos trabalhadores assalariados dispostos a se inserirem no novo mercado d trabalho e nos novos locais de trabalho reestruturados” (ALVES, 2012)⁴⁴. Os números do Censo da Educação Superior indicam o crescimento de 110% de universitários entre os anos de 2001 a 2011 (ALVES, 2012). Por outro lado, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, o contingente de pessoas de nível superior completo procurando trabalho entre 2010 e 2011 aumentou em capitais como Salvador (0,8%), Rio de Janeiro (13,3%) e em Porto Alegre (15,2%). Apesar de haverem reduções em Recife (20,4%) e Belo Horizonte (11,5)⁴⁵ (2015, p.4).

Para o autor na dimensão da renda, o salário médio mensal de trabalhadores com 12 anos ou mais de estudo caiu 8% no período entre 2002 e 2011. Já descontando a inflação do período, o salário médio mensal foi de R\$ 3.057 para R\$ 2.821. Dessa maneira, o poder aquisitivo desse segmento de trabalhadores com maior escolaridade caiu em 10 anos.

3.1 O PRONATEC – aspectos descritivos e analíticos

3.1.1 Aspectos descritivos do PRONATEC

O Pronatec foi criado em 2011 no âmbito do Governo Federal pela lei 11.513 e se estabelece pela parceria entre a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e os Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT), organizações controladas pelo empresariado além de instituições de educação profissional dos sistemas estaduais. O programa visa a qualificar para o emprego jovens, trabalhadores e beneficiários de programas sociais.

⁴⁴ .ALVES, Giovanni. A educação do precariado. Blog da Boitempo. 17 dez 2012. <http://blogdaboitempo.com.br/2012/12/17/a-educacao-do-precariado/>. Acesso em 23 abr 2012.

⁴⁵ . No estudo realizado por Veloso (2004) sobre o destino de mestres e doutores titulados no Brasil, chegou-se a conclusão que a diferença da *inserção profissional* entre mestres e doutores é o *trabalho na academia*. Os mestres exercem um leque variado de atividades profissionais em empresas públicas e privadas enquanto os doutores se concentram em universidades e instituições de pesquisa.

Os cursos são oferecidos nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de Nível Médio.

São três tipos de cursos: o Técnico para quem concluiu o Ensino Médio, com duração mínima de um ano; o Técnico para os matriculados no Ensino Médio, com duração mínima de um ano; e o de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional, para trabalhadores, estudantes de Ensino Médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração mínima de dois meses.

O Pronatec é um programa que se ramifica através das estratégias: PRONATEC Brasil sem Miséria (BSM), PRONATEC Aprendiz, PRONATEC Turismo e PRONATEC Copa (já expirado). A oferta, disseminação e controle dos cursos são de responsabilidade do Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Turismo.

O PRONATEC Brasil sem Miséria (BSM) é oferecido à parcela da população inserida no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo (CADÚNICO), com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos⁴⁶. Lançado em 2 de junho de 2011 através do Decreto nº 7.492, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi instituído sob a justificativa de objetivação de metas para superar a extrema pobreza no país. O Plano se organiza em três eixos: garantia de renda para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso a serviços públicos para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades⁴⁷.

Nessa ramificação PRONATEC BSM, existe a destinação de verbas que devem ser utilizadas para fins de Assistência Estudantil. Os recursos necessários à garantia da assistência estudantil serão repassados diretamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)/ Ministério da Educação (MEC) aos Departamentos Nacionais do SENAI e do SENAC e às Instituições da Rede Federal. O valor da hora-aluno no âmbito do

⁴⁶ <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico> (acesso em agosto de 2013)

⁴⁷ <http://www.brasilsemiserialia.gov.br/apresentacao> (acesso em agosto de 2013)

Bolsa-Formação é de R\$ 9,00. Com esse valor, a Unidade Ofertante deverá ofertar os cursos e garantir o transporte e a alimentação aos beneficiários⁴⁸.

O PRONATEC oferta aos beneficiários de programas federais de transferência de renda cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), divididos nas seguintes categorias de escolaridade: Letramento Inicial; 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental; e 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

O programa Pronatec Aprendiz na Micro e Pequena Empresa, em parceria também com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), contempla adolescentes e jovens acima de 15 anos, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social e matriculados na rede pública de ensino. As micro e pequenas empresas contam com redução de custos para contratar os jovens, recolhendo apenas 2% de FGTS.⁴⁹

Já para os cursos do PRONATEC Turismo, o interessado deve ter 18 anos ou mais e morar em um dos 214 destinos turísticos listados para a oferta. Essa ramificação do programa se subdivide em: PRONATEC Turismo na Empresa, PRONATEC Turismo Cidadão, PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local, PRONATEC Turismo Social. Para atender os critérios de oferecimentos de cursos, a cidade deve se enquadrar nos seguintes critérios:⁵⁰ Ser uma das doze cidades que receberam os jogos da Copa do Mundo da FIFA de 2014; Ser destino reconhecido internacionalmente ou trânsito de turistas do Mercosul; Integrar uma das 303 regiões turísticas; Ser município localizado no entorno dos 12 parques nacionais priorizados pelo Ministério do Turismo; Ser município “patrimônio cultural mundial da humanidade”, reconhecido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura); Município que tenha conjuntos urbanos e bens materiais tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Dentro do pacote Pronatec Turismo, se desenvolveu o Pronatec Copa, implementado com vistas à preparação do Brasil para a Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014. Este, se subdividiu em Pronatec Copa Social e Pronatec Copa na Empresa, sendo destinados à qualificação profissional de pessoas em situação de

⁴⁸ http://www.mds.gov.br/brasilsemiseria/arquivos/04%20_Transporte_e_alimentacao_SETEC1.pdf/download (acesso em agosto de 2013)

⁴⁹ <http://smpe.gov.br/assuntos/pronatec-aprendiz-1> (acesso em maio de 2015)

⁵⁰ <http://pronatec.turismo.gov.br/cursos.html> (acesso em maio de 2015)

vulnerabilidade social, objetivando a sua inserção no mercado de trabalho do setor de turismo⁵¹.

De acordo com o Ministério da Educação, de 2011 a 2014 foram realizadas mais de 8 milhões de matrículas no Pronatec, em cursos técnicos e de formação continuada ou inicial. Através do PRONATEC, foi instituído para atividades de apoio o Programa Brasil Profissionalizado que se destina à ampliação da Educação Profissional e tecnológica integrada ao Ensino Médio nas redes estaduais.

As Escolas Profissionalizantes, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) de 2013⁵², vem crescendo significativamente no Estado. As Escolas de Ensino Médio Integrado (EMI), compõem os quadros de maiores investimentos por parte do Estado, e são regidas pela TESE -Tecnologia Empresarial Sócio-Educacional, material pedagógico orientado pelo grupo Odebrecht.

Em 2007 também foi instituída a Rede e-Tec Brasil, com cursos técnicos e de formação inicial, continuada ou de qualificação profissional, na modalidade à distância, financiados e elaborados pelo MEC⁵³.

Em 2008, foi lançado o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem. O Acordo de Gratuidade objetiva ampliar a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.⁵⁴

Os cursos oferecidos são principalmente de Formação Inicial e Continuada (FIC), ou seja, de curta duração – mínimo de 160 horas e máximo de 600 para oferta no Pronatec – e baixa especialidade. Segundo os cálculos do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), 56% dos matriculados são jovens entre 16 e 29 anos e 66% deles são mulheres.

⁵¹ <http://www.turismo.gov.br/turismo/legislacao/portarias/20131014.html> (acesso em maio de 2015)

⁵² http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_54_26_fevereiro_2013.pdf (acesso em maio de 2015)

⁵³ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12326&Itemid=665 (acesso em junho de 2015)

⁵⁴ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10913 (acesso em junho de 2015)

Até 2013, o Pronatec teve quase 5,5 milhões de matrículas, sendo 392 mil em cursos técnicos – os outros são de Formação Inicial e Continuada. 80% das matrículas feitas até novembro de 2013 são, de acordo com dados do MEC, oferecidas por instituições do chamado Sistema S, que pertencem às confederações dos respectivos ramos econômicos, industrial, comercial, etc.. Os 80% de matrículas do Pronatec realizadas no Sistema S até agora estão distribuídas do seguinte modo: 43% no Senai, ligado à Confederação Nacional da Indústria (CNI); 30% no Senac, da Confederação Nacional do Comércio (CNC); 4% do Senat, ligado à Confederação Nacional do Transporte (CNT); e 3% do Senar, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA)⁵⁵.

As empresas ganham três vezes. Primeiro, pelo subsídio do governo que já existe para o Sistema S. Segundo, porque é subsidiado de novo pelo PRONATEC. E ganha uma terceira vez porque aproveita essa mão de obra formada ou, se não aproveita, tem a sua disposição um exército industrial de reserva (RAMOS apud GUIMARÃES, 2014, p.9)

O PRONATEC também compõe o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado em 2007, que se justifica como um conjunto de programas que instrumentalizam as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O PDE foi também denominado de “*PAC da educação*”, em alusão ao Plano de Aceleração do Crescimento, assim como se manifesta em sintonia com o Plano de Metas Todos Pela Educação (SAVIANI, 2007, p.1231).

Entre as razões e princípios estipulados para os programas que compõem o PDE, se define para o Ensino Profissionalizante a oferta de cursos em consonância com “a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais” (PDE, 2007, p. 43).

O PDE, seguindo essas diretrizes, impulsiona a atualização anual da oferta do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos em consonância com as mutações do mundo do trabalho.

Os Eixos Tecnológicos de ofertas de cursos do PRONATEC, são deliberados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio foram definidas pela Resolução CNE/CEB nº 4/99, com base no Parecer CNE/CEB nº 16/99. Essas Diretrizes organizavam a oferta da Educação

⁵⁵ <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R39.pdf> (acesso em junho de 2015)

Profissional por áreas profissionais, seguindo a lógica de organização dos setores produtivos e da inovação tecnológica.

As cargas horárias do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio devem ser calculadas tomando-se por base a hora de 60 minutos, conforme orientam os Pareceres CNE/CEB nº 5/97, 12/97 e 8/2004. O total das horas de trabalho escolar deve se orientar pelo mínimo de 1.200 horas.

Os Eixos Tecnológicos ofertados pelo PRONATEC através do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos são: Ambiente e Saúde; Controle de Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Descreveremos as especificidades dos cursos da Formação Inicial e Continuada (FIC). O Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, afirma socializar conhecimentos relativos à inovação do aparato de suporte e atenção à saúde. Abrange proteção e preservação de recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de Educação Ambiental. São objetivados o desenvolvimento de conhecimentos nos sub-eixos: ética, Biossegurança, Processos de Trabalho em Saúde, Primeiros Socorros e Políticas Públicas Ambientais e de saúde.

Todos esses princípios e objetivos são válidos para a organização curricular dos seguintes cursos:

Quadro 4 - Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde

(continua)

<p>Aconselhador em Dependência Química; Agente Comunitário de Saúde; Agente de Combate às Endemias; Agente de Desenvolvimento Socioambiental; Agente de Gestão de Resíduos Sólidos; Agente de Higiene e Beleza Animal, Agente de Limpeza Urbana, Agente Funerário, Atendente de Nutrição, Auxiliar de Farmácia e Manipulação, Auxiliar de Fiscalização Ambiental, Auxiliar de Laboratório de Entomologia Médica, Auxiliar de Laboratório de Saneamento, Auxiliar de Laboratório de Saúde, Auxiliar de Saúde Bucal, Auxiliar de Equoterapia, Auxiliar em Imobilização Ortopédica, Auxiliar Técnico em Biotecnologia, Balconista de Farmácia, Barbeiro, Cabeleireiro, Cabeleireiro Assistente,</p>
--

Quadro 4 - Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde (conclusão)

Copeiro Hospitalar, Cuidador de Idoso, Cuidador Infantil, Depilador, Higienista de Serviços de Saúde, Lactarista, Manicure e Pedicure, Maqueiro, Maquiador, Massagista, Monitor do Uso e Conservação dos Recursos Hídricos, Operador de Aterro Sanitário de Resíduos Sólidos Urbanos, Operador de Produção em Unidade de Tratamentos e Resíduos, Operador de Tratamento de Resíduos Sólidos, Operador de Usina de Compostagem, Recepcionista em Serviços de Saúde, Reciclador, Shiatsuoterapeuta, Vendedor de Produtos e Serviços ópticas.

Fonte: Elaborado pela autora

O Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais se relaciona com os conhecimentos específicos de tecnologias voltadas para os processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos, abrangendo instalação, operação, manutenção, controle de processos localizados no segmento industrial.

As formações para este Eixo Tecnológico contém os cursos de:

Quadro 5 - Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais (continua)

Ajudante de Forno; Ajustador Mecânico; Alimentador de Linha de Produção; Bobinador Eletricista; Caldeireiro; Caldeireiro Naval; Colorista Automotivo; Conformador de Peças em Metal; Curtidor de Couros e Peles; Desenhista Mecânico; Eletricista de Automóveis; Eletricista de Manutenção Ferroviária; Eletricista de Veículos de Transporte de Cargas e de Passageiros; Eletricista Industrial; Eletricista Naval; Eletromecânico de Automóveis; Embalador; Encanador Industrial; Estilista de Calçados; Forno Fundidor de Metais; Fresador Mecânico; Funileiro de Automóveis; Ilustrador de Calçados; Instalador de Acessórios Automotivos; Instalador de Isolamento Térmico; Instalador de Tubulações Navais; Laminador de Plástico; Laminador e Pintor de Embarcações em Fibra de Vidro; Lixador; Lubrificador Industrial; Manutenção Elétrica de Usina de Beneficiamento de Minérios; Mecânico de Máquinas Agrícolas; Mecânico de Ar Condicionado Automotivo; Mecânico de Automóveis Leves; Mecânico de Bombas Centrífugas; Mecânico de Bombas Hidráulicas; Mecânico de Equipamentos de Mineração; Mecânico de Freios, Suspensão e Direção de Veículos Leves; Mecânico de Instrumentos de Precisão; Mecânico de Máquina de Malharia; Mecânico de Máquinas de Calçados; Mecânico de Máquinas de Costura; Mecânico de Máquinas de Usinagem; Mecânico de Máquinas Gráficas; Mecânico de

Quadro 5 - Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais (continuação)

Carbono no Processo MAG; Soldador de Estruturas e Tubulação em Aço Carbono no Processo TIG; Soldador Eletrodo Revestido Naval; Soldador MAG Naval; Soldador Manual de Solda Branca; Soldador no Processo Arame Tubular em Aço; Soldador no Processo Eletrodo Revestido Aço Carbono e Aço Baixa Liga; Soldador no Processo MIG/MAG; Soldador no Processo TIG em Aço; Soldador Oxiacetilênico; Soldador TIG Naval; Talhador de Tecidos; Tapeceiro de Automóveis; Torneiro Mecânico; Traçador de Caldeiraria. Máquinas Industriais; Mecânico de Motocicletas; Mecânico de Motores a Diesel; Mecânico de Motores Ciclo Otto; Mecânico de Motores de Popa; Mecânico de Refrigeração e Climatização Industrial; Mecânico de Sistemas de Freios, Suspensão e Direção de Veículos Rodoviários Pesados; Mecânico de Tear; Mecânico de Transmissão Automática Automotiva; Mecânico de Transmissão de Veículos Rodoviários Pesados; Mecânico de Transmissão Manual Automotiva; Mecânico de Transporte Metroferroviário; Mecânico de Usinagem Convencional; Mecânico de Veículos Rodoviários Pesados; Mecânico em Refrigeração Comercial; Modelador de Fundição; Modelista e Confeccionador de Protótipos de Bolsas; Moldador de Fundição; Montador de Bolsas; Montador de Equipamentos Eletroeletrônicos; Montador de Estruturas Metálicas; Montador de Forma; Montador de Painéis Elétricos; Montador de Veículos Automotores; Oleiro; Operador de Equipamentos de Mina; Operador de Acabamento de Peças Fundidas; Operador de CAD para Calçados; Operador de Ensaio Não Destrutivos; Operador De Filtro – Prensa; Operador de Forno de Fundição; Operador de Forno de Tratamento Térmico; Operador de Fresadora com Comando Numérico Computadorizado; Operador de Galvanoplastia; Operador de Injetores para Termoplásticos; Operador de Máquina de Prova Rotográfica; Operador de Máquina Injetora para Fundição de Precisão; Operador de Máquinas com Comando Numérico Computadorizado para Madeiras e Derivados; Operador de Máquinas de Corte de Roupas; Operador de Máquinas de Fiação de Algodão; Operador de Máquinas de Usinagem com Comando Numérico Computadorizado; Operador de Máquinas de Usinagem Convencionais; Operador de Máquinas Florestais; Operador de Movimentação de Cargas; Operador de Processos Químicos em Mineração; Operador de Processos Químicos Industriais; Operador de Produção de Fármacos e Medicamentos; Operador de Sistema de Climatização; Operador de Sistema de Combustível; Operador de Solda por Arco Submerso; Operador de Sonda de Perfuração; Operador de Torno com Comando Numérico Computadorizado; Operador e

Quadro 5 - Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais (conclusão)

Mantenedor de Embarcações de Pesca Artesanal; Operador e Programador de Sistemas Automatizados de Soldagem; Operador em Linha de Montagem de Equipamentos Eletroeletrônicos; Oxicortador à Mão e à Máquina; Pintor de Automóveis; Pintor Industrial; Plataformista; Polidor Automotivo; Preparador de Superfícies para Pintura Automotiva; Reparador de Circuitos Eletrônicos; Reparador de Eletrodomésticos; Retificador Mecânico; Serralheiro de Alumínio; Serralheiro de Materiais Ferrosos; Serralheiro de Materiais Não Ferrosos; Soldador de Arame Tubular Naval; Soldador de Estruturas e Tubulação em Aço

Fonte: Elaborado pela autora

O Eixo Tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social, compreende atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio social, pedagógico e administrativo em escolas públicas e privadas e demais instituições. Os cursos visam a atuação em espaços como secretaria escolar, bibliotecas, manutenção de infraestrutura, cantinas, recreios, portarias, laboratórios, oficinas, instalações esportivas, almoxarifados, jardins, hortas, brinquedotecas e outros espaços requeridos pela educação formal e não formal. Já os serviços listados como de desenvolvimento social vão além do espaço escolar.

Os cursos para o Eixo Tecnológico de Desenvolvimento Educacional e Social são:

Quadro 6 - Eixo Tecnológico de Desenvolvimento Educacional e Social (continua)

Adestrador de Cães; Agente de Alimentação Escolar; Agente de Projetos Sociais; Agente de Proteção Social Básica; Alemão Básico – A1; Alemão Básico – A2; Alemão Básico – B1; Auxiliar de Biblioteca; Auxiliar de Secretaria Escolar; Contador de Histórias; Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos; Espanhol Básico; Espanhol Intermediário; Francês Aplicado a Serviços Turísticos; Francês Básico; Francês Intermediário; Guia Intérprete; Inglês Aplicado a Serviços Turísticos; Inglês Básico; Inglês Instrumental para Mecânicos de Aeronaves; Inglês Intermediário; Inspetor Escolar; Intérprete Gestuno; Introdução à Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras- Português); Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Avançado; Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Básico Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Intermediário; Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros

Quadro 6 - Eixo Tecnológico de Desenvolvimento Educacional e Social (conclusão)

-Básico; Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros Intermediário; Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Surdos- Básico; Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Surdos- Intermediário; Monitor de Transporte Escolar; Recreador; Sistema Internacional de Língua de Sinais.

Fonte: Elaborado pela autora

O Eixo Tecnológico Gestão e Negócios compreende técnicas e estratégias utilizadas para aumentar a qualidade, produtividade e competitividade das organizações empresariais. Visa a formar para ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos. A organização curricular destes cursos abrange estudos sobre ética, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental.

Os cursos oferecidos por esse Eixo Tecnológico são:

Quadro 7 - Eixo Tecnológico Gestão e Negócios

Agente de Desenvolvimento Cooperativista; Agente de Inspeção de Qualidade; Agente de Microcrédito; Almoхарife; Assistente de Despachante Aduaneiro; Assistente de Planejamento e Controle de Produção; Assistente de Vendas; Atendente de Judiciário; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Arquivo; Auxiliar de Crédito e Cobrança; Auxiliar de Faturamento; Auxiliar de Pessoal; Auxiliar de Recursos Humanos; Auxiliar de Serviços em Comércio Exterior; Auxiliar de Tesouraria; Auxiliar Financeiro; Caixa de Banco; Comprador; Controlador e Programador de Produção; Mensageiro; Operador de Caixa; Operador de Supermercados; Operador de Telemarketing; Promotor de Vendas; Recepcionista; Representante Comercial; Vendedor.

Fonte: Elaborado pela autora

O Eixo Tecnológico de Infraestrutura compreende tecnologias relacionadas à construção civil, transporte, planejamento, operação, manutenção, proposição e soluções tecnológicas para infraestrutura. A organização curricular destes cursos contempla estudos sobre empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos entre outras atividades.

Os cursos correspondentes à formação para infraestrutura são:

Quadro 8 - Eixo Tecnológico de Infraestrutura**(continua)**

Acoplador; Agente de Aeroporto; Agente de Estação Ferroviária; Agente de Limpeza e Conservação; Agente de Limpeza em Aeronaves; Agente de Operações em Comissaria; Agente de Peso e Balanceamento de Aeronaves; Agente de Rampa e Fiscal de Pista; Agente Operacional de Estação de Passageiros; Ajudante de Coleta e Entrega no Transporte Pequenas Cargas; Ajudante de Obras; Almoxarife de Obras; Aplicador de Revestimento Cerâmico; Aplicador de Revestimentos Assoalhados; Aplicador de Sistemas de Proteção de Pisos e Revestimentos; Armador de Estruturas Pesadas; Armador de Ferragem; Arrumador e Conferente de Cargas; Arrumador e Estivador; Assistente de Operação de Logística Portuária; Auxiliar de Lavanderia; Auxiliar de Manutenção Predial; Auxiliar de Maquinista; Auxiliar de Operação de Estação de Tratamento de Águas; Auxiliar de Transporte, Movimentação e Distribuição de Cargas; Borracheiro, Alinhador e Balanceador; Cadista para a Construção Civil; Carpinteiro de Esquadrias; Carpinteiro de Obras; Carpinteiro de Telhados; Carpinteiro Naval; Caseiro; Chaveiro; Cobrador de Ônibus Coletivo Urbano; Conferente de Carga; Conservador de Via Permanente; Curvador; Desenhista da Construção Civil; Desenhista de Topografia; Despachante de Transporte Coletivo; Editor de Maquetes Eletrônicas; Eletricista de Linhas Elétricas de Alta e Baixa Tensão; Eletricista de Rede de Distribuição de Energia Elétrica; Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão; Encanador Instalador Predial; Estivador; Fluvial em Embarcações Especiais; Frentista; Gesseiro; Inglês Técnico para Portuários; Instalador de Aquecedores Residenciais a Gás; Instalador de Persianas e Filmes de Proteção; Instalador de Refrigeração e Climatização Doméstica; Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança; Instalador de Tubulações Industriais; Instalador Hidráulico Residencial; Instalador Montador de Elevadores; Instalador Predial de Tubulações de Gás Combustível; Jardineiro; Laboratorista de Materiais de Construção; Laborista de Solos; Lavador e Lubrificador de Veículos de Cargas; Lavador e Lubrificador de Veículos de Passageiros; Maçariqueiro; Manobrista de Veículos de Passeio; Manobrista Ferroviário; Mantenedor Ferroviário de Via Permanente; Manutenção Mecânica de Locomotivas; Maquinista; Marceneiro; Marinheiro Fluvial de Convés; Marinheiro Fluvial de Máquinas; Marítimo em Embarcações Especiais; Mecânico de Aparelhos Esportivos e de Ginástica; Mecânico de Bicicleta; Mestre de Obras; Monitor de Sistemas Eletrônico de Segurança; Montador de Andaimos; Montador de Móveis; Montador de Sistemas de Construção a Seco; Motorista de Transporte de Carga; Motorista de

Quadro 8 - Eixo Tecnológico de Infraestrutura (conclusão)

Transporte de Carga de Produtos Alimentícios; Motorista de Transporte de Carga Viva; Motorista de Transporte de Lixo Urbano; Motorista de Transporte de Passageiros; Motorista de Transporte de Produtos Perigosos; Motorista de Transporte Escolar; Operação de Tratores; Operador de Rolo Compactador e Rolo de Pneus; Operador de Abastecimento de Aeronaves; Operador de Adequação de Ambientes; Operador de Carregador de Correia Espiral; Operador de Cavalo Mecânico e Hidráulico; Operador de Elevador de Cargas; Operador de Empilhadeira; Operador de Equipamento de Guindar; Operador de Escavadeira Hidráulica; Operador de Manobra; Operador de Máquina Perfuratriz; Operador de Minicarregadeira; Operador de Motoniveladora (Patrol); Operador de Pá Carregadeira; Operador de Paleteira Elétrica; Operador de Plataforma Elevatória; Operador de Pontes Rolantes; Operador de Rampa; Operador de Retroescavadeira; Operador de Sugador de Granéis Sólidos; Operador de Terminais Portuários; Operador de Tratamento de Águas e Efluentes; Operador de Trator de Pneu; Pedreiro de Alvenaria; Pedreiro de Alvenaria Estrutural; Pedreiro de Refratário; Pedreiro de Revestimentos em Argamassa; Pintor de Obras; Porteiro e Vigia; Revitalizador de Pisos Cerâmicos; Sondador; Supervisor de Transportes; Trabalhador Doméstico; Tratador de Piscinas; Vidraceiro; Zelador.

Fonte: Elaborado pela autora

O Eixo Tecnológico Militar compreende tecnologias e processos relacionados à formação do militar, de interesse da Marinha do Brasil e da Aeronáutica. Contempla atividades de apoio, preparo e emprego das Forças Armadas. Abrange operações, logística, manutenção, suprimento, armazenamento, informações, controle do espaço aéreo, controle aéreo de operações navais e terrestres, necessários à condução das atividades militares.

A organização curricular dos cursos caracteriza-se pelas tecnologias voltados à segurança e defesa. A participação dos cursos desse Eixo Tecnológico ofertados pelas Forças Armadas, são direcionados aos ingressantes no Serviço Militar através de concurso público. O Eixo Tecnológico está presente no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, no entanto, sua oferta não está presente na categoria Formação Inicial e Continuada (FIT).

O Eixo Tecnológico Produção Alimentícia compreende tecnologias para o beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. planejamento, operação, implantação e gerenciamento, além da aplicação metodológica das normas de segurança e

qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos, presentes nessa elaboração ou industrialização.

As formações contempladas nesse Eixo Tecnológico são as de:

Quadro 9 - Eixo Tecnológico Produção Alimentícia

Açougueiro; Ajudante de Padeiro; Auxiliar de Confeitaria; Cervejeiro; Confeiteiro; Cozinheiro Industrial; Destilador de Bebidas; Magarefe; Masseur; Moleiro; Operador de Beneficiamento de Café; Operador de Máquinas na Fabricação de Massas, Doces, Achocolatados, Salgados e Similares; Operador de Processamento de Frutas e Hortaliças; Operador de Processamento de Grãos e Cereais; Operador de Processamento de Pescado; Operador de Processos de Produção de Carnes e Derivados; Padeiro; Preparador de Doces e Conservas; Produtor de Bebidas Alcoólicas; Produtor de Bebidas Não-alcoólicas; Produtor de Cachaça; Produtor de Carnes Exóticas; Produtor de Cervejas; Produtor de Derivados do Leite; Produtor de Doce de Leite; Produtor de Embutidos e Defumados; Produtor de Frutas e Hortaliças Processadas com Uso de Acidificação; Produtor de Frutas e Hortaliças Processadas com Uso do Frio; Produtor de Frutas e Hortaliças Processadas pelo Uso de Calor; Produtor de Frutas, Hortaliças e Plantas Aromáticas Processadas por Secagem e Desidratação; Produtor de Hortaliças e Plantas Aromáticas Processadas com Uso de Sal; Produtor de Iogurte; Produtor de Leite Pasteurizado; Produtor de Licores; Produtor de Manteiga; Produtor de Produtos Apícolas; Produtor de Queijo; Produtor de Vinhos e Derivados da Uva; Sorveteiro.

Fonte: Elaborado pela autora

O Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design, abrange atividades de criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento.

Os cursos correspondentes ao eixo são:

Quadro 10 - Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design (continua)

Aderecista; Agente Cultural; Ajudante de Manutenção em Tecelagem Plana; Alfaiate; Artesão de Artigos Indígenas; Artesão de Biojoias; Artesão de Cerâmica; Artesão de Pintura em Tecido; Artesão em Bordado à Mão; Assistente de Camarim; Assistente de

Quadro 10 - Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design (conclusão)

Produção Cultural; Auxiliar de Cenotecnia; Auxiliar de Conservação de Acervos; Auxiliar de Costura; Cartonageiro a Mão; Comprador de Moda; Confeccionador de Acordeão; Confeccionador de Bijuterias; Confeccionador de Instrumentos de Corda; Confeccionador de Instrumentos de Percussão; Confeccionador de Instrumentos de Sopro; Contrarregra; Corretor de Moda; Costureiro; Desenhista de Calçados; Desenhista de Joias e Bijuterias; Desenhista de Moda; Desenhista de Móveis; Disc Jôquei (DJ); Dublador; Editor de Projeto Visual Gráfico; Editor de Vídeo; Eletricista de Audiovisual; Figurinista; Florista; Fotógrafo; Iluminador Cênico; Ilustrador; Joalheiro; Lapidador de Gemas; Locutor-Apresentador-Animador; Maquiador Cênico; Maquinista de Cenário; Marcheteiro; Modelista; Músico de Banda; Operador de Áudio; Operador de Câmera; Operador de Editoração Eletrônica; Pintor de Móveis; Pintor Restaurador; Projetista de Móveis; Regente de Banda; Regente de Coral; Revitalizador de Alvenarias; Revitalizador de Coberturas de Madeira; Revitalizador de Coberturas Metálicas; Revitalizador de Estruturas de Madeira; Revitalizador de Estruturas, Elementos e Construções em Metal; Revitalizador de Revestimentos Argamassados; Roteirista de Animação; Serígrafo; Sonoplasta; Tradutor e Elaborador de Legendas; Vitrinista.

Fonte: Elaborado pela autora

O Eixo Tecnológico de Produção Industrial, compreende tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria-prima. Contempla programação e controle da produção, operação do processo, gestão da qualidade, controle de insumos, métodos e rotinas.

As formações para esse eixo são:

Quadro 11 - Eixo Tecnológico de Produção Industrial (continua)

Acabador de Calçados, Assistente de Controle de Qualidade, Assistente de Designer Têxtil, Auxiliar de Impressão Digital, Auxiliar de Impressão Flexográfica, Auxiliar de Impressão Offset, Auxiliar de Impressão Rotográfica, Auxiliar de Plataforma, Auxiliar de Produção de Celulose, Beneficiador de Minérios, Boneleiro, Ceramista, Classificador de Couros, Confeccionador de Bolsas em Couro e Material Sintético, Confeccionador de Bolsas em Tecido, Confeccionador de Calçados, Confeccionador de Lingerie e Moda Praia, Confeccionador de Móveis Metálicos, Confeccionador de Sandálias de Couro e Material

Quadro 11 - Eixo Tecnológico de Produção Industrial (conclusão)

Sintético, Confeccionador de Vestuário de Couro, Costureiro de Calçados, Costureiro Industrial do Vestuário, Cravejador de Joias, Encadernador Gráfico, Estampador de Tecido; Estofador de Móveis; Fabricador de Fogos de Artifício; Fundidor de Joias; Gravador de Cilindros Rotográficos; Gravador de Clichês Flexográficos; Gravador de Joias; Instalador de Esquadrias de Madeira; Matriseiro de Solados; Modelista de Cabedais de Calçados; Moldador de Borracha; Moldador de Plástico por Compressão; Moldador de Plástico por Extrusão; Moldador de Plástico por Injeção; Montador de Calçados; Operador de Acabamento (Indústria Gráfica); Operador de Acabamento Cartotécnico; Operador de Acabamento Editorial; Operador de Forno Cerâmico; Operador de Gilhotina (Corte de Papel); Operador de Injetora e Extrusora de Plástico; Operador de Máquinas de Fiar e Enrolamento; Operador de Máquinas de Linha de Abertura, Cardas e Preparação de Fiação; Operador de Máquinas de Marcenaria; Operador de Máquinas de Tecimento Processo Urdume; Operador de Máquinas de Utilização de Celulose; Operador de Máquinas para Beneficiamento de Algodão; Operador de Máquinas para Transformação de Borracha; Operador de Processo em Fabricação de Papel; Operador de Processos da Indústria Têxtil; Operador de Processos de Acabamento em Mármore e Granitos; Operador de Processos de Estamparia para Joias; Operador de Processos de Fabricação de Refratário; Operador de Produção de Vidraria e Decoração; Operador de Rama; Operador de Urdideiras -Tecidos Planos; Operador em Petróleo e Gás; Ourives; Pespontador de Calçados; Pirotécnico; Preparador de Pintura de Móveis e Esquadrias de Madeira; Reformador de Móveis; Remetedor e Engrupador; Revisor de Tecidos; Tecelão; Tecelão de Malhas; Tecelão de Malhas em Máquinas Circulares; Tecelão de Malhas em Máquinas Retilíneas; Tecelão de Tecidos Planos; Trabalhador Polivalente do Curtimento de Couros e Peles; Urdidor de Malharia; Vidreiro.

Fonte: Elaborado pela autora

O Eixo Tecnológico Recursos Naturais, compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais.

Os cursos desse eixo são:

Quadro 12 - Eixo Tecnológico Recursos Naturais

Açaicultor; Administrador de Empreendimentos Florestais de Base Comunitária; Agricultor Agroflorestal; Agricultor Familiar; Agricultor Orgânico; Algicultor; Amostrador de Minérios; Apicultor; Aquicultor; Auxiliar Técnico em Agroecologia; Auxiliar Técnico em Agropecuária; Avicultor; Beneficiador de Produtos Extrativistas; Bovinocultor de Corte; Bovinocultor de Leite; Bubalinocultor de Corte; Bubalinocultor de Leite; Cacaicultor; Cafeicultor; Caprinocultor; Carvoejador; Criador de Peixes em Tanque Rede; Criador de Peixes em Viveiros Escavados; Cubador de Madeira; Cuidador de Animais Silvestres; Dendeicultor; Domador de Cavalos; Equideocultor; Forragicultor; Fruticultor; Horticultor Orgânico; Identificador Florestal; Inseminador Artificial de Animais; Manejador de Florestas Nativas para Uso Múltiplo; Marisqueiro; Meliponicultor; Operador de Beneficiamento de Pescado; Operador de Explosivos em Jazidas; Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas; Operador de Mina; Operador de Motosserra; Operador de Sistemas de Irrigação; Ovinocultor; Pescador Artesanal de Água Doce; Pescador Artesanal de Ambiente Marinho; Pescador Profissional; Piscicultor; Preparador de Pescado; Produtor Agrícola Familiar nas Culturas de Milho e Sorgo; Produtor Agrícola Polivalente; Produtor Agropecuário; Produtor de Mandioca; Produtor de Olerícolas; Produtor de Plantas Aromáticas e Medicinais; Produtor Familiar de Cana-de-açúcar; Redeiro; Suinocultor; Tratorista Agrícola; Viveiricultor; Viveirista de Plantas e Flores.

Fonte: Elaborado pela autora

O Eixo Tecnológico de Segurança compreende tecnologias, infraestruturas e processos direcionados à prevenção, à preservação e à proteção dos seres vivos, dos recursos ambientais, naturais e de patrimônio. O eixo vincula-se com as áreas de formação de profissionais de segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho. Envolve a atuação em espaços públicos e privados.

Os cursos desse eixo são:

Quadro 13 - Eixo Tecnológico de Segurança

Agente de Observação de Segurança; Bombeiro Civil; Vigia de Embarcação; Vigilante.

Fonte: Elaborado pela autora

O Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer. As atividades referem-se ao lazer, relações sociais, turismo, eventos e gastronomia, integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais.

Os cursos compreendidos no eixo são:

Quadro 14 - Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer

Agente de Informações Turísticas; Atendente de Lanchonete; Auxiliar de Cozinha; Auxiliar de Garçom (Cumim); Barista; Bartender; Camareira em Meios de Hospedagem; Cerimonialista e Mestre de Cerimônias; Churrasqueiro; Condutor Ambiental Local; Condutor Cultural Local; Condutor de Turismo De Aventura; Condutor de Turismo de Pesca; Copeiro; Cozinheiro; Garçom; Mensageiro em Meio de Hospedagem; Organizador de Eventos; Pizzaiolo; Recepcionista de Eventos; Recepcionista em Meios de Hospedagem; Salgadeiro; Sommelier; Sushiman.

Fonte: Elaborado pela autora

No tocante ao financiamento do Pronatec, o decreto nº 8.094, de 24 de abril de 2007, garante a prestação de assistência financeira aos estados que apresentarem trabalhos relacionados à educação profissional e que tenham aderido formalmente ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

O Pronatec também se estabelece pelo financiamento das instituições particulares de ensino, com verbas públicas. As instituições privadas, poderão executar o programa federal, “mediante a celebração de convênio ou contrato”, respeitados “critérios mínimos de qualidade”.

Art. 6o Para cumprir os objetivos do Pronatec, a União é autorizada a transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem correspondentes aos valores das bolsas-formação.

§ 1o As transferências de recursos de que trata o caput dispensam a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congêneres, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos.

§ 2o Do total dos recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, um mínimo de 30% (trinta por cento) deverá ser destinado para as Regiões Norte e Nordeste com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica. (Redação dada pela Lei nº 12.816, de 2013)

Observa-se a oferta de distintas fontes públicas para o financiamento das instituições privadas. O aluno, via Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que antes apenas contemplava os estudantes da Educação Superior, poderá também obter crédito junto ao Fies, integral ou parcial, pagando a sua bolsa a base de juros.

De acordo com Gabrowsky (2001), a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é financiada pelo modelo público estatal, financiamento particular e financiamento pelo Sistema S (receita compulsória de 5 milhões por ano em média)⁵⁶

3.2 PRONATEC: aspectos analíticos

Para Ruy Braga (2014)⁵⁷, o desenvolvimento econômico brasileiro, nos dez anos de governos do PT, se baseou em quatro motores principais: mercado financeiro, indústria da construção civil, agronegócio, mineração e energia”.

Para o pesquisador, é nessa base que se desenvolvem as principais perspectivas de baixa e média qualificação. O autor aponta os programas de qualificação em massa como estratégia de qualificação pautada pelo empresariado e relacionada à estagnação da classe trabalhadora na informalidade/postos de trabalho mal remunerados/precariedade.

De acordo com levantamento realizado pela BBC São Paulo, em junho de 2015, ainda com o processo de desaceleração da economia e índices de desemprego com taxas de

⁵⁶ http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_curriculo_gabriel.pdf (acesso em janeiro de 2015)

⁵⁷ <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R39.pdf> (acesso em janeiro de 2015)

6, 7%, alguns setores estratégicos ofertaram empregos em escala crescente, como no caso das áreas de: tecnologia, saúde, educação, seguros e setor financeiro, vendas e agronegócio⁵⁸.

Os dados da Pesquisa Anual da Indústria da Construção Civil divulgados pelo IBGE (2012), apontaram que entre 2011 e 2012 o número de pessoas contratadas pela indústria da construção aumentou de 2,6 milhões para 2,8 milhões. O IBGE apontou como fatores contribuintes do crescimento desse tipo de indústria, a contratação por entidades públicas, a criação do Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento⁵⁹.

Entretanto, no final do segundo semestre do ano de 2014, a indústria da construção iniciou um desaquecimento crescente, reduzindo a capacidade de operação e reduzindo o número de empregados em 66%⁶⁰. Na proporção em que se reduziram as contratações através da indústria da construção, a oferta de cursos pelo Pronatec em 2015 também foi reduzida em 1 milhão (um terço do total de vagas oferecidas em 2014)⁶¹.

Em 2013, o agronegócio respondia por 37% dos empregos no país⁶². De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), esse foi o setor da economia que mais empregou com carteira assinada no primeiro semestre do ano de 2014. Cerca de 20% dos empregos gerados tiveram origem no agronegócio. Isso significa que, a cada cinco postos formais criados, um estava relacionado à atividade Agrícola e pecuária⁶³.

Para Boito Junior (2013), a grande burguesia interna, força dirigente da frente neodesenvolvimentista, encontra-se distribuída por diversos setores da economia – indústria,

⁵⁸ www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150622_emprego_onde_ru. (acesso em junho de 2015)

⁵⁹ exame.abril.com.br/economia/noticias/industria-da-contrucao-cresce-10-2-de-2011-a-2012. (acesso em junho de 2015)

⁶⁰ Exame.abril.com.br/economia/noticias/industria-da-construcao-tambem-reduz-nivel-de-atividade-e-empregos-revela-cni. (acesso em junho de 2015)

⁶¹ g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/07/veja-os-cursos-tecnicos-qutem-vagas-de-emprego-aberta-mesmo-na-crise.html.

⁶² <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/agronegocio-responde-por-37-dos-empregos-no-brasil-afirma-riedel>. (acesso em junho de 2015)

⁶³ <http://www.noticiasagricolas.com.br/artigos/artigos-principais/157380-o-agronegocio-e-a-geracao-de-empregos-por-flavio-franca-jr.html#.VbYKsPIViko>.

mineração, construção pesada e a cúspide do agronegócio que são as empresas exportadoras de produtos agropecuários. Desse modo, observamos o caráter monopolista da burguesia nacional, que se associa umbilicalmente ao capital monopolista internacional.

O que unifica essas grandes empresas é a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro. A chamada globalização não produziu, ao contrário do que defendem alguns autores, uma burguesia mundial homogênea (MARTUSCELLI, 2010). Pois bem, a priorização dos interesses dessa fração do grande capital interno pelo Estado brasileiro nos governos Lula da Silva e Dilma Roussef aparece em inúmeros aspectos da política econômica. Um elemento fundamental é a busca de superávits na balança comercial, que favoreceu enormemente o agronegócio, a mineração e outros setores ligados à exportação de produtos agropecuários e de recursos naturais⁶⁴.

No ano de 2012, o mercado financeiro no Brasil, composto por instituições financeiras públicas e privadas que operam de forma a proporcionar condições satisfatórias para manutenção de um fluxo de recursos entre investidores e emprestadores de recursos (Almeida et al., 1998), cresceu 19% no volume de contratações⁶⁵.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (2015), a balança comercial do setor mineral brasileiro apresentou saldo positivo de US\$ 4,2 bilhões no primeiro trimestre deste ano. As exportações do setor somaram US\$ 10,7 bilhões, com participação de 25% do total das exportações do país⁶⁶.

Para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o total da mão de obra empregada na mineração em 2011 alcançou 175 mil trabalhadores.

Estudos feitos pela Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia, mostram que o efeito multiplicador de empregos é de 1:13 no setor mineral, ou seja, para cada posto de trabalho na mineração são criadas 13 outras vagas (empregos diretos) ao longo da cadeia produtiva. Portanto, pode-se considerar que, em 2011, o setor mineral empregou cerca de 2,2 milhões de trabalhadores diretos, desconsiderando as vagas geradas na fase de pesquisa, prospecção e planejamento e a mão de obra ocupada nos garimpos⁶⁷.

⁶⁴ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000300004

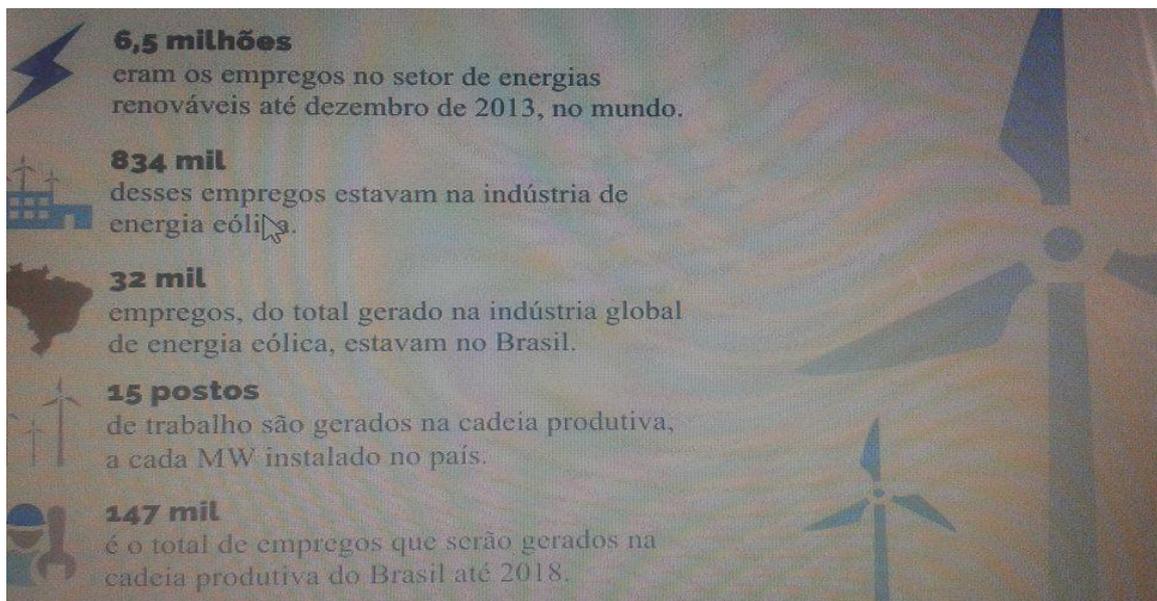
⁶⁵ <http://revista.penseempregos.com.br/noticia/2012/11/mercado-de-trabalho-no-setor-financeiro-esta-aquecido-3937330.html> (acesso em junho de 2015)

⁶⁶ <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/04/setor-mineral-tem-superavit-de-us-4-2-bilhoes-no-1o-trimestre> (acesso em junho de 2015)

⁶⁷ <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=208> (acesso em junho de 2015)

Só no Estado do Pará, estima-se que até 2020, a mineração deva gerar mais de 83 mil novos empregos⁶⁸. No Estado do Rio Grande do Norte, até o ano 2018, estima-se que a cadeia produtiva estadual vá precisar de 35 mil trabalhadores e que ao menos 20% do contingente necessário por ano seja de mão de obra especializada de níveis técnico e superior. Os números relativos ao crescimento do emprego no setor de energia eólica, podem ser visualizados no quadro abaixo:⁶⁹

Figura 1 – Crescimento do emprego no setor de energia eólica



Fonte: Associação Europeia de Energia Eólica (EWEA)

Na Bahia, especialistas em geração de energia eólica e solar têm expectativa de criar milhares de vagas relacionadas ao setor, após o leilão feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Através dos parques eólicos estabelecidos no Estado, têm-se a expectativa e geração de mais de 5 mil vagas, para absorver 10 mil empregos diretos e 15 mil indiretos até 2017⁷⁰.

⁶⁸ <http://www.costdrivers.com/costdrivers/noticias/2015/3/mineracao-deve-gerar-83-mil-novos-empregos-no-estado-170694/> (acesso em junho de 2015)

⁶⁹ <http://www.tribunadonorte.com.br/eolica/> (acesso em junho de 2015)

⁷⁰ <http://atarde.uol.com.br/empregos/noticias/1637709-energia-eolica-vai-gerar-5-mil-vagas-na-bahia> (acesso em agosto de 2015)

Vale ressaltar que dos empregos crescentes criados no setor de mineração e produção de energia, a maioria é representada por subcontratações, empregos com tempo determinado, terceirizações e índices epidêmicos de acidentes de trabalho. Tomemos como exemplo a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), considerada a maior empresa de distribuição elétrica do Brasil.

A companhia atende 33 milhões de pessoas em 805 municípios de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (em 2009, a companhia mineira se tornou controladora da Light). ELA possui a maior rede de distribuição elétrica da América do Sul, com mais de 460 mil quilômetros de extensão. Atua ainda no Chile, atende 25% dos consumidores livres do Brasil, participa de 100 empresas e possui 114 mil acionistas em 44 países. Em seu folder institucional bilíngue, informa que possui 8.859 empregados, cada um responsável por atender 797 consumidores. Só no ano de 2010, o lucro da empresa foi de R\$ 2,3 bilhões⁷¹.

De acordo com Tavares (2012), não consta dos dados oficiais da empresa, o número de 18 mil trabalhadores terceirizados que prestam serviço de atividades-fim. Ainda segundo dados apontados pela autora, a cada 45 dias, um trabalhador precarizado da Cemig morre no trabalho. São trabalhadores com baixos salários, treinamento inadequado e ganho por produtividade.

Além dos setores da indústria financeira, indústria da construção civil, agronegócio, mineração e energia apontados por BRAGA (2014) como componentes da pirâmide econômica brasileira, e para onde se direcionam as baixas e médias qualificações ofertadas pelo Pronatec, o setor de serviços, e mais especificamente o do Turismo, vem desempenhando um papel significativo na organização do capitalismo atual no Brasil.

Entretanto, GOMES, SILVA e BARBOSA (2002), afirmam que em consequência do número significativo de ofertas de trabalho em hotéis, Centros de Convenções, e grandes eventos, os empregos são ofertados sazonalmente, os salários são baixos e as jornadas de trabalho elevadas. Tal apontamento, segundo os autores, caracteriza o emprego para o atendimento ao turismo, em sua forma direta ou indireta, como uma forma de trabalho precário.

⁷¹ <http://www.brasildefato.com.br/content/terceirizados-da-cemig-sofrem-mais-acidentes-de-trabalho> (acesso em agosto de 2015)

Adriana Machado Penna, em seu trabalho *Megaeventos esportivos: novo templo do capitalismo contemporâneo*, expõe como os eventos esportivos contribuem com duas investidas principais do capitalismo atual: *aceleração da circulação do capital* e *reforço do jogo ideológico dominante*. O esporte, no contexto dos megaeventos, estaria se organizando pautado pelas mesmas regulações do capitalismo. Em tempos de reestruturação produtiva, além de se manter enquanto forma de política de Estado, se constitui o esporte como uma fonte importante de gastos públicos e privados, com estímulos à fabricação e consumo de produtos esportivos (a autora cita uma declaração da ONU afirmando ser este um método barato de fomentar a empregabilidade entre jovens).

A autora também não deixa de destacar que os megaeventos esportivos se estruturam pela aplicação de *capital excedente* dos países desenvolvidos nos países periféricos. O capital excedente, emprestado a um país periférico, aumenta as taxas de lucro advindas de outra região, o que a faz considerar o capital financeiro/monopolista como uma forma aperfeiçoada de imperialismo.

A formação dos trabalhadores no contexto de reestruturação produtiva encontra nos megaeventos o pragmatismo necessário à regulamentação através das parcerias entre Estado e empresariado e o desembocar em um emprego temporário e precarizado.

No caso do PRONATEC Copa, modalidade oferecida entre 2012 e 2014, os cursos de Técnico em Estética, Técnico em Massoterapia, Técnico em Serviço de Restaurante e Bar, Técnico em Guia de Turismo, Técnico em Agenciamento de Viagens, Técnico em Cozinha, Técnico em Eventos, Técnico em Hospedagem e Técnico em Lazer, apresentam algumas das formações anunciadas.

A partir das informações levantadas, podemos considerar o PRONATEC como uma política pública que forma, através de baixas e médias qualificações para a periferia da força de trabalho e para composição dos quadros crescentes de subocupações, terceirizações, empregos sazonais e sem garantias de direitos.

Para ocupar funções específicas da periferia da força de trabalho, são ofertadas qualificações com critérios questionáveis. Além de serem formações aligeiradas para a inserção em uma ocupação precária, o PRONATEC subdivide em áreas de base formativa comum, cursos para a ocupações explicitamente distintas, como: Adestrador de Cães e Intérprete de Libras; Aconselhador em Dependência Química e Agente Funerário; Agente de Limpezas em Aeronave e Desenhista de Construção Civil.

O modelo de financiamento do Pronatec através da injeção de verba pública na iniciativa privada, reforça o viés neoliberal das políticas aplicadas pelo Partido dos Trabalhadores. Bem como, a oferta significativa e crescente dos cursos na área da infraestrutura, mineração e energia, aferem a necessidade de suprir as demandas de cariz neodesenvolvimentista.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego, apresenta diferenciações de algumas ordens relacionadas aos seus principais antecedentes: PIPMO e PLANFOR/PNQ.

O PIPMO desenvolveu formações específicas para as esferas do trabalho no contexto de gerência desenvolvimentista do país. O PLANFOR e o PNQ vislumbraram a formação da classe trabalhadora para as especificidades dos processos neoliberais e de reestruturação produtiva pós década de 1970. O PRONATEC, por sua vez, abarca um conjunto de formações necessárias para a inserção no trabalho precário, determinado pelas gerências baseadas no binômio neoliberalismo-neodesenvolvimentismo.

Não podemos ser anacrônicos e afirmar que esses programas se organizam apenas baseados em um continuísmo histórico. Estes tem características burocráticas e de composição dos cursos ofertados que se diferenciam, baseados na perspectiva de gestão capitalista predominante em cada um desses períodos.

No entanto, é possível aferir algumas questões lineares, presentes de modo significativo nos programas que antecederam ao PRONATEC e que permanecem na composição do programa principal analisado neste trabalho: foram/são políticas de formação aligeiradas para o trabalho, com subsídios públicos direcionados para as demandas do empresariado; são formações que promovem a manutenção da dualidade estrutural apontada por Kuenzer (1991), inserindo e que possuem um objetivo comum: auxiliar o desenvolvimento da burguesia e do capitalismo no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, tem como mote o lema “Pátria Educadora”. No discurso de posse de 1º de Janeiro de 2015, a presidente destacou a educação como prioridade para os quatro anos de sua gestão.

Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero. Democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação; para todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, os negros, as mulheres e todos os brasileiros.”Ela garantiu que o PRONATEC, uma das principais políticas públicas do governo, deverá oferecer 12 milhões de novas vagas até 2018, "para que nossos jovens, trabalhadores e trabalhadoras tenham mais oportunidades de conquistar melhores empregos e possam contribuir ainda mais para o aumento da competitividade da economia brasileira"(Portal Brasil, 2015)⁷².

Para compor o Ministério da Educação, carro-chefe de seu governo, a presidente convida Cid Gomes, ex governador do Estado do Ceará, que entre outros ataques à educação, foi responsável por ordenar em 2011, o espancamento de professores da Rede de Educação Básica, em greve pela aplicação da lei do Piso Salarial para o magistério. Tal nomeação, evidenciava o tipo de modelo educacional a ser reprojetoado, pautado, inclusive, no avanço da precarização das condições e relações de trabalho. Em março de 2015, Cid Gomes renuncia à pasta, que é assumida por Renato Janine. A “Pátria Educadora” de Dilma/PT também já anuncia o corte de quase 2 bilhões da pasta da educação no início de sua implementação.

A crise mundial e as contradições econômicas, sociais e políticas que o modelo neoliberal combinado ao neodesenvolvimentista assumidos pelos governos do PT gerou, afeta visceralmente a parcela da sociedade que compõe a classe trabalhadora. Os cortes de verbas para as áreas da Educação (900 milhões) e Saúde (1,2 Bilhão)⁷³ no final do segundo semestre de 2015, lideram o ranking das áreas que sofrerão reajustes.

⁷² <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/dilma-toma-posse-e-anuncia-lema-do-novo-governo-201cbrasil-patria-educadora201d>> (acesso em agosto de 2015)

⁷³ http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/07/30/internas_economia,673839/cidades-saude-e-educacao-tem-cortes-de-r-3-4-bilhoes-no-orcamento-de.shtml (acesso em agosto de 2015)

Em contrapartida, na mesma semana em que foi noticiado o corte de investimentos para área da Educação Infantil, com reajustes de verbas para creche e pré-escola⁷⁴, também foi noticiado o lucro bilionário de bancos como Itaú e Bradesco⁷⁵. O próprio Pronatec, um dos carros-chefes eleitorais do PT, em 2015 já sofreu uma redução nas vagas de seus cursos: de 3 milhões para 1 milhão de ofertas, com um corte de R\$ 400 milhões⁷⁶.

No início de agosto de 2015, professores de instituições federais universitárias de 22 estados já haviam deflagrado greve. Além da greve dos professores, há também paralisação de trabalhadores técnico-administrativos em 67 instituições de ensino superior públicas. As pautas dos movimentos grevistas se relacionam com melhorias salariais e das condições de trabalho, contra os cortes destinados à manutenção básica das instituições, e contra o Projeto de Lei 4330, ou “PL das Terceirizações”, que legaliza os processos de superexploração da classe trabalhadora.

Apesar disso, o grande investimento estatal nas empreiteiras para realizar obras de infraestrutura e de megaeventos (Olimpíadas de 2016), são crescentes. Os governos do PT não forem capazes de realizar ações no sentido de barrar as reformas neoliberais do Estado e o modelo toyotista de produção, necessidades impostas pelo capitalismo internacional, adequando-se, e mesmo aprofundando as reestruturações demandadas pelo capital para Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Em junho do ano de 2013, manifestações massivas explicitaram a revolta contra o aumento do custo de vida, investimentos em megaobras, falta de investimento nas áreas sociais e apontou também a desconfiança dos trabalhadores em geral para com as direções de sindicatos, entidades estudantis, partidos e lideranças populares. As manifestações massivas de junho de 2013, foram resultantes de um acúmulo de contradições estruturais e resultaram em uma política de criminalização de uma parcela específica que se manifestou: a juventude da periferia. As reformas neoliberais e neodesenvolvimentistas, aprofundaram a precarização das

⁷⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/07/1658820-dilma-corta-verba-para-pre-escola-e-creche-vagas-eram-promessa-eleitoral.shtml> (acesso em agosto de 2015)

⁷⁵ <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/08/lucro-do-itaui-sobe-para-r-59-bilhoes-no-2-trimestre-de-2015.html> (acesso em agosto de 2015)

⁷⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/07/1658820-dilma-corta-verba-para-pre-escola-e-creche-vagas-eram-promessa-eleitoral.shtml> (acesso em agosto de 2015)

condições de trabalho e estudo, atingem especialmente a juventude da classe trabalhadora, em contrapartida, para estes são reservadas as políticas compensatória.

Já em 2015, um contexto de falsa polarização entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social-democracia Brasileira (PSDB). Essa polarização foi estabelecida objetivando transparecer a possibilidade de antagonismo e de duas propostas políticas distintas. No entanto, a história aponta o quanto as ações desses dois partidos foram/são complementares, diferenciando-se a base social que cada partido agrega.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), é, portanto, produto das ações organizadas pelo capitalismo internacional em conjunto com a burguesia nacional e geridas pelas gestões do Partido dos Trabalhadores, mais especificamente, pelo gestão de Dilma Rousseff.

Assim, fica nítido que o Pronatec também tem um compromisso com a reprodução das desigualdades classistas, não resolvendo, como bradam seus criadores, os problemas de acesso da classe trabalhadora e da juventude ao emprego digno e à garantia de direitos.

O Pronatec se articula visceralmente ao desenvolvimento do capitalismo no país, o que significa compromisso com a manutenção de uma sociedade dividida entre classes. A partir da implementação histórica de programas e políticas de Ensino Técnico no Brasil, observamos que as propostas de formação para a classe trabalhadora são interligadas às demandas produtivas do capitalismo nacional e internacional.

Desse modo, a partir dessa pesquisa, observamos como lacuna e necessidade de aprofundamento, a observação sobre o modo como se organizam as estruturas didáticas do Pronatec, como os estudantes do programa vislumbram o tipo de formação do programa e de que modo são realizados os encaminhamentos para a ocupação nos postos de trabalho.

Também visualizamos como possibilidade de complementação futura desta pesquisa, as questões relativas às propostas de Ensino Técnico que sejam organizadas e pautadas a partir do viés ideológico e de luta da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) Mundo do Trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha**. Disponível em: <http://www.giovnialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf>. Acesso em 20. mai.2012.

_____. **A educação do precariado**. Blog da Boitempo, 17 dez. 2012. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/12/17/a-educacao-do-precariado/>>. Acesso em 20 dez 2013

ABRANCHES, M. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Uma esquerda fora do lugar: Lula e os descaminhos do PT**. São Paulo: Armazém do Ipê, 2006.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AMMANN, PAUL. **As teorias e a prática da formação profissional**. Brasília: Ministério do Trabalho, Secretaria de Mão de Obra, 1987.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (ORG.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BATISTA, Roberto Leme. Uma análise crítica sobre as bases conceituais do PLANFOR. **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**, 2009.

BARRADAS, Anesia Maria da Silva; CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Fabrica PIPMO: uma discussão sobre política de treinamento de mão-de-obra no período 1963-82**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1986.

BEHRING, Elaine, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BIANCHETTI, Roberto. **O Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite a Alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO JR. Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo: FGV, 2012.

_____. Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista**, n. 3, São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

_____, Armando e GALVÃO, Andreia (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

_____, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BRAGA, Rui. **A Política do Precariado: do populismo à hegemonia Lulista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador**. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/62559641/LDB-5%C2%AA-EDICAO>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

_____. **CONAE**, decreto 15/01/1937. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/texto_conae.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2012.

_____. **CONAE, DOCUMENTO REFERÊNCIA**. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/conae_2010baixav.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

_____. Portal Mec. **PNE**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em: 20 jan. 2012.

BRESSES-PEREIRA, Luiz Carlos. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, 2010.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador-Planfor: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CARDOSO, F. H. **Discurso de posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional de Brasília: 1 de Janeiro de 1995**.

CHAUÍ, Marilena. **Uma Nova Classe Trabalhadora**. In: 10 Anos de Governo Pós Neoliberal no Brasil. Org: Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Hegemonia da Pequena Política**. In: Hegemonia às Avessas p.32. Org. Oliveira; Braga; Rizek. São Paulo: Boitempo, 2010.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORREIA, Valcionor. **Globalização e crise: o Sistema Capitalcrático ultrapassa o limite da exploração**. 2012. Disponível em: <http://lastro.ufsc.br/?page_id=56>. Acesso em: 20 jan. 2012.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. Unesp, 2000.

DRAIBE, Sônia e HENRIQUE, Wilnês. Welfare State - Crise e Gestão da Crise. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 6, vol. 5. Fevereiro de 1988.

DRAIBE, S. M. A nova institucionalidade do sistema brasileiro de políticas sociais: os conselhos nacionais de políticas setoriais. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), **Cadernos de Pesquisa**, n. 35, 1998.

DULCE, Otávio Soares. **Estado, sociedade e políticas sociais no cenário mundial**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Escola de Governo de Minas Gerais, 2002.

FOGAÇA, A. **Modernização industrial: um desafio ao sistema educacional brasileiro**. In: A educação e os trabalhadores. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.

FIORI, José Luis. **Nome aos Bois**. Instituto da Cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2009.

GABROWSKY, Gabriel. **Financiamento da Educação Profissional no Brasil**. UFRG, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas**. LTC, 2013.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HELENE, Otaviano. **Um Diagnóstico da Educação Brasileira**. São Paulo: Autores Associados, 2013.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995

IANNI, Octavio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

JUNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil**. Brasília: INEP, 1991.

LEHER, Roberto. Trabalho Docente, Carreira e Autonomia Universitária e Mercantilização da Educação. In: VII SEMINÁRIO REDESTRADO, 04/2008, **Anais...** Buenos Aires, 2008.

_____. **Do desenvolvimento à ideologia da globalização.** São Paulo: USP, 1998.

_____. **Crise capitalista, neodesenvolvimentismo e problemática ambiental.** In: Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

LIMA, Kátia Regina Rodrigues. **O modelo da competência e as implicações na vida do trabalhador.** In: SOUSA, Antonia de Abreu *et al.* (Org.) Educação e formação para o trabalho no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação do aluno: favor ou contra a democratização do ensino?** 15.ed. São Paulo, 2003.

MARX, Karl, ENGELS, Frederich. **Manifesto comunista.** Boitempo, 1998.

MACHADO e ROCHA, Antônia Rozimar. **PROUNI e a pseudo – democratização na contra – reforma da educação superior no Brasil.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Repositório UFC, 2009.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Iara Saraiva. **Plano Nacional de Educação: antecedentes históricos e adequações aos processos de transformações do capitalismo no Brasil.** Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, Fortaleza, 2012.

MAURÍCIO, Francisco Raphael Cruz. **Na corda bamba: sentidos do trabalho no precariado.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará. Departamento de Ciências Sociais, 2015.

MENEZES, A.M.D. (Org.); FIGUEIREDO, F.F. (Org.). **Trabalho, sociabilidade e Educação.** v. 1., 1. ed., Fortaleza: UFC, 2003.

MENEZES, A.M.D; SOUSA JR. (Org.) **Trabalho, Educação, Estado e a crítica marxista.** Fortaleza: UFC, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da UNICAMP & Boitempo Editorial, 2002.

MOURA. Epitácio Macário et al, **Modernização conservadora e ensino superior no Brasil.** Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1254203900.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

NOMERIANO, Aline Soares. **A educação do trabalhador.** Maceió: EDUFAL, 2007.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. **Hegemonia às avessas**. São Paulo. Boitempo, 2010.

PAULA, Marilene de. **Obstáculos para o desenvolvimento?: Direitos Humanos, políticas de infraestrutura e megaeventos no Brasil**. In: Heinrich Böll Foudantion. Um campeão visto de perto: Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Heinrich-Böll-Stiftung, Rio de Janeiro, 2012.

PENNA, Adriana Machado. **Megaeventos esportivos: Novo templo do capitalismo contemporâneo**. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/22868867/35646344/name/TEXTO+COMPLETO.%5B1%5D.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2013.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Financiamento da educação no brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002)**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12927.pdf>>. Acesso em : 17 Abr. 2012.

POCHMANN, Márcio. **O Trabalho Sob Fogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

RABELO, J.J.; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; JIMENEZ, M.S.V. Educação para todos e reprodução do capital. **Trabalho Necessário**, v. 1, ano 7, p. 1-24, 2009.

RAMOS, Marise N. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2001.

SANTOS, Deribaldo. **Graduação Tecnológica no Brasil: aproximações críticas preliminares**. 1. ed., Editora CRV, 2012.

SANEH, Giulliano. **Apertando Parafusos: juventude e crítica à ideologia da adaptação**. Florianópolis: Editora em Debate, 2013.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios invisíveis da produção capitalista – informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 2010.

_____, **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**. São Paulo: Autores Associados, 1999.

_____, **Escola e democracia**. 33. ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Developmentalism and new developmentalism: tragedy and farce. **Serviço Social & Sociedade**, 2012.

SOUSA JUNIOR, Justino. **Marx e a crítica da educação**. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2010.

SCHWARTZMAN, S., H.M.B. BOMENY, and V.M.R. COSTA,. *Tempos de capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Anieres Barbosa da, GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Estado, turismo e mercado de trabalho. **Scripta Nova**: revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, 2002.

TEIXEIRA, Francisco José Soares *et al.* **Globalização e mercado de trabalho no estado do Ceará**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1999.

UGA, Vivian Domínguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de sociologia e política**, 2004.